

**UNIVERSIDADE ESTADUAL NORTE
FLUMINENSE DARCY RIBEIRO (UENF)
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA POLÍTICA (PPGSP)**

NAYANNE ALMEIDA GOMES MANHÃES

**DA AUSÊNCIA DO DIREITO À CIDADE À AUSÊNCIA DO DIREITO À
UNIVERSIDADE: uma análise sobre a acessibilidade da UENF**

Campos dos Goytacazes - RJ

2025

NAYANNE ALMEIDA GOMES MANHÃES

**DA AUSÊNCIA DO DIREITO À CIDADE À AUSÊNCIA DO DIREITO À
UNIVERSIDADE: uma análise sobre a acessibilidade da UENF**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Dr. Julio Cesar Ramos Esteves

Campos dos Goytacazes– RJ

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

M277

Manhães, Nyanne Almeida Gomes.

DA AUSÊNCIA DO DIREITO À CIDADE À AUSÊNCIA DO DIREITO À UNIVERSIDADE : Uma análise sobre a acessibilidade da UENF / Nyanne Almeida Gomes Manhães. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2025.

97 f. : il.

Inclui bibliografia.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2025.

Orientador: Julio Cesar Ramos Esteves.

1. Pessoas com deficiência. 2. Acessibilidade. 3. Justiça. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

**DA AUSÊNCIA DO DIREITO À CIDADE À AUSÊNCIA DO DIREITO À
UNIVERSIDADE: uma análise sobre a acessibilidade da UENF**

NAYANNE ALMEIDA GOMES MANHÃES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Aprovado em: 18 de fevereiro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Julio Cesar Ramos Esteves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF (Orientador)

Prof. Dr.^a Shirlena Campos de Souza Amaral
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Prof. Dr.^a Aline Melina Vaz
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Prof. Dr. Fagner das Neves de Oliveira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - Campus Campos-Centro

AGRADECIMENTO

Agradecer neste momento é viver e recordar todas as vibrações que estiveram comigo nesses dois anos de Mestrado. Inicialmente, gostaria de agradecer a Deus por ter me dado motivação para nunca desistir e por ter realizado o sonho de fazer o Mestrado em uma faculdade pública.

Foram muitos incentivos e muitas ajudas ao longo dessa trajetória, logo não poderia deixar de agradecer a todos que contribuíram para que essa pesquisa fosse possível. À minha mãe por abraçar todos os meus sonhos desde sempre, por me incentivar a dar o melhor de mim.

Aos meus irmãos e meu padrasto por sempre desempenharem um papel importante e fundamental nessa etapa e na compreensão de algumas indisponibilidades nesse período. Ao meu companheiro, Ramon, por toda paciência, amor e companheirismo.

Ao meu orientador, Julio Cesar por todo o apoio, as conversas sobre viagens e por abraçar totalmente as minhas ideias, sempre positivo e presente.

À Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política e a CNPq pela concessão de bolsa pela oportunidade de contribuir como pesquisadora sobre uma temática de acessibilidade, bastante relevante e que deu voz a muitos alunos com deficiência na graduação.

Às minhas amigas e companheiras do Mestrado: Nayara, Adriana, Julia e Fabrícia, por toda ajuda e por todos os compartilhamentos de dúvidas.

Agradeço aos entrevistados como a professora Nadir Francisca Sant’anna, a arquiteta Mônica, ao prefeito do Campus Rogério, ao engenheiro Gabriel, ao Djalma da Secretaria Acadêmica, as psicólogas do ProAC e, principalmente, aos alunos.

Obrigada!

“Usarei a metáfora do elástico. O elástico se desgasta com o tempo e quando estiver desgastado, com a ponta esticada, vai lá e corta ele e deixa que venha uma outra ponta mais forte e resistente. E sempre vai cortando e vai continuando com força e coragem sempre.”

(Amanda)

RESUMO

MANHÃES, Nayanne Almeida Gomes. **Da ausência do direito à cidade à ausência do direito à Universidade:** uma análise sobre acessibilidade na UENF. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, 2025

A presente pesquisa apresenta uma proposta qualitativa que intenciona analisar o direito à cidade de Campos dos Goytacazes-RJ e como seus efeitos influenciam no direito à educação, na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF para alunos da graduação com deficiência. Dessa forma, o objetivo da pesquisa é diagnosticar de que modo a Universidade se insere na vida dos estudantes de graduação com deficiência no que rege a qualificação do espaço, trazendo uma aproximação com o contexto do direito à cidade. Os objetivos específicos encaminham em analisar os fundamentos teóricos de John Rawls e como sua teoria do princípio da diferença e o bem social primário autoestima e respeito próprio se relacionam com as pessoas com deficiência; examinar com os discentes e gestores da UENF sobre a acessibilidade e a permanência dos alunos com deficiência nos cursos de graduação; verificar a qualificação da UENF no que rege a acessibilidade consoante a NBR 9050 no Centro CCH e seu entorno. Dialogará com sociólogos e filósofos para elaborar uma discussão do ponto de vista teórico, com o intuito de mostrar que muitos desses conflitos partem da relação entre a cidade e o indivíduo, com contribuições de Henri Lefebvre, David Harvey, relatando sobre a problemática urbana de hierarquização e homogeneização, o conceito estigma de Erving Goffman, dedicando a estudos a pessoas que sofreram algum tipo de discriminação que apresentassem marcas distintas ou papéis que não eram esperados pelo grupo social no qual estavam inseridos e como principal amparo, a teoria de justiça de John Rawls, em particular, o princípio da diferença como forma de compensação aos grupos menos favorecidos. A metodologia da pesquisa consiste em entrevistas com alunos com deficiência que se disponibilizaram a conversar, questionários realizados através do *Google Forms*, tendo o apoio da Secretaria Acadêmica da UENF, posto no mural acadêmico e conversas com professores, mediadores da Pró-reitora de Assuntos Comunitários (Pro-AC), arquitetos e engenheiros da Prefeitura da UENF e a empresa de ônibus Viação Siqueira. Todos esses panoramas parciais e os diagnósticos realizados no Centro CCH e no seu entorno, quanto a parte física e social da UENF serviram de base para a elaboração de uma proposta de jardim sensorial que busca contribuir para o deslocamento e autonomia de alunos com deficiência, direcionando-os de um Centro a outro através de espécies aromáticas.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas com deficiência. Acessibilidade. Justiça.

ABSTRACT

MANHÃES, Nayanne Almeida Gomes. From the absence of the right to the city to the absence of the right to the University: an analysis of accessibility at UENF. Dissertation (Master's in Political Sociology) – Darcy Ribeiro State University of Northern Fluminense, Campos dos Goytacazes - RJ, 2025

The present research is a qualitative proposal that aims to analyze the right to the city in Campos dos Goytacazes-RJ and how its effects influence the right to education at the State University of Northern Rio de Janeiro Darcy Ribeiro (UENF) for undergraduate students with disabilities. Thus, the objective of the research is to diagnose how the university integrates into the lives of undergraduate students with disabilities regarding the qualification of space, bringing an approach to the context of the right to the city. The specific objectives include analyzing the theoretical foundations of John Rawls and how his theory of the difference principle and the primary social good of self-esteem and self-respect relate to people with disabilities; examining, together with students and administrators of UENF, the accessibility and retention of students with disabilities in undergraduate programs; and verifying the qualification of UENF concerning accessibility in accordance with NBR 9050 in the CCH Center and its surroundings. The study will engage with sociologists and philosophers to develop a theoretical discussion, aiming to show that many of these conflicts stem from the relationship between the city and the individual. It will incorporate contributions from Henri Lefebvre and David Harvey, addressing urban issues of hierarchization and homogenization, as well as Erving Goffman's concept of stigma, which focuses on individuals who have experienced discrimination due to distinctive marks or social roles that were not expected within their social group. The primary theoretical foundation will be John Rawls' theory of justice, particularly the difference principle as a means of compensating less privileged groups. The research methodology consists of interviews with students with disabilities who volunteered to participate, questionnaires conducted through Google Forms with the support of the UENF Academic Secretariat (posted on the academic bulletin board), and conversations with professors, mediators from the Office of Community Affairs (Pro-AC), architects and engineers from UENF's administrative offices, and the Siqueira bus company. All these partial perspectives and the diagnoses conducted in the CCH Center and its surroundings, regarding both the physical and social aspects of UENF, served as the foundation for developing a sensory garden proposal. This garden aims to contribute to the mobility and autonomy of students with disabilities, guiding them from one center to another through aromatic plant species.

KEYWORDS: People with disabilities. Accessibility. Justice.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- FIGURA 01:** Limites do Terminal Rodoviário Luiz Carlos Prestes e seu entorno antes das intervenções
- FIGURA 02:** Primeira proposta de intervenção do assento
- FIGURA 03:** Segunda proposta de intervenção do assento
- FIGURA 04:** Mapa do Estado do Rio de Janeiro situando o município de Campos dos Goytacazes
- FIGURA 05:** Mapa de localização e entorno da UENF
- FIGURA 06:** Vista superior da UENF para apresentar a localização dos prédios
- FIGURA 07:** Fotos da construção da UENF
- FIGURA 08:** Planta baixa do segundo andar no CCH – UENF
- FIGURA 09:** Vista lateral da rampa e do corrimão acessíveis de acordo com a Norma
- FIGURA 10:** Fotos da rampa que dar acesso ao térreo do CCH – UENF
- FIGURA 11:** A escada exigida pela NBR 16357/2024 e a escada do segundo pavimento do CCH – UENF com corrimão com 1,00m
- FIGURA 12:** Planta baixa do hall do banheiro CCH – UENF
- FIGURA 13:** Hall de acesso dos banheiros do CCH – UENF
- FIGURA 14:** Vista superior e lateral de um banheiro acessível
- FIGURA 15:** Vista Frontal da bancada acessível
- FIGURA 16:** Bancadas dos banheiros da UENF
- FIGURA 17:** Corredor e cabines dos banheiros do CCH – UENF
- FIGURA 18:** Fotos dos banheiros do primeiro e segundo pavimento do CCH – UENF
- FIGURA 19:** Fotos dos banheiros do térreo do CCH – UENF
- FIGURA 20:** Sinalização de portas de acordo com a Norma
- FIGURA 21:** Fotos do corredor do segundo andar do CCH – UENF
- FIGURA 22:** Fotos do corredor do primeiro e segundo andar do CCH – UENF
- FIGURA 23:** Fotos da faixa de pedestre e travessia elevada – UENF
- FIGURA 24:** Fotos das placas de localização – UENF
- FIGURA 25:** Rampas e calçadas que dão acesso ao P9
- FIGURA 26:** Fotos da cantina – UENF
- FIGURA 27:** Mesas do Restaurante Universitário – UENF
- FIGURA 28:** Fotos da iluminação da UENF no período da noite
- GRÁFICO 01:** Faixa etária dos estudantes cotistas com deficiência na UENF

GRÁFICO 02: Residência dos estudantes cotistas com deficiência na UENF

GRÁFICO 03: Locomoção dos estudantes cotistas com deficiência na UENF

GRÁFICO 04: Satisfação dos estudantes cotistas com deficiência na UENF quanto a obra de acessibilidade

FIGURA 29: Planta baixa do banheiro feminino do térreo do CCH da empresa de arquitetura de Belo Horizonte/MG

FIGURA 30: Planta baixa do banheiro feminino do térreo do CCH corrigido pelos arquitetos da Prefeitura da UENF

FIGURA 31: Pisos táteis na área externa da UENF

FIGURA 32: Recorte do Campus da UENF em planta baixa com as intervenções do jardim sensorial

FIGURA 33: Vista da saída do CCH (E2) para a Reitoria (E1) com hortelã

FIGURA 34 Vista da saída do Centro CCH (E2) com o tempero hortelã

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

NBR	Norma Brasileira 9050
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
PCD	Pessoas com Deficiência
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
PNE	Pessoas com Necessidades Especiais
NAP	Núcleo de Acessibilidade Pedagógica
OPTA	Oficina Pedagógica de Tecnologias Assistivas
CIEP	Centros Integrados de Educação Pública
CCT	Centro de Ciência e Tecnologia
CBB	Centro de Biociências e Biotecnologia
CCTA	Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias
CCH	Centro de Ciências do Homem
IFF	Instituto Federal Fluminense
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 CIDADE, SEGREGAÇÃO E ESTIGMA DO ESPAÇO URBANO.....	20
2.1 O direito à cidade em Henri Lefebvre.....	25
2.2 O direito à cidade em David Harvey.....	28
2.3 Erving Goffman: o estigma.....	31
3 JUSTIÇA SOCIAL DE JOHN RAWLS.....	35
3.1 Os Princípios da Justiça.....	39
3.2 Bens Sociais Primários: com atenção à autoestima ou respeito próprio.....	41
4 DA AUSÊNCIA DO DIREITO À CIDADE À EDUCAÇÃO.....	44
4.1 A construção da UENF: Contextualizando a Universidade e seu entorno.....	44
4.2 UENF e a sua (in)acessibilidade.....	48
4.3 A circulação dos alunos da graduação com deficiência na UENF	65
4.3.1 Panorama Parcial através do Google Forms.....	66
4.3.2 “Uma falta de respeito, é humilhante”: na perspectiva de Raquel.....	73
4.3.3 A falta de comunicação com os estudantes com deficiência na UENF: na perspectiva do Mateus.....	75
4.3.4 “Viver com a deficiência é viver dentro de uma prisão sem muros”: na perspectiva de Amanda.....	76
4.4 Entrevistas com gestores da UENF.....	79
4.5 Proposta de jardim sensorial.....	84
5 CONCLUSÃO.....	88
REFERÊNCIAS.....	90
APÊNDICE A – Questionário aplicado aos estudantes cotistas com deficiência na UENF nos cursos presenciais de graduação.....	93
APÊNDICE B – Conversa com a arquiteta Mônica da Prefeitura da UENF.....	95
APÊNDICE C – Conversa através do WhasApp com um dos donos da empresa de frota de ônibus, Viação Siqueira.....	96
ANEXO A.....	97

1 INTRODUÇÃO

Este projeto iniciou-se no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo no Instituto Federal Fluminense (IFF-Campus Campos-Centro), cuja Monografia, similar, teve a tentativa de compreender as dificuldades de locomoção das pessoas com nanismo em praças públicas nos bairros centrais e suas relações sociais no município de Campos dos Goytacazes-RJ. O olhar para o problema das pessoas com deficiência foi despertado devido às observações nessas praças no que rege a Norma de Acessibilidade (NBR 9050)¹, notadamente no que se refere à obrigatoriedade das cidades a admitir as pessoas com deficiência.

Os ambientes influenciam no exercício de cidadania das pessoas, visto que podem causar limitações a elas, não atendendo as necessidades básicas do ser humano. O desenho universal precisa possibilitar autonomia e conforto para quaisquer pessoas, a fim de minimizar as barreiras físicas e ampliar a inclusão social. Este desenho para todos é centrado no ser humano e respeita todas as dificuldades que ele tem. Ainda, faz toda diferença na qualidade de vida porque possibilita independência, descarta produtos padronizados e conta com a ajuda da NBR 9050 com suas tabelas antropométricas na tentativa de adaptar elas nos espaços para desconstruir o padrão dimensional e estético.

Esse conceito pretende definir produtos e ambientes que contemplem toda a diversidade humana. As pessoas devem fazer parte do mundo, sendo imprescindível a criação de espaços e equipamentos que possam ser usados normalmente por inúmeras pessoas. A ideia é, justamente, evitar a necessidade de ambientes “especiais” para pessoas com deficiência, assegurando que todos possam utilizar com segurança e autonomia diferentes espaços construídos. É fundamental facilitar a relação do homem com o espaço físico, onde as cidades devem ser acessíveis, permitindo lugar de troca, circulação e convívio.

Para melhor compreensão do exposto acima, algumas informações são necessárias. Cerca de 4 dias na semana, nos anos de 2020 e 2021, foi necessário observar alguns espaços livres públicos² no município de Campos, como as praças Nilo Peçanha, da República, do Chá

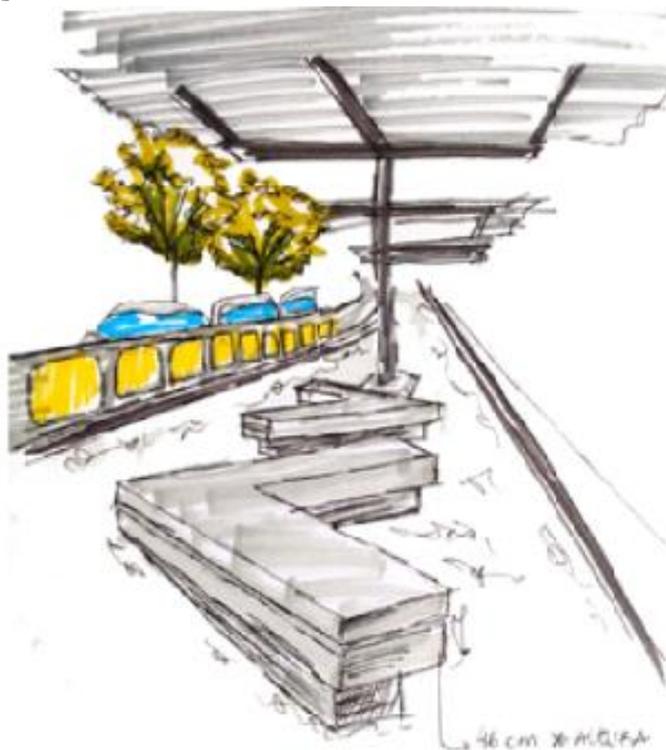
¹ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050/2020** - Acessibilidade a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2021. Acessado em: 10 maio de 2020. Esta norma trata sobre acessibilidade a edificações, mobiliários e parâmetros técnicos que consideram diversas condições de mobilidades e de percepção do ambiente a fim de proporcionar a utilização dos espaços de maneira autônoma e independente.

² Macedo (1995), define espaços livres como muitas acepções a este conjunto de palavras, que são muito utilizadas indistintamente pelos mais diversos grupos sociais para se referir ora a ruas, ora a jardins ou até mesmo e exclusivamente às áreas de lazer. Esses espaços livres são aqueles não contidos entre paredes ou tetos dos edifícios construídos pela sociedade para moradia e trabalho.

Chá Chá, do Batalhão Tiradentes, do Terminal Rodoviário Luiz Carlos Prestes e Duque de Caxias Nilo Peçanha, ambas nas áreas centrais. Sempre em dois turnos, 9 horas e 18 horas, ambos horários de grande circulação de pessoas. E através desses levantamentos *in loco* foi possível compreender a relação desse grupo com o ambiente nos referidos espaços.

Diante desse percurso diário, foram constatados, nos referidos trechos, questões pertinentes à acessibilidade, ergonomia, barreiras físicas e visuais, dificuldades de permanecer e caminhar nesses espaços. Procurou-se trazer para esses lugares, proposições de diretrizes que pudessem ser utilizadas em outras cidades somado as intervenções de equipamentos públicos agregados a um *layout* fluído em espaço de uso público, visando autonomia de pessoas com deficiência (PCD) e incentivar esses conceitos inclusivos nos espaços³. Nas **Figuras 01, 02 e 03** apresentam-se por meio de desenhos de observação essas propostas no Terminal Rodoviário Luiz Carlos Prestes, a fim de melhorar o entendimento.

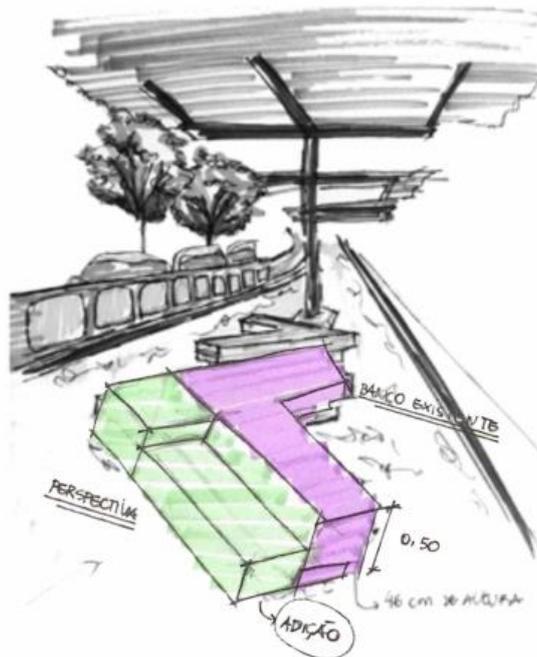
Figura 01: Limites do Terminal Rodoviário Luiz Carlos Prestes e seu entorno antes das intervenções



Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento *in loco*, 2021

³ MANHÃES, Nyanne Almeida Gomes. Propostas de intervenções para promoção de acessibilidade e ergonomia na inclusão de pessoas com nanismo em praças públicas de Campos dos Goytacazes-RJ. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – IFF, Campos dos Goytacazes, 2021.

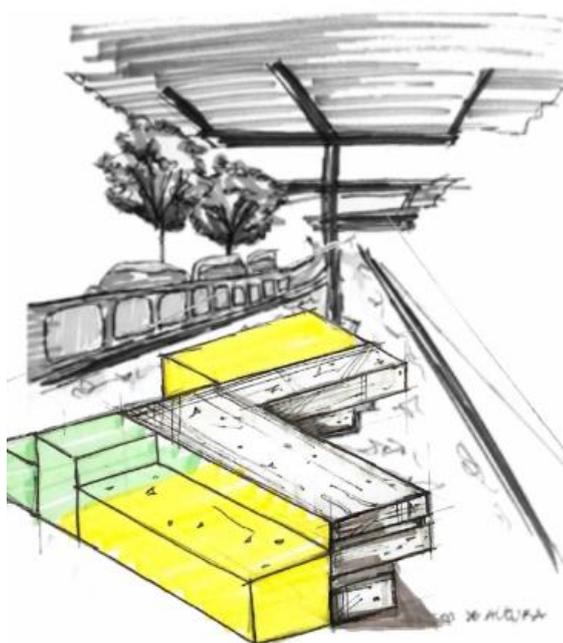
Figura 02: Primeira proposta de intervenção do assento



Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento in loco, 2021

Apesar da proposta 01 (**Figura 02**) contribuir para a ergonomia e acessibilidade, ainda estava de costas para o Rio Paraíba do Sul. Então, se fazia necessário propor outro assento que também disponibilizava outras alturas e que estivesse virado para o rio, pintado na cor amarelo, apresentado na **Figura 03** abaixo.

Figura 03: Segunda proposta de intervenção do assento



Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento in loco, 2021

Destarte, essas intervenções contribuíram para outro olhar da cidade, voltado para a ótica do desenho universal, na tentativa de melhorar a qualidade do espaço para esse grupo excluído por não se enquadrar no padrão socialmente construído e que, conseqüentemente, levava a ideia de “homem médio padrão” e a padronização dos produtos dentro das cidades. No entanto, apenas a qualificação dos espaços públicos não seria suficiente para garantir a permanência desses indivíduos nos espaços da análise da pesquisa. Os resultados das intervenções na minha Monografia deixaram lacunas e a necessidade de continuação.

Logo que foi iniciado o Mestrado na UENF em 2023, essas observações, antes feitas na Monografia, também foram questionadas na Universidade em questão. Nos dias de aulas presenciais, cerca de 3 dias na semana, foi percebido que não tinha pessoas atípicas além das que frequentavam as áreas destinadas ao Projeto Paraesporte⁴ e procurava compreender as dificuldades desse grupo dentro da Universidade. Como seria o deslocamento até a Universidade? Elas seriam afetadas pela falta de transporte público? Se sim, em que sentido? E dentro da Universidade, como seriam a locomoção dessas pessoas, no que se refere a qualificação do espaço? Existe algum programa social que ajude na permanência delas dentro da Universidade? Como uma Universidade que possui a política de cotas através do ENEM/SISU para pessoas com deficiência garante a permanência delas?

Transitando nas legislações, visualiza-se que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou em 24 de agosto de 2023, dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2013 e 2019, que apresentou um número estimado de 18,6 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, de 2 anos ou mais, o que corresponde a 8,9%⁵. Ainda, em 2022, mais especificamente, no terceiro trimestre, 47,2% das pessoas com deficiência tinham 60 anos ou mais. Os que não apresentavam deficiência, representava 12,5% neste grupo etário.

Quanto às dificuldades investigadas, 3,4% da população brasileira, declarou possuir dificuldades para andar ou subir, seguida por enxergar, 3,1%; para aprender e se concentrar 2,6%; levantar algum objeto da cintura até a altura dos olhos, 2,3%; ouvir mesmo usando aparelhos auditivos, 1,2%; se comunicar e ser compreendido, 1,1%. Esse perfil se mostrou mais

⁴ Esse programa Paraesporte teve o seu início em 2013 na cidade de Rio das Ostras e em 2017 passou a ser sediado na UENF, de forma gratuita, oferecendo modalidades como futebol, dança, natação, bocha, vôlei, basquete e entre outros para PCD.

⁵ As informações foram obtidas no site do IBGE. Link: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>. Acessado em: 02 de janeiro de 2024.

feminino com 10% a masculino com 7,7% e quanto a cor, maior nas pessoas que se declararam pretas com 9,5%, em seguida 8,9% entre pardos e 8,7% entre brancos.

A pesquisa ainda apresenta que a taxa de analfabetismo para pessoas com deficiência é de 19,5% enquanto para pessoas que se declararam sem deficiência, de 4,1%. Para pessoas de Nível Superior foi de 7% para pessoas com deficiência e as que se declaram sem deficiência, de 20,9%. E essa taxa de escolarização foi menor em todas as faixas etárias. Ainda, conforme o Censo de Educação Superior 2021, 63.404 mil estudantes matriculados em curso de graduação presencial e à distância possuem deficiência.

Esses números são indicadores da importância de analisar o porquê das pessoas com deficiência sempre abaixo das pessoas que se declaram sem deficiência no que rege a escolarização/educação.

De acordo com Silva (2023) mesmo com a promoção de políticas públicas no Brasil que permitem o acesso de pessoas com deficiência nas Universidades como o Decreto n.º 6.949/09 (BRASIL, 2009), a Lei n.º 13.145/2015 (Lei Brasileira de Inclusão, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência) e a Lei n.º 13.409/2016 (BRASIL, 2016) garantem e asseguram o acesso educacional em todos os níveis de ensino e o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais, visando à sua inclusão social, ainda se mostram pouco expressivos até então.

Transportando essa análise das dificuldades investigadas para o município analisado, conforme o censo do IBGE 2010, Campos possui cerca de 999 pessoas que não conseguem ouvir de modo algum, enquanto 3.973 possui grande dificuldade e 15.757 apresenta alguma dificuldade; na deficiência mental/intelectual tem 6.522 pessoas, mas sem caracterização de grau de dificuldade; na motora tem 2.331 pessoas declararam não conseguir de modo algum, seguida de 11.446 pessoas com grande dificuldade e 24.358 com alguma dificuldade; visual tem 1.409 não conseguem ver de modo algum, 15.818 com grande dificuldade e 67.393 com alguma dificuldade.

O município analisado, Campos dos Goytacazes, está localizado no interior do estado do Rio de Janeiro, situado na região Sudeste do país, considerado uma cidade de porte médio. Na **Figura 04** abaixo apresenta o mapa de localização para melhor entendimento de quem não conhece Campos.

Figura 04: Mapa do Estado do Rio de Janeiro situando o município de Campos dos Goytacazes



Fonte: Elaborado pela autora com base em fotos no Google, 2024

A cidade de Campos-RJ apresenta muitas complexidades e potencialidades dado o seu extenso território e suas transformações ao longo de sua história, deixando marcas na paisagem urbana, bem como nos espaços públicos e nas experiências de alguns grupos nela viventes. Segundo Peixoto (2008, p.41), o Brasil teve muitas mudanças importantes com os valores de uma sociedade europeia e novas configurações socioeconômicas marcadas com a abolição da escravidão e a República. Todo esse movimento social e espacial devido à modernização, no entanto, como colocado pela autora (2008) “não resolveu as contradições e não apagou os contrastes entre as cidades do litoral, prontas para receber o capitalismo e aquelas situadas no interior do país, ainda ligadas à tradição agrícola”. Campos também teve todo este processo de adaptação desse modo de vida, antes situado no campo. E nessa adequação do capitalismo somado a equipamentos modernos, infraestrutura e serviços que a cidade constituiu a sua realidade urbana.

Ainda como observação de Campos, mas trazendo para uma concepção voltada a educação, a cidade tem um polo acadêmico que concentra grandes Instituições Públicas de Ensino Superior, como os Institutos Federais Fluminenses (IFF) nos *Campus-Centro* e *Campus-Guarus*; a Universidade Federal Fluminense (UFF); e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF; a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/*Campus-Campos dos Goytacazes*). E a escolha da UENF, como recorte locacional da realização do trabalho de campo, se deu pelo questionamento inicial e pela Instituição se tratar de um espaço social, aberto e público, destinado a todos que têm o direito de circulação, composto por muitas pessoas nas quais cada uma possui a sua singularidade; um espaço onde existe a convivência com a diversidade e que ainda há muitos percalços na inclusão.

À luz dessas observações, do número bastante significativo de pessoas com deficiência no Brasil e dos avanços em relação ao direito e legislações direcionadas a essas pessoas, a participação e autonomia delas frente às cidades e Universidades, ainda está distante do esperado.

Posto isso, o objetivo da pesquisa é diagnosticar de que modo a Universidade se insere na vida dos estudantes de graduação com deficiência no que rege a qualificação do espaço, trazendo uma aproximação com o contexto do direito à cidade. E para atingir isso, ainda existem outros objetivos de caráter mais específicos a serem alcançados, sendo eles compostos por analisar os fundamentos teóricos de John Rawls e como sua teoria do princípio da diferença e o bem social primário autoestima e respeito próprio se relacionam com as pessoas com deficiência; examinar com os discentes e gestores da UENF sobre a acessibilidade e a permanência dos alunos com deficiência nos cursos de graduação; verificar a qualificação da UENF no que rege a acessibilidade consoante a NBR 9050 no Centro CCH e seu entorno.

Para tanto, esta pesquisa utilizará de uma metodologia qualitativa por meio de entrevistas realizadas pela plataforma digital *Google Forms*, apresentado no Apêndice A, a alunos com deficiência da graduação, que contou com a ajuda do coordenador Djalma, da Secretaria Acadêmica, a fim de ter uma percepção parcial sobre as dificuldades destes alunos. Ainda tiveram entrevistas com a ex-professora Nadir Francisca Sant'anna, que se dedicou a trabalhos visando ajudar pessoas com deficiência visual, a Arquiteta Mônica e o Engenheiro Gabriel da Prefeitura da UENF a fim de coletar informações acerca dos projetos de acessibilidade vigentes no ano de 2024, no Apêndice B e as psicólogas do ProAC. Todas essas entrevistas têm o objetivo de compreender a percepção dessas pessoas quanto à acessibilidade física e social da UENF.

Vale a ressalva que, a proposta inicial era uma metodologia qualitativa e quantitativa, contudo esbarramos com algo inesperado, a saber, a não disponibilidade de participação dos alunos e do Núcleo de Acessibilidade Pedagógica (NAP).

Como exposto no parágrafo 02, ao relatar sobre o “olhar” para o problema desde a Monografia, procurou-se com as entrevistas, o que o sociólogo Pierre Bourdieu (2007) em seu texto “Compreender” denomina de “exercício espiritual”, esquecendo do lugar como entrevistador e colocando no lugar e nos problemas dos entrevistados. Logo, todas as entrevistas foram realizadas da forma que os entrevistados se sentissem mais confortáveis, transcorrendo através do WhatsApp, da Plataforma digital *Google Meets* e pessoalmente, sem muitas perguntas, procurando sempre manter uma conversa bilateral.

Partindo do pressuposto que esses problemas de acessibilidade e acontecem devido à relação entre o indivíduo e a cidade, dispôs de uma discussão do ponto de vista teórico, no capítulo com contribuições de Henri Lefebvre e sua obra “*O direito à cidade*”, 2001, relatando que a problemática urbana começa com o processo de industrialização, onde as cidades perdem o seu valor de uso, não sendo destinadas aos seus usuários e muito menos a diversidade de alguns deles. Foi utilizado também de outra abordagem sobre o direito à cidade na perspectiva de David Harvey (2014). Além disso, quanto ao entendimento do que é cidade e como ela surgiu, teve contribuições de Raquel Rolnik (1995) e do geógrafo Milton Santos (1993 e 2007). Ainda, Erving Goffman e seu conceito *estigma*, no qual o autor traz uma perspectiva de análise bastante valiosa para este trabalho, dedicando a estudos a pessoas que sofreram algum tipo de discriminação, preconceito que apresentassem marcas distintas ou papéis que não eram esperados pelo grupo social no qual estavam inseridos.

No capítulo dois buscou-se apresentar a teoria de justiça de John Rawls, abordando os principais aspectos referentes a sua teoria e os princípios de justiça, em particular, o princípio da diferença, como forma de corrigir as desvantagens daqueles menos favorecidos e o bem social primário: a autoestima/respeito próprio.

No capítulo três trouxe uma contextualização sobre a UENF, as perspectivas e narrativas de discentes e gestores sobre a acessibilidade da mesma e como acontece essa locomoção até a Universidade. O objetivo aqui foi perceber de que modo a UENF se insere na autonomia e dificuldades, como espaço público, para estudantes com deficiência na graduação. E, por último, uma proposta de projeto de acessibilidade de baixo custo, nos caminhos internos que ligam um Centro ao outro, para ajudar as pessoas com deficiência visual e autismo na Universidade. O ponto central desse projeto é de fato contribuir para a melhoria do dia a dia desses estudantes e não apenas mostrar a incongruências na UENF.

2 CIDADE, SEGREGAÇÃO E ESTIGMA DO ESPAÇO URBANO

“Cidade e território pertencem inevitavelmente à experiência cotidiana de cada um”

(Bernardo Secchi)

Antes de iniciar a temática sobre o direito à cidade e apresentar os principais autores que abordam esse assunto, este capítulo se inicia com a seguinte pergunta: o que é cidade? No campo dos estudos urbanos, a cidade é palco de disputas e de segregações. Ela possui várias interpretações e explicações por diferentes autores e partindo desse entendimento, trataremos de uma estreita elucidação da Raquel Rolnik em sua obra “*O que é cidade*” publicada em 1995 e de duas obras do geógrafo Milton Santos (1993 e 2007).

Rolnik (1995) busca diferentes conceitos sobre o que é cidade, trazendo referências de cidades muito distintas entre si e apontando o que é importante e comum entre elas. Trata também do surgimento das cidades capitalistas, seus conflitos e contradições. É bastante reiterado nas suas definições de cidade a importância da gestão coletiva e como a cidade é cenário da circulação de pessoas do mesmo modo que é mercado e capital. Pensar na cidade como imã e como escrita leva a autora a pensar nela também como civilidade, porque “um homem só no apartamento ou um indivíduo dentro do automóvel é um fragmento de um conjunto, parte de um coletivo” (ROLNIK, 1995, p.19).

Há uma necessidade de cooperação da sociedade. Sempre vai existir dentro da cidade uma maneira de organizar e uma relação política. Neste sentido:

“A cidade é uma obra coletiva que desafia a natureza. Ela nasce com o processo de sedentarização e seu aparecimento delimita uma nova relação homem/natureza: para fixar-se em um ponto para plantar é preciso garantir o domínio permanente de um território. Imbricada, portanto com a natureza mesma da cidade está a organização da vida social e conseqüentemente a necessidade de gestão da produção coletiva. Indissociável à existência material da cidade está sua existência política.

[...] o espaço urbano deixou assim de se restringir a um conjunto denso e definido de edificações para significar, de maneira mais ampla, a predominância da cidade sobre o campo. [...] No limite, este movimento tende a devorar todo o espaço, transformando em urbana a sociedade como um todo” (ROLNIK, 1995, p. 8-12).

De acordo com Santos (1993)⁶, quanto ao surgimento das cidades, o Brasil é um país agrário e toda a nossa história vem de um povo agrícola, de lavradores e pastores. É no campo que se forma a nossa civilização. A partir do século XVIII que a urbanização se desenvolve porque a cidade torna-se casa do senhor do engenho, mas a ela só adquire as características que conhecemos hoje depois do século XIX, onde “a população brasileira subira de 9,9 milhões para 14,3 milhões, crescendo mais de 40% em apenas quinze anos [...] a população concentrada em cidades passa de 4.552.000 pessoas em 1920 para 6.208.699 em 1940” (SANTOS, 1993, p. 22). O país foi por muitos anos formado por subespaços que tinham suas lógicas próprias, mas esse quadro foi interrompido na metade do século XIX com a produção do café e é nessa nova dinâmica que o processo de urbanização se desenvolve. O autor ainda explica que:

“Esse primeiro momento durará até a década de 30, quando novas condições políticas e organizacionais permitem que a industrialização conheça, de um lado, uma nova impulsão, vinda do poder público e, de outro, comece a permitir que o mercado interno ganhe um papel, que se mostrará crescente, na elaboração, para o País, de uma nova lógica econômica e territorial. A partir dos anos de 1940 -1950, é essa lógica de industrialização que prevalece: o termo industrialização não pode ser tomado, aqui, em seu sentido estrito, isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torna-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terceirização) e ativa do próprio processo de urbanização” (SANTOS, 1993, p. 27).

A cidade é diferente do espaço rural. É voltada para atividade secundária, indústria e terciária, o comércio.

Após a Segunda Guerra Mundial, o forte movimento de urbanização resulta no aumento do crescimento demográfico e isso melhora os padrões de vida e da urbanização. Nesse período, o território se torna indispensável porque ele é quem possibilita a integração e circulação em virtude da construção de ferrovias que eram desconectadas no Brasil até então e passaram a ser interligadas. Em 1964, com o golpe de Estado, também criou condições de rápida integração no país, tornando-se grande exportador de outros produtos agrícolas como a soja, o café, o cacau, etc. Ainda, temos como consequência dessa veloz circulação uma “população aumentada, a classe média ampliada, a sedução dos pobres por um consumo diversificado e ajudado por sistemas extensivos de crédito, servem como impulsão à expansão territorial”

⁶ A obra “A urbanização brasileira” foi publicada em 1993. O autor aponta no início do livro alguns problemas da sua obra, descrevendo que é especialista e orientado apenas em geografia, apesar de possuir muita curiosidade e ambição a outros assuntos.

(SANTOS, 1993, p. 36). Com essa expansão e melhoria da fluidez no país, tem-se o capitalismo e os bens que antes tinham valor de uso tornam-se valor de troca.

Para Rolnik (1995) na cidade, ao concentrar uma abundância de pessoas, intensifica as possibilidades de trocas entre elas e surge a ideia de cidade como mercado. Essa cidade está atrelada ao excedente. O indivíduo produz para além de sua sobrevivência e o que sobra, ele troca, instaurando o mercado. Milton (1993) denomina todo esse movimento como a nova urbanização brasileira. Tem-se nessa nova urbanização um forte crescimento de habitantes nas cidades, tornando o sistema urbano modificado por indústrias agrícolas não urbanas. Além disso, a junção com o Estado termina de mudar todas as regras de economia e sociedade, “fazem com que o território passe a ser submetido a tensões muito mais numerosas e profundas [...] levando a mudanças rápidas e brutais dos sistemas territoriais em que se inserem” (SANTOS, 1993, p. 51). Esclarece a cidade como:

“As cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas [...] esses lugares representam estoques de meios de consumo, estoques de sementes e implementos, estoques de capital de giro (agora indispensáveis), estoque de mão de obra nos mais diversos níveis, centros de transportes e de comunicações, pólos de difusão de mensagens e ordens [...] a cidade se torna o *locus* da regulação do que se faz no campo” (SANTOS, 1993, p.51-52).

Visualiza-se uma cidade que teve origem com a vinda das pessoas, a saída delas do espaço rural somado a uma modernização e o surgimento do capitalismo que modifica todas as relações entre o indivíduo e a cidade. A cidade ao se transformar em uma mercadoria, levou a divisão da sociedade em classes e hoje, não há nada que não seja de domínio do mercado. A terra urbana, antes ocupada por pessoas, passa a ser uma mercadoria, que se compra e vende. E esse movimento da divisão da sociedade em classes e funções no espaço urbano que levam ao que conhecemos: a segregação socioespacial.

Para Santos (2007) na sua obra “O espaço do cidadão”, publicada originalmente em 1987, traz uma crítica à redução da cidadania a mero consumidor, uma consequência do capitalismo. O autor acredita que toda essa atividade econômica distribui as pessoas de maneira desigual nos espaços e essa má distribuição estabelece que a maioria não tenha o seu acesso efetivo aos bens essenciais nas cidades.

Além disso, traz uma visão de justiça social situada na distribuição geográfica, acreditando que o simples nascer já nos investe direitos, “direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra frio, a chuva, as intempéries; direito ao trabalho, à justiça,

à liberdade e a uma existência digna” (SANTOS, 2007, p. 19). Mas, todos esses direitos ainda são muito escassos.

Milton (2007) buscou uma definição do que é ser cidadão na cidade, acreditando haver cidadãos que são mais que outros e há também aqueles que ainda nem são, como:

“Nessas condições, deve-se falar de um modelo cívico-territorial, a organização e a gestão do espaço sendo instrumentais a uma política efetivamente redistributiva, isto é, tendente à atribuição de justiça social para a totalidade da população, não importa onde esteja cada indivíduo. A plena realização do homem, material e imaterial, não depende da economia, como hoje entendida pela maioria dos economistas que ajudam a nos governar. Ela deve resultar de um quadro de vida, material e não imaterial, que inclua a economia e a cultura. Ambos têm que ver com o território e este não tem apenas um papel passivo, mas constitui um dado ativo, devendo ser considerado com um fator e não exclusivamente como reflexo da sociedade. É no território, tal como ele atualmente é, que a cidadania se dá como ela é hoje, isto é, incompleta. Mudanças no uso e na gestão do território se impõem, se queremos criar um novo tipo de cidadania, uma cidadania que se nos ofereça como respeito à cultura e como busca de liberdade” (SANTOS, 2007, p.18).

Hoje, dentro das cidades, precisamos comprar tudo, todos os nossos direitos aos espaços públicos, por exemplo, foram privatizados.

“Temos de comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços publicizados, como os playgrounds ou, ainda mais sintomático, os condomínios fechados que a gente rica justifica como necessário à sua proteção. O lazer na cidade torna-se igualmente o lazer pago, inserido a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais” (SANTOS, 2007, p.64).

Transportando todo o exposto para a cidade de Campos, quanto ao seu crescimento populacional, de acordo com Peixoto (2008), em 1872 a cidade tinha uma população urbana de 19.520 habitantes, enquanto a população rural, 69.305, totalizando 88.825 habitantes. Com o que a autora denomina de “explosão do mundo urbano” as pessoas começaram a se identificar com a cidade e esse quantitativo se alterou. Todo o projeto de modernização e desenvolvimento, citado também por Milton Santos, mudaram a morfologia de Campos.

“O desenvolvimento da indústria neste último quartel do século 19, anunciava o aparecimento de uma nova realidade sócio-econômico e político no Brasil: a entrada do modo de produção capitalista e o fim do poder individual dos ‘senhores’. O advento das usinas provoca a perda definitiva do prestígio individual do senhor do engenho, já ameaçado pelo movimento abolicionista,

intensificado depois da suspensão do tráfico de escravos, em 1855. Assiste-se, então, em Campos, ao início do capitalismo. Este fenômeno é tão importante que os habitantes da zona rural próxima emigram para a cidade, trazendo consequências para o espaço urbano. A competição fica cada vez mais forte entre a produção industrial de açúcar em grande escala e a pequena produção, pois as usinas logo dominam a produção, até a eliminação completa dos engenhos sob a pressão do capital” (PEIXOTO, 2008, p.49)

Peixoto (2008) mostra como as transformações econômicas, advindas das usinas de cana-de-açúcar e a desarticulação dos senhores do engenho, trazem uma mudança significativa na cidade. Vale a ressalva que por mais que toda essa estrutura anterior tenha sido “modificada” com o capitalismo, as consequências disso ainda se mantêm.

Todas essas transformações em Campos também puderam ser transferidas para a malha urbana, como os transportes coletivos públicos, as ruas, as calçadas, o espaço urbano em sua totalidade foi bastante afetado. Essa sociedade moderna que recebeu padrões europeus, por exemplo, não garante nenhum acesso equitativo na cidade. É uma sociedade marcada pela desigualdade de acesso a condições mínimas, postas por Milton Santos aqui, de moradia, educação, saúde, direitos simples ao nascer.

Torna-se cada vez mais imprescindível o entendimento de como a cidade funciona. “O território é a base comum de operação para todos os atores” (SANTOS, 1993, p.107). E alguns desses atores (ao que interessa a pesquisa) passam uma comunicação de incompletude, inadequado, de corpo deformado. Desse modo, a arquitetura exclusiva dos espaços públicos (afetados com essa modernização, embelezamento e padronização) e a indiferença inviabilizam o pertencimento e a integração das pessoas com deficiência como sujeitos de direitos. Milton (2007) acredita que vivemos em espaços empobrecidos e que todas as experiências que temos nas cidades mostram, na realidade, um espaço sem cidadãos.

Trazendo essa concepção da comunicação de incompletude, de acordo com França (2020, p. 60) com a elaboração do Modelo Social da Deficiência, isso pode ser tratado de forma política e nos estudos sociais que abordam sobre este tema. Esse modelo surgiu da “necessidade de crítica ao entendimento majoritário sobre a deficiência, o Modelo Médico, que se entende como universal e neutro, sendo assim também percebido socialmente devido à sua proximidade com o senso comum”.

Para França (2020) este Modelo Médico não é mais utilizado porque expressava o mesmo entendimento comum sobre a incapacidade e desvantagens sociais das pessoas com deficiência ligadas as limitações corporais e ignora o papel das estruturas sociais. Ele ainda esclarece que:

“A essa definição de deficiência, que a compreende como um estilo de vida imposto às pessoas com determinadas lesões no corpo, marcado principalmente pela exclusão e opressão vivenciadas, foi dado o nome de Modelo Social da Deficiência. Com o advento desse título, também foi denominado como seu oposto o Modelo Médico da Deficiência que legitimaria a opressão das pessoas com deficiência” (FRANÇA, 2013, p. 62)

Ainda sobre o Modelo Social da Deficiência, para Bampi, Guilhem e Alvez (2010), a deficiência continua sendo vista como azar ou má sorte e do ponto de vista social, as pessoas com deficiência são vistas como minoria. E este Modelo é resultado das desvantagens advindas da organização social contemporânea, que entende que essas exclusões não são resultadas da deficiência, mas das questões da vida em sociedade.

O capacitismo⁷ nas cidades é visto como uma pessoa que não é igual, não apta e diminuída como ser humano. É importante desconstruir essa imagem/comunicação de incompletude, porque o que está incompleto, na verdade, são as cidades.

Após o entendimento das cidades vistas como mercadoria, as transformações espaciais e sociais mediante ao capitalismo, as temáticas como o direito à cidade, cidade justa, justiça social se fazem necessárias e estão sendo bastante discutidas hoje. Tais expressões nem sempre são sinônimas apesar de versarem sobre o mesmo assunto.

2.1 O direito à cidade em Henri Lefebvre

O filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre se propõe discutir em sua obra “*Direito à cidade*” (2001)⁸ sobre o espaço urbano, apresentando a problemática urbana a partir do processo de industrialização que caracteriza a sociedade Moderna e a urbanização. Ele diferencia que:

“Se distinguirmos o indutor e o induzido, pode-se dizer que o processo de industrialização é indutor e que se ponde contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, sem omitir a crescente importância dos lazeres e das questões relativas à ‘cultura’” (LEFEBVRE, 2001, p.11).

⁷ Essas experiências capacitistas que modulam as pessoas, causando fissuras nas expectativas das interações pessoais (AMORIM et al., 2022).

⁸ Seu livro *Direito à Cidade* foi inicialmente publicado em 1968 e foi um dos pioneiros a dar grande visibilidade a esse tema.

A cidade existe antes da industrialização. Essas cidades, que ele chama de “obras mais belas”, como a cidade oriental, a cidade arcaica, a cidade medieval, datam épocas anteriores a esse processo. Ao explicar sobre a cidade fica evidente os pensamentos de Marx sobre valor de uso e valor de troca.

“A partir do sobreproduto crescente da agricultura, em detrimento dos feudos, as cidades começam a acumular riquezas [...] as cidades apoiam as comunidades camponesas e a libertação dos camponeses, não sem se aproveitarem disso em seu próprio benefício. Em suma, são centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras.

A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro)” (LEFEBVRE, 2001, p.12).

Raquel (1995) também acredita que a cidade incorpora valor de troca na qual a riqueza deixa de ser apenas imobiliária. As propriedades de terras passam a pertencer aos capitalistas urbanos. Lefebvre (2001) elucida bem esse contraste que acontece nas cidades a partir da industrialização e como as lutas de classes intervêm na produção do espaço.

“A cidade conserva um caráter orgânico de comunidade, que lhe vem da aldeia, e que se traduz na organização corporativa. A vida comunitária (comportando assembleias gerais ou parciais) em nada impede as lutas de classes. Pelo contrário. Os violentos contrastes entre riqueza e a pobreza, os conflitos entre os poderosos e os oprimidos não impedem nem o apego à Cidade, nem a contribuição ativa para a beleza da obra. No contexto urbano, as lutas de facções, de grupos, de classes, reforçam o sentimento de pertencer” (LEFEBVRE, 2001, p.13).

O processo de industrialização e urbanização acontecem de forma simultânea. Esse processo é ao mesmo tempo inseparável e conflitante. O autor (2001) utiliza da Grécia para mostrar isso: os monumentos que permitiam identificar a Grécia antiga, hoje são vistos como um consumo turístico. O que antes apenas mostrava uma cidade, hoje é usada como valor de troca. Ademais, a cidade passa a ser ordenada por meio da produção, preceitos de economia, girando em torno do trabalho e isso leva a uma metáfora de “*implosão e explosão*”, o qual a classe trabalhadora é segregada da cidade, retirada do espaço a função de reprodução de uma vida como todo.

“As pessoas se deslocam para as periferias distantes, residenciais ou produtivas. Escritórios substituem os apartamentos nos centros urbanos. Às vezes (nos Estados Unidos) esses centros são abandonados para os ‘pobres’ e tornam-se guetos para os desfavorecidos. Às vezes, pelo contrário, as pessoas mais abastadas conservam fortes posições no coração da cidade (em redor do Central Park em New York, no Marais em Paris)” (LEFEBVRE, 2001, p.18).

A sociedade moderna não é capaz de trazer soluções para a problemática urbana. Ele (2001) pensa no direito à cidade numa perspectiva a partir da periferia do capitalismo e da metrópole. Muitos dos conceitos utilizados pelo autor levaram a outros autores a denominarem como “crise urbana”. Esta crise que transferiu a conflitos urbanos trouxe muitas reivindicações e lutas dos movimentos sociais urbanos como aconteceu na Jornada de junho de 2013 em todo o Brasil.

A obra analisada de Lefebvre traz muitas ideias de Marx sobre o capitalismo e sua relação com a cidade e os grupos nela viventes. Não abordarei sobre Marx aqui visto que o espaço exige um certo grau de síntese, mas ele tem bastante contribuição para o Lefebvre na compreensão da sociedade urbana, no capital e no conflito entre o valor de troca e o valor de uso da cidade.

Henri Lefebvre faz uma crítica bastante dura no final do primeiro capítulo aos arquitetos, escritores, chamando de “urbanismo dos homens de boa vontade”, “urbanismo dos administradores ligados ao setor público” e o “urbanismo dos promotores de vendas” (LEFEBVRE, 2001, p.31-32). Todos chegam ao mesmo resultado, reduzindo o habitar (festa, vivenciar a cidade, se movimentar) a *habitat*. O direito à cidade para Lefebvre (2001) busca o direito à vida urbana:

“O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao *habitat* e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 134).

Santos (2007) também traz essa concepção do direito à apropriação diferente à propriedade. Ele acredita que a literatura ao trazer essa definição, “é objeto de um discurso ideológico cheio, às vezes, de boas intenções [...] por enquanto, o que mais se conseguiu foi consagrar o predomínio de uma visão imobiliária da cidade, que impede de enxergá-la como uma totalidade” (SANTOS, 2007, p. 19).

Lefebvre (2008) acredita que a classe operária é a única capaz de modificar a vida social, porque dá lugar a uma nova estratégia que se opõe a classe dominante, “a pressão das massas tem como efeitos sociais o surgimento e o reconhecimento de alguns direitos que definem a civilização [...] que incorporam à vida cotidiana” (BRANDT, 2019, p.5).

“Só o proletariado pode investir sua atividade social e política na sociedade urbana. Só ele pode renovar o sentido da atividade produtora e criadora ao destruir a ideologia do consumo. Ele tem, portanto, a capacidade de produzir um novo humanismo, diferente do velho humanismo liberal que está terminando sua existência: o urbanismo do homem urbano para o qual e pelo qual a cidade e sua própria vida cotidiana na cidade se tornam obra, apropriação, valor de uso (e não valor de troca) servindo-se de todos os meios da ciência, da arte, da técnica, do domínio sobre a natureza material” (LEFEBVRE, 2008, p. 140 apud BRANDT, 2019, p.5).

Muito se fala hoje em “direito à cidade” porque trata de um direito essencial a uma vida decente, independentemente do lugar que esteja. É um direito de ter bens e serviços mínimos, sem os quais não é digno viver.

2.2 O direito à cidade em Harvey David

No dizer de Harvey (2014), na sua obra “*Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*”, publicada originalmente em 2012, aponta que as observações feitas por Lefebvre sobre o direito à cidade são muito importantes, no entanto, há uma diferença na sua interpretação. Ele vê que esse direito parte “das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero” (HARVEY, 2014, p. 15). Essa ideia vem de reivindicações e da importância dos movimentos sociais urbanos.

“Além do mais, o direito à cidade é um significante vazio. [...] temos de enfrentar a questão de os direitos de quem está sendo identificado, e ao mesmo tempo reconhecer, como Marx afirma n’O Capital, que ‘entre direitos iguais, o que decide é a força’. A própria definição de ‘direito’ é objeto de uma luta, e essa luta deve ser concomitante com a luta por materializá-lo”. (HARVEY, 2014, p.20)

Para o autor (2014), as cidades surgiram da concentração geográfica e social, entendendo que sempre foi um fenômeno de classe em virtude do excedente partindo de um lugar ou alguém e esse lucro acumulado concentrado nas mãos de poucos. Se o capitalismo, para ele, é uma eterna busca pela mais-valia, isso significa que essa produção é exigida pela

urbanização, levando uma ligação entre os dois. O sociólogo urbano Robert Park (1967 apud HARVEY, 2014) acredita que “ao criar a cidade o homem recriou a si mesmo”, dessa forma, o direito à cidade é colocado como reinventar a cidade conforme os próprios desejos. Ele (2014) destaca a importância e a necessidade de um movimento anticapitalista na transformação da vida urbana cotidiana.

De acordo com Harvey (2014, p. 33) utiliza de uma indagação para entender o direito à cidade: “de que modo, então, a urbanização capitalista tem sido impulsionada pela necessidade de contornar as barreiras e aumentar o espaço da atividade capitalista lucrativa?” Ele inicia examinando o caso de Paris do Segundo Império e dos Estados Unidos; em Paris, a crise de 1848 significou a reconfiguração da cidade, com projetos de George-Eugène Haussmann, reformulando bairros inteiros, de modo a criar um novo estilo de vida e transformar o centro em consumo e turismo; nos EUA, em 1942, Robert Moses, faria na região metropolitana de Nova York o que Haussmann havia feito em Paris, esvaziando o centro e expulsando os que viviam nos guetos. Todo esse processo urbano tornou-se global, gerando um “boom” no mercado imobiliário, o qual favorece os ricos à medida que o espaço rural era desapropriado pela industrialização e comercialização da agricultura.

Todo esse processo levou a transformação do estilo de vida das pessoas, “a qualidade de vida tornou-se uma mercadoria para os que têm dinheiro” (HARVEY, 2014, p. 46). Esses desdobramentos tiveram, por um lado, o surgimento dos movimentos revolucionários como a Comuna de Paris (1871), a revolta dos guetos nos Estados Unidos (1960) e a crise global em 2008.

“Um mundo no qual o consumismo, o turismo, as atividades culturais e baseadas no conhecimento, assim como o eterno recurso à economia do espetáculo, tornam-se aspectos fundamentais da economia política urbana, inclusive na Índia e na China. A tendência pós-moderna a estimular nichos de mercado, tanto nas escolhas culturais, envolve a experiência urbana quanto de hábitos de consumo e formas culturais, envolve a experiência urbana contemporânea em uma aura de liberdade de escolha no mercado, desde que você tenha dinheiro e possa se proteger da privatização da redistribuição da riqueza por meio de florescente atividade criminosa e das práticas fraudulentas e predatórias. [...] o ‘novo urbanismo’, que enaltece a venda da comunidade e o estilo ‘boutique’ como modo de vida como um produto criado pelos agentes imobiliários para satisfazer os sonhos urbanos. É um mundo em que a ética neoliberal do intenso individualismo, que quer tudo para si, pode transformar-se em um modelo de socialização da personalidade humana [...] vivemos cada vez mais em cidades divididas, fragmentadas e propensas a conflitos. O modo como vemos o mundo e definimos possibilidades depende do lado da pista em que nos encontramos e a que tipo de consumismo temos acesso”. (HARVEY, 2014, p.46-47)

Em 2009 (depois da crise de 2008), havia muitos bilionários espalhados pelo mundo, sobretudo no Brasil. Essa crescente distribuição de riqueza transformou as cidades no que comumente vemos hoje: condomínios fechados, espaços públicos mantidos sob vigilância (Harvey, 2014). Essas formas espaciais também são visualizadas em Campos-RJ, como local de estudo, com condomínios verticais nas áreas centrais, condomínios horizontais nas áreas periféricas e espaços públicos sob vigilância 24 horas por dia. Além disso, condomínios de médio e alto padrão no entorno do recorte locacional, a UENF.

O direito à cidade é colocado cada vez mais nas mãos dos interesses privados, dos agentes imobiliários que continuam a vender a cidade como lugar para grandes negócios, os quais têm condições de moldar o espaço segundo suas necessidades e desejos, reafirmando a ideia de Robert Park.

Vale a reflexão de repensar como as cidades foram construídas, para quem e como de fato são usufruídas. Cada indivíduo possui a sua própria relação, seu símbolo, criados com o ambiente ao seu redor. E o problema que decorre com alguns sujeitos é em virtude ao uso do espaço hierarquizado, não igualitário. Esse tipo de hierarquização do ambiente urbano cria uma limitação de alguns indivíduos na cidade, como negros, LGBTQIA+, pessoas com deficiência.

Segundo George Simmel, sociólogo que possui produções para a compreensão da relação dos indivíduos e a sociedade moderna, apresenta como esse processo de socialização intensa advinda da mercantilização das relações, altera os vínculos e conexões dos indivíduos. A cidade, não é “formada por grupos homogêneos que se complementam, completam ou que somente cooperam. Simmel reinsere o conflito como algo constituidor da sociabilidade, enquanto apresenta uma cidade constituída por indivíduos que se relacionam, se veem, se esbarram e muitas vezes se isolam, num ato de defesa” (SIMMEL, *apud* MELLO, 2020, p. 25). Antes as pessoas possuíam uma relação de pertencimento com algum lugar ou outro elemento identitário, porém, hoje, se acelera um processo de padronização⁹.

A cidade projeta a possibilidade da troca. É refletir quais as bases que fundamentam a sua negação numa cidade que reproduz homogeneidade. Para Harvey (2014 *apud* BRANDT, 2019) “a cidade funciona como um espaço importante de ação e revolta política [...] uma vez

⁹ Esse processo de padronização e homogeneização é bastante comum no Parque Rodoviários na cidade de Campos-RJ, com condomínios de alto padrão nessa área periférica formando uma espécie de “bairro” que só admite pessoas iguais.

que estas não são meros efeitos colaterais das aspirações humanas, mas têm a ver com as peculiaridades da vida urbana, com potencial para fundamentar as lutas anticapitalistas”.

Lefebvre (2001) vê esse direito subordinado ao valor de troca e consumo e propõe a retomada da cidade no sentido de obra (valor de uso), conduzida pela classe trabalhadora. Para Harvey, o direito à cidade é uma ligação entre o duplo processo de industrialização-urbanização, em que o capital exerce poder sobre os processos de urbanização. Fica evidente em ambos que a urbanização não pode ser vista de forma separada da industrialização.

O dinheiro é visto como construtor das relações sociais. Esses conflitos, quanto o *direito à cidade*, afetam muitos grupos, principalmente aqueles vistos como minoria. São retirados das pessoas seus direitos e como usufruir plenamente dos espaços.

2.3 Erving Goffman: o estigma

Nos subcapítulos 1.1 e 1.2 observa-se que na cidade permite a circulação de encontros, de conflitos e de troca. Aqui, proponho apresentar os conceitos de estigma utilizados pelo autor que serão observados no capítulo três da pesquisa.

Erving Goffman foi um sociólogo e antropólogo canadense e se dedicou a muitos estudos sobre as relações sociais e as interpretações das pessoas no seu cotidiano. A obra dele que será assentada neste subcapítulo é “*Estigma: Notas sobre a Manipulação de uma Identidade Deteriorada*”, publicada originalmente em 1963.

A cidade, como dita anteriormente, é palco de encontros entre os grupos nela inseridos, onde constroem as suas representações sobre si e sobre o outro, isso quer dizer que “[...] em uma sociedade os indivíduos constroem significados à medida que em cada interação, encontro, troca, olhar ou conversa com outro, produzo um significado sobre minha realidade social e ele também produz sobre a dele e sobre mim” (GOFFMAN, 1982, *apud* MELLO, 2020, p.31).

Goffman (1982) como um dos representantes do interacionismo simbólico, traz um conceito muito importante para a pesquisa: *o estigma*. Esse termo era utilizado pelos gregos para se referirem a sinais corporais ou evidenciar algo mau sobre outra pessoa. Essa pessoa “marcada” precisava ser evitada em lugares públicos. Na Era Cristã, mais dois sinais foram acrescentados como os sinais corporais de graça divina e os sinais de distúrbio físico.

“As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com ‘outras pessoas’ [...] quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua ‘identidade social’. [...] nós as transformamos em

expectativas normativas, em exigências de modo rigoroso” (GOFFMAN, 1982, p. 12).

Essas exigências nos levam a pensar que as pessoas fazem algumas afirmações sobre o outro e como ele deveria ser. O autor denomina essa caracterização como “*identidade social virtual*”. E o que o indivíduo à nossa frente tem, ele chamou de “*identidade social real*”.

“Podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente dos outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído [...] assim, deixamos de considera-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu feito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem” (GOFFMAN, 1982, p. 12).

A partir dessas ideias de *identidade social virtual e identidade social real* percebe-se que na cidade como espaço que permite essas interações, os indivíduos são moldados e esses contatos mistos entre os estigmatizados e os normais, denominações feitas pelo autor, trazem um conjunto de consequências.

“Um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre o atributo e estereótipo, embora eu proponha a modificação desse conceito, em parte porque há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao descrédito. [...] podem-se mencionar três tipos de estigma nitidamente diferente. Em primeiro lugar, há as abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião [...]” (GOFFMAN, 1982, p. 14).

Nestes exemplos, existe a mesma característica sociológica em comum: “um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que se pode impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus” (GOFFMAN, 1982, p.13).

Há a necessidade de analisar como esses estigmas de deformidades afetam a interação dos alunos da graduação com deficiência na UENF. Não é possível uma pessoa com deficiência se apresentar sem a sua deficiência. Esse elemento faz parte dela.

“Alguns podem hesitar em tocar ou guiar um cego, enquanto que outros generalizam a deficiência de visão sob a forma de uma Gestalt de incapacidade, de tal modo que o indivíduo grita com o cego como se ele fosse surdo ou tenta erguê-lo como se fosse aleijado. Aqueles que estão distantes de um cego podem ter uma gama enorme de crenças ligadas ao estereótipo. Por exemplo, podem pensar que estão sujeitos a um tipo único de avaliação, supondo que o indivíduo cego recorre a canais específicos de informação não disponíveis para os outros” (GOFFMAN, 1982, p. 15 *apud* A. G. Gowman, p. 198).

Outro ponto importante comentado por Goffman (1982) e que será exposto no próximo capítulo por John Rawls (1997) é o sentimento de vergonha, de falta de respeito próprio, fazendo com que a pessoa estigmatizada acredite que um dos seus atributos não é visto pelo outro da forma como gostaria. O indivíduo precisa se sentir respeitado pelo outro.

“[...] os padrões que ele incorporou da sociedade maior tornam-no intimamente suscetível ao que os outros veem como seu defeito, levando-o inevitavelmente, mesmo que em alguns poucos momentos, a concordar que, na verdade, ele ficou abaixo do que realmente deveria ser. A vergonha se torna uma possibilidade central, que surge quando indivíduo percebe que um de seus próprios atributos é impuro e pode imaginar-se como um não-portador dele” (GOFFMAN, 1982, p. 17).

Os olhares nos quais nem sempre são apenas de curiosidade, os sussurros, a repulsa, o estranhamento, esse conjunto de reações que acontecem no contato misto, nos fazem refletir em como essas pessoas circulam na cidade e nas Universidades.

“[...] ocupa-se especificamente com a questão dos ‘contatos mistos’ – os momentos em que os estigmatizados e os normais estão na mesma ‘situação social’, ou seja, na presença física imediata um do outro, que durante uma conversa, quer na mera presença simultânea em uma reunião informal. [...] ocorre uma das cenas fundamentais da sociologia porque, em muitos casos, esses momentos serão aqueles em que ambos os lados enfrentarão diretamente as causas e efeitos do estigma” (GOFFMAN, 1982, p. 22-23).

A UENF, como um espaço aberto a todas as singularidades, deveria permitir que esses contatos mistos funcionem com normalidade. Todavia, as barreiras físicas existentes que, muitas vezes, são postas de forma sutil e silenciosa e a falta de autonomia não possibilitam e facilitam esses contatos entre os considerados normais e o estigmatizados.

Vivemos numa sociedade que tolera cada vez menos as diferenças das pessoas, “a sociedade se divide em grupos e essa divisão acaba gerando uma fragmentação social [...] as

pessoas com deficiência acabam sendo marcadas pela deficiência que possuem e, conseqüentemente, alvo de diversos tipos de discriminação” (CASTRO, 2018, p. 28).

Ainda, de acordo com Bacila (2005 apud CASTRO, 2018, p.30) “estigmas derivam-se de regras, logo, se o senso comum acredita que ter alguma deficiência é algo negativo e, conseqüentemente outras regras são derivadas da primeira, as pessoas fazem associação de que toda deficiência é negativa e que toda pessoa com deficiência é incapaz”.

A cidade para Goffman é um lugar onde os papéis sociais vão sendo formados e estes grupos vão se edificando, seja mediante cooperação ou de conflitos. Existe uma diversidade de atores sociais que agem e vivem dentro dela. Percebe-se que essa estigmatização está congregada ao passado histórico das pessoas com deficiência e apesar de toda essa exclusão, é importante que essas pessoas tenham direitos e consigam exercer sua cidadania.

Como visto aqui, ter acesso à cidade, aos bens públicos são dádivas que todas as pessoas deveriam ter independentemente do local onde estão inseridas, porque muitas dessas desigualdades acontecem em função dos lugares de desvantagens na segregação espacial. No entanto, ter um espaço justo vai além do entendimento de justiça entre os lugares, mas de justiça espacial entre os indivíduos. É na cidade que acontece e reflete as relações sociais.

No próximo capítulo, veremos um dos conceitos mencionados por John Rawls, a saber, o respeito próprio e autoestima, que assume grande importância para a pesquisa, trazendo uma relação com o espaço estigmatizado.

3. JUSTIÇA SOCIAL DE JOHN RAWLS

No capítulo anterior procurou-se apresentar uma compreensão sobre a cidade, trazendo uma aproximação desse assunto com diferentes autores. Neste, no que se refere à complexidade do tratamento e definição de justiça social, a pesquisa traz uma análise a partir da Teoria da Justiça de John Rawls, publicada originalmente em 1971. A obra aborda a fundamentação dos direitos das minorias e os tipos de intervenção social com base em seus conceitos.

O filósofo americano John Rawls buscou uma alternativa à **teoria utilitarista** até então dominante na época. Esta teoria, definida por Jeremy Bentham (1748-1832), propõe a maximização do **bem-estar para o maior número de pessoas**, sem se preocupar com a satisfação das pessoas. Bentham, filósofo moral e fundador desta doutrina, tinha como ideia central essa maximização da felicidade da maioria e o prazer era mais importante que a dor (SANDEL, 2012).

Para Rawls não precisaríamos da maximização do bem-estar da maioria porque não teríamos uma minoria oprimida. Se não sabemos qual a nossa posição na sociedade, vamos buscar nossos objetivos justamente e com respeito. Seria aceito um princípio de liberdades básicas iguais para todos os cidadãos, na tentativa de maximização do **bem-estar geral** e não para o maior número de pessoas. Como explicado por ele:

“Por isso a justiça nega a perda da liberdade de alguns se justifique por um bem maior desfrutado por todos. Não permite que os sacrifícios impostos a poucos sejam contrabalançados pelo número maior de vantagens que desfrutam muitos” (RAWLS, 1997, p.4).

Rawls acredita na ideia de cooperação na estrutura básica da sociedade e o que liga um cidadão ao outro são as regras. Sabe-se que as pessoas podem ser egoístas e visarem beneficiar a si mesmas e as pessoas próximas, no entanto, a ideia do contrato vem em resposta a obrigação política e é necessária para chegarem as regras de convivência a fim de evitar guerras.

Esse problema não era colocado aos antigos porquê, para eles, estarmos em sociedade é um estado da natureza. Os homens viverem em comunidade externa era natural. Na modernidade, isso precisou ser questionado. Nosso estado natural precisa que haja hierarquia, leis. Então, como justificar os homens de abrirem mãos da sua liberdade aceitando ter sua liberdade restrita?

Só pode ser justa se seus cidadãos puderem dar seus livres consentimentos a ela e precisam reconhecer nessas leis que é bom abrir essa liberdade em prol a alguma coisa, do interesse próprio.

Vamos supor, para organizar as ideias, que a sociedade é uma associação de pessoas mais ou menos autossuficiente que, em suas relações mútuas, reconhece certas normas de conduta como obrigatórias e que, na maior parte do tempo, se comporta de acordo com elas. [...] Vamos supor também que essas normas especificam um sistema de cooperação criado para promover o bem dos que dele participam. Então, embora a sociedade seja um empreendimento cooperativo que visa ao benefício mútuo, está marcada por um conflito, bem como uma identidade, de interesses (RAWLS, 1997, p.4-5)

Mesmo estando numa sociedade de cooperação social, precisa existir política. Ele entende que essa coordenação é difícil de ser alcançada numa sociedade liberal¹⁰ porque cada indivíduo deve decidir e não o Estado. Há um procedimento racional desses princípios de justiça capazes de formular regras.

“E, por fim, o esquema de cooperação social deve ser estável: deve ser cumprido de maneira mais ou menos regular, com suas normas básicas cumpridas de forma voluntária. Quando ocorrerem infrações, devem existir forças estabilizadoras que evitem outras violações e que tendam a restaurar a ordem [...] precisamos levar em conta suas relações mais amplas, pois, embora a justiça tenha certa prioridade por ser a mais importante virtude das instituições, ainda assim é verdade que, permanecendo constantes as demais condições, uma concepção de justiça é preferível a outra quando suas consequências mais amplas são mais desejáveis” (RAWLS, 1997, p.7-8).

A ideia da justiça para o autor tem como objeto a cooperação social e não uma ideia centrada no indivíduo. É necessário manter uma distância entre nós mesmos. Não é aplicada a homens e nem a qualquer tipo de Instituição, como uma ONU, por exemplo. As Instituições básicas na vida das pessoas determinam a felicidade (vista como vida bem desenvolvida) na vida das outras pessoas. Essas Instituições definem as perspectivas de vida que as pessoas têm. Deveres ou obrigações associativas são deveres que devemos às pessoas com as quais estamos de alguma forma ligados: familiares, amigos, vizinhos, enquanto membros de um sistema de

¹⁰ De acordo com Esteves (2021, p. 246), Rawls reformula o liberalismo clássico, dando importância a liberdade individual e a *social justice*. “O liberalismo clássico parte da premissa de que, originalmente, os homens são todos livres e iguais, ou seja, de que não há nenhuma base natural para as relações de subordinação e de desigualdade que se observam no seio da sociedade civil [...] culminou numa exigência de igualdade política e jurídica como característica geral das instituições públicas”. Assim, a sua obra tem servido de apoio para a implementação de políticas de ação afirmativa, importantes para o entendimento da correção das desvantagens às pessoas com deficiência.

cooperação social. Por isso, temos obrigações especiais para com brasileiros, que não temos para com pessoas de outras nações (nossas escolhas afetam nossos patriotas).

“Assim, a proteção jurídica da liberdade de pensamento e da liberdade de consciência, mercados competitivos, a propriedade privada dos meios de produção e a família monogâmica são exemplos de instituições importantes. Em conjunto, como só um esquema, essas instituições mais importantes definem direitos e os deveres das pessoas e repercutem em seus projetos de vida, no que podem esperar vir a ser e no grau de bem-estar a que podem almejar.

[...] aqui a ideia intuitiva é que essa estrutura contém várias posições sociais e que as pessoas nascidas em condições diferentes têm expectativas diferentes de vida, determinadas, em parte, tanto pelo sistema político quanto pelas circunstâncias econômicas e sociais. Assim, as instituições da sociedade favorecem certos pontos de partida mais que outros. Essas são as desigualdades muito profundas. [...] contudo, não podem ser justificadas recorrendo-se à ideia de mérito. É a essas desigualdades, supostamente inevitáveis na estrutura básica de qualquer sociedade, que se devem aplicar em primeiro lugar os princípios da justiça social” (RAWLS, 1997, p.8-9).

A justiça é algo bom em si e precisa escolher o arranjo que leve a melhores efeitos a diversos setores da sociedade. Nada pode ser sacrificado. Para Esteves (2021, p. 243) “a justiça é a virtude suprema que as instituições sociais podem almejar alcançar. A justiça é inegociável [...] não se pode, por exemplo, sacrificar a justiça em troca da estabilidade social ou do progresso socioeconômico”. O homem compreende que para ter uma vida melhor, precisa cooperar junto. De acordo com Rawls (1997), diferente de Kant, as pessoas livres e racionais, podem até ser livres em si, mas tem algo que as forçam a entrar em sociedade, na busca pela felicidade e só podem ter isso se associando.

Precisa deixar na natureza aquilo que você encontrou para as gerações futuras. Se o destino do outro me afeta, preciso concordar em compartilhar o destino com ele. Essa igualdade, liberdade entre as pessoas desconhecidas está interligada.

Rawls (1997) compreende que todas as pessoas precisam estar na mesma situação de **equidade** e para alcançar essa justiça, os indivíduos precisam imaginar que estejam na “*posição original*”, uma situação hipotética¹¹, em que ninguém conhece o seu lugar na sociedade.

É retirado qualquer atributo que você tenha, como habilidades, dotes e *status* social. E sob um “*véu da ignorância*” esses princípios são escolhidos, garantindo que ninguém seja favorecido ou desfavorecido. Se não trabalha com a concepção de justiça, trabalha com a

¹¹ Vale a ressalva que, como qualquer estudo, esse também é baseado em uma idealização.

concepção de injustiça e essas coisas levam a *pleonexia*. Nessa perspectiva, Rawls (1997) afirma que:

“Presumirei até mesmo que as partes não conhecem suas concepções do bem nem suas propensões psicológicas especiais. Os princípios da justiça são escolhidos por trás de um véu da ignorância. Isso garante que ninguém seja favorecido ou desfavorecido na escolha dos princípios pelo resultado do acaso natural ou pela contingência de circunstâncias sociais.
[...] Ademais, supondo-se que a posição original defina um conjunto de princípios (isto é, que seja escolhida determinada concepção de justiça), então será verdade que, quando as instituições sociais atendem a esses princípios, seus participantes podem afirmar que estão cooperando em condições com as quais concordariam se fossem pessoas livres e iguais cujas relações mútuas fossem equitativas. Todos considerariam seus arranjos sociais como satisfazendo as estipulações que aceitariam em uma situação inicial contendo restrições razoáveis e amplamente aceitas às escolhas de princípios” (RAWLS, 1997, p.15-16).

Trata-se de nos escondermos do lugar que estamos no mundo real e assim poderemos enunciar e formular princípios fora de qualquer situação que nos beneficiaria ou beneficiaria as pessoas próximas. Rawls entende que existem desigualdades e distribuição aleatória de talentos e que por trás desse *véu da ignorância* não sabemos o lugar que ocupamos.

Apesar de não abordar o assunto, entende que na sociedade existem pessoas com deficiência, mas não seria justo e racional, por exemplo, por trás do véu da ignorância, dar atenção apenas às pessoas que gozam de uma saúde boa, sem deficiências. As perspectivas de vida das pessoas com deficiência são diferentes das que não possuem deficiência, todavia, nenhuma delas mereceu estar na situação em que se encontra. Esteves (2021, p. 245) esclarece que:

“Essas desigualdades na estrutura fundamental da sociedade não são fruto do acaso ou da sorte, são elas próprias um produto do trabalho social conjunto; elas são determinadas pelo sistema político e pelas circunstâncias econômicas e sociais. Desse modo, a justiça distributiva compreendida como justiça social visa projetar princípios que permitam reparar desigualdades fundamentais que favorecem ou desfavorecem injustificadamente os pontos de partida e as futuras perspectivas de vida das pessoas”.

A justiça por ele consiste em garantir a esses mais desfavorecidos o melhor, o máximo possível.

O autor (1997) inicia considerando o papel dos princípios de justiça como responsáveis por regular os benefícios, os bônus e os ônus (apesar do Rawls ignorar os ônus). Ainda, acredita que as pessoas dotadas de senso de justiça podem reconhecer as justiças das Instituições e são

motivadas a manter elas. É reconhecer as justiças, ter essa capacidade e ver motivo para afirmar isso, numa sociedade bem ordenada, que dispensa as punições.

“Na aceitação pública, nenhuma sociedade pode ser um sistema de cooperação no qual se ingressa voluntariamente, no sentido literal; cada pessoa se encontra, ao nascer, em determinada situação em alguma sociedade específica, e a natureza dessa situação repercute da maneira substancial em suas perspectivas de vida” (RAWLS, 1997, p.16).

Para melhor compreensão do exposto sobre as concepções de justiça, Rawls utiliza-se da sua metáfora da partida do bolo: caso o responsável do corte do bolo fique com o último pedaço, maior será as chances de ele cortar em pedaços iguais para as demais pessoas, garantindo, assim, que o próprio não seja prejudicado com um pedaço menor.

“Para ilustrar a primeira, considere-se o caso mais simples de divisão justa. Um certo número de homens decide dividir um bolo: supondo que a divisão justa seja uma divisão equitativa, qual será o procedimento, se é que existe um, que trará esse resultado? Questões técnicas à parte, a solução óbvia a fazer com que um homem divida o bolo e receba o último pedaço, sendo aos outros permitido que peguem os seus pedaços antes dele. Ele dividirá o bolo em partes iguais, já que desse modo pode assegurar para si próprio a maior parte possível. Esse exemplo ilustra os dois traços característico da justiça procedimental perfeita” (RAWLS, 1997, p.91).

3.1 Os Princípios de Justiça

Rawls não anula as desigualdades desde que elas não sejam contrárias à justiça e respeito, como dito anteriormente, o princípio da máxima, de oferecer o melhor, o máximo. A ideia dele não é favorecer apenas os mais pobres e sim, a recusa da ideia de mérito, a recusa da oportunidade consoante o nascimento, a recusa para aqueles que vivem desigualmente, desprivilegiados. Nota-se que nossos pontos de partida levam a desigualdade que afetam desde o início as nossas possibilidades de vida, principalmente para aqueles considerados minorias. Posto isso, neste contrato social hipotético de Rawls, na estrutura básica da sociedade, as Instituições sociais distribuem direitos e deveres fundamentais.

Esse contrato é produzido numa sociedade bem-ordenada, não apenas para promover o bem de seus membros, mas regulada numa concepção pública de justiça, “isto é, trata-se de uma sociedade na qual (1) todos aceitam e sabem que os outros aceitam os mesmos princípios de justiça, e (2) as instituições sociais básicas geralmente satisfazem, e geralmente se sabe que satisfazem, esses princípios” (RAWLS, 1997, p.5).

A partir da posição original, Rawls estabelece **dois princípios** da teoria que nortearão as Instituições: **o princípio da liberdade igual e o princípio da diferença**, sendo este último o mais importante para o estudo em questão.

“Primeiro: cada pessoa deve ter um direito igual ao mais extenso de iguais liberdades fundamentais que seja compatível com um sistema similar de liberdades para outras pessoas.

Segundo: as desigualdades sociais e econômicas devem estar dispostas de tal modo que tanto (a) se possa razoavelmente esperar que estabeleçam em benefício de todos como (b) estejam vinculadas a cargos e posições acessíveis a todos” (RAWLS, 1997, p.73).

No primeiro princípio¹², o autor coloca as liberdades iguais para todas as pessoas. Reconhecer as igualdades de todos. No segundo princípio, ele reconhece a existência das desigualdades, com a solução de favorecer o máximo possível os desfavorecidos. Ainda, não acredita que a riqueza e renda, como bens sociais primários, precisem ser distribuídos igualmente a todos, mas necessita ser vantajosa a todos e, ao mesmo tempo, acessíveis a todos (RAWLS, 1997).

O primeiro princípio não pode ser violado na justificativa que satisfaria o segundo princípio.

Rawls estabelece princípios da justiça na distribuição de vantagens e desvantagens, no entanto, se baseia nas vantagens distribuídas equitativamente, conforme os bens sociais primários: “liberdade e oportunidade, renda e riqueza, e as bases sociais de autoestima – devem ser distribuídos igualmente a não ser que uma distribuição desigual de um ou de todos esses valores traga vantagens para todos” (RAWLS, 1997, p.74). Supõe que esses bens primários sejam coisas que todos os homens racionais queiram. Assim, de acordo com o segundo princípio dele, “cada homem representativo [...] deve achar razoável preferir as suas perspectivas com a desigualdade às suas perspectivas sem ela” (RAWLS, 1997, p.68). Desta forma, na posição original, qualquer pessoa não pode priorizar vantagens de forma egoísta para si mesma e muito menos concordar com desvantagens, visto que uma vantagem é obtida sem prejudicar os demais.

“Para ilustrar o princípio da diferença, consideremos a distribuição de renda entre as classes sociais. Suponhamos que os vários grupos pertencentes a

¹² Esteves (2021) explica que o primeiro princípio se trata dos direitos e liberdades protegidas por lei, da Constituição e deve ser garantido a todas as pessoas, sem restrição. Enquanto o segundo princípio destina-se a “operações do sistema socioeconômico”, colocando as desigualdades como admissíveis, caso beneficie os menos afortunados.

diferentes faixas de renda estejam correlacionados a indivíduos representativos, e que em referência às expectativas destes últimos possamos julgar a distribuição. Ora, digamos que aqueles que de início são membros da classe empresarial na democracia com propriedade privada têm melhores perspectivas do que aqueles que de início estão na classe dos trabalhadores não especializados. Parece provável que isso será verdadeiro mesmo quando as injustiças sociais agora existentes forem eliminadas. O que, então, pode justificar esse tipo de desigualdade inicial nas perspectivas da vida? De acordo com o princípio da diferença, a desigualdade é justificável apenas se a diferença de expectativas for vantajosa para o homem representativo que está em piores condições, neste caso o trabalhador representativo não especializado. [...] Supostamente, dada a cláusula do segundo princípio referente às posições abertas e o princípio da liberdade de uma maneira geral, as maiores expectativas permitidas aos empresários os encorajam a fazer coisas que elevam as perspectivas da classe trabalhadora. Suas perspectivas melhores funcionam como incentivos para que o processo econômico seja mais eficiente, a inovação se instaure num ritmo mais acelerado, e assim por diante. [...] O importante é que deve haver alguma argumentação desse tipo para que as desigualdades satisfaçam o princípio da diferença” (RAWLS, 1997, p.82-83).

Esses princípios devem ser seguidos pelos indivíduos imparcialmente e de modo que suas liberdades e seus direitos sejam distribuídos de forma justa e equitativa. Deve existir o acesso igualitário aos bens sociais primários, assim, as pessoas conseguem buscar as suas realizações de acordo com suas convicções.

3.2 Bens Sociais Primários: com atenção à autoestima ou respeito próprio

Um dos conceitos utilizados pelo autor que mais se aplica na pesquisa em questão é: autoestima e respeito próprio. Definido por ele como:

“Podemos definir o autorrespeito (ou autoestima) como apresentando dois aspectos. Em primeiro lugar, conforme observamos anteriormente (parágrafo 29), essa ideia contém o sentido que a pessoa tem de ser próprio valor, sua firme convicção de que vale a pena realizar sua concepção de seu bem, seu projeto de vida. E, em segundo lugar o autorrespeito implica uma confiança na própria capacidade, contanto que isso esteja ao alcance da pessoa, de realizar as próprias intenções. Quando achamos que nossos planos têm pouco valor, não podemos realiza-los com prazer nem nos deleitar com sua execução. Nem podemos continuar nossos esforços quando somos assolados pelo fracasso e pela insegurança. [...] sem ele, parece que não vale a pena fazer nada, ou, se alguma coisa tem valor para nós, falta-nos disposição para lutar por ela. Todos os desejos e todas as atividades se tornam vazios e fúteis, e naufragamos na apatia e no ceticismo” (RAWLS, 1997, p.544).

Ele introduz esses conceitos de valorização do indivíduo, do senso do nosso próprio valor, porque se os nossos esforços não forem valorizados pelo outro, fica mais difícil de valorizarmos eles também. “Uma pessoa que tem confiança em si mesma não reluta em apreciar os feitos das outras” (RAWLS, 1977, p. 488). Nossos esforços, nossos planos dependem do respeito do outro. Esteves (2021, p. 242) acredita que Rawls afirma que o respeito próprio e autoestima é o bem social primário mais importante, “porque ele consiste na consciência que o indivíduo tem do próprio valor e do valor de seu plano de vida, sem a qual não é possível que ele persevere na busca de seus objetivos e fins”.

“O respeito próprio apresenta dois aspectos: a) a consciência, por parte do indivíduo, do próprio valor e do valor do seu particular plano de vida; b) a consciência, por parte do indivíduo, da sua própria capacidade de levar a cabo o seu plano de vida, ou seja, a autoconfiança, por parte de um indivíduo, no seu poder e capacidade de realizar os fins a que se propõe” (ESTEVEES, 2021, p. 257)

Esse aspecto, essa importância desse conceito nos leva a induzir que as pessoas com deficiência dependem não somente do espaço/território em que estão, esteja em vantagem ou em desvantagem, mas também do impacto sobre o respeito próprio das pessoas que estão ao seu redor.

Rawls consegue incorporar noções de justiça como o reconhecimento do outro como um ser com sentimentos e valor. Esteves (2021, p. 259) busca mostrar que “o sentimento do próprio valor, autoestima ou respeito próprio, apesar de ser algo subjetivo, [...], possui uma base ou fundamento social e intersubjetivo. [...] constituímos a consciência de nosso próprio valor e autoestima a partir do reconhecimento desse valor por parte de terceiros, em última análise, por parte da sociedade em que vivemos”.

Ainda, de acordo com Rawls (1997 apud ESTEVES, 2001, p. 260) “a respeitabilidade de nossos objetivos depende de que cada um de nós tenha o sentimento de respeito por nós próprios, que, por sua vez, como escreve Rawls ‘depende do respeito dos outros’”. Aqui entram os princípios de justiça colocado por Rawls em associação com o principal bem social primário:

“Uma característica desejável de uma concepção de justiça é que ela expresse publicamente o respeito mútuo entre homens. Desse modo, eles asseguram um senso do próprio valor. Ora, os dois princípios da justiça atingem esse fim. Pois, quando a sociedade segue esses princípios, o bem de cada um está incluído num esquema de benefício mútuo, e essa afirmação pública, nas instituições, dos esforços de cada homem sustenta a autoestima de todos os homens. O estabelecimento da liberdade igual e a operação do princípio da

diferença tendem a ter esse efeito. Os dois princípios são equivalentes, como já observei, a um compromisso no sentido de se considerar a distribuição das habilidades naturais como ativo (*asset*) coletivo, de modo que os mais afortunados devam se beneficiar somente de maneira que eles ajudem os menos favorecidos (parágrafo 17). [...] Pois, organizando-se as desigualdades de modo que haja vantagens recíprocas e abstendo-se da exploração das contingências da natureza e da circunstância social no interior de uma estrutura (*framework*) de liberdades iguais, as pessoas expressam seu respeito umas pelas outras na própria constituição de sua sociedade. Desse modo, elas asseguram sua autoestima, como é racional que o façam” (RAWLS, 2000, p. 194-195 apud ESTEVES, 2001, p. 260).

A UENF, como objeto da pesquisa, admite pessoas com deficiência através do vestibular ENEM/SISU na graduação (advindas das ações afirmativas, colocadas por Rawls como importante na correção das desvantagens), todavia é um espaço estigmatizado, feito apenas para aqueles considerados normais e saudáveis (será exposto no próximo capítulo como se deu a construção da UENF e para quem). Ela dificulta a condição de respeito próprio e autoestima dos alunos da graduação com deficiência.

O grupo social no qual a pesquisa ocupa percebe-se a importância do respeito próprio e autoestima evidenciados nos dois princípios de justiça por Rawls. No primeiro, diz respeito à liberdade igualmente garantida para todas as pessoas. Esse grupo faz parte de uma parcela da sociedade que tem seus direitos negados e sofrem discriminação, logo garantir a liberdade de ir e vir na cidade, de pensamento e de participação política eleva a autoestima. Quanto ao segundo princípio, organiza políticas públicas de modo que haja vantagens para os mais prejudicados, compreendendo a eles um valor aos olhos dos outros, uma importância na sociedade.

Trazendo para o contexto de justiça espacial e para a realidade, é impossível que todos os lugares tenham acesso de forma idêntica de todos os serviços essenciais para viver. E é por isso a escolha da teoria de John Rawls. Embora ele não trate em sua obra sobre o espaço, descreve princípios, como os utilizados aqui, importantes para entender as configurações geográficas. A justiça por ele, é colocada a favor dos mais infortunados, no acesso aos bens, mesmo tendo desigualdades. É a maximização do mínimo na distribuição de serviços públicos.

Independentemente de Rawls não ter incluído explicitamente as ideias de território e justiça espacial, o estigma de um lugar pode facilmente prejudicar a imagem de uma pessoa, trazendo danos à sua autoestima. Não existe nenhum espaço que seja completamente justo, porque não há nada social que seja.

4. DA AUSÊNCIA DO DIREITO À CIDADE À EDUCAÇÃO

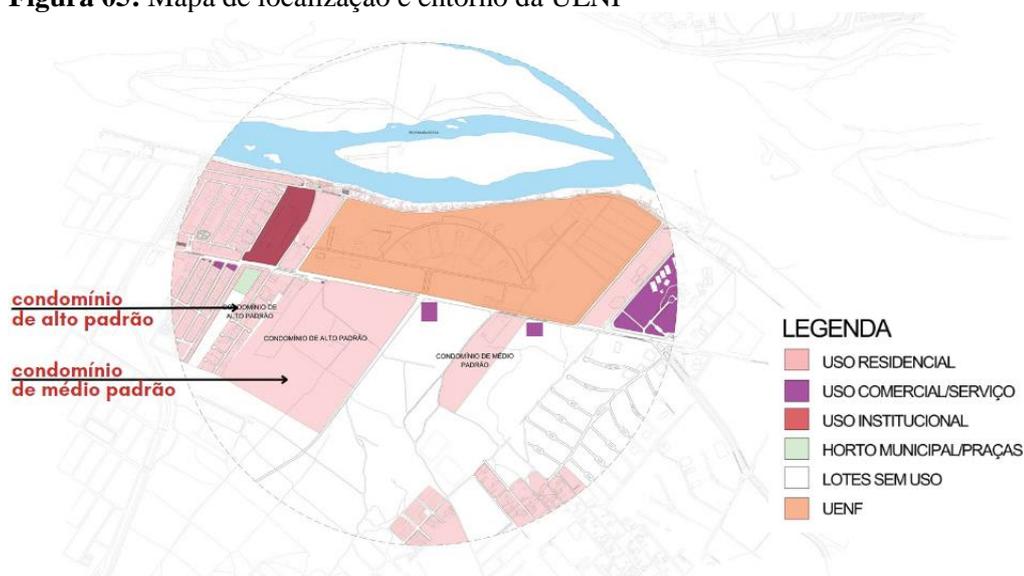
Nos capítulos anteriores referi-me sobre o conceito de cidade e como acontece o seu acesso hoje, apresentando um olhar do ponto de vista da teoria social. Além dessa troca que acontece nas cidades, parti de uma análise da teoria de justiça de John Rawls que lida com as situações conflituosas com intervenções que melhorem o funcionamento da vida coletiva e a sua cooperação.

Neste, proponho apresentar a construção da UENF, como outro objeto da pesquisa. Farei uma análise de como se deu o seu entorno, a qualidade do espaço, as dinâmicas de circulação, especialmente para que usuários ela foi destinada e como essa implantação afeta as pessoas com deficiência. Ademais, tem a descrição de como essas pessoas, sobretudo os alunos de graduação circulam pela cidade, pela Universidade, suas motivações e seus enfrentamentos pelo direito à educação, colocado aqui, como fundamental para ascensão profissional.

4.1 A construção da UENF: contextualizando a Universidade e seu entorno

A Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) está situada no município de Campos dos Goytacazes, no interior do estado do Rio de Janeiro, compreendida entre os números 300 e 710, na Avenida Alberto Lamago, marcada na cor laranja como mostra a **figura 05**.

Figura 05: Mapa de localização e entorno da UENF



Fonte: elaborado pela autora com base no urbano geral da cidade de Campos, 2024.

Nesse mapa de localização é importante entender os usos e modos de ocupação desse entorno. Na cor verde temos um parque público. Na cor branca destina-se a terrenos e glebas ainda sem ocupação. Na cor rosa percebe-se uma zona residencial composta por condomínios de classe alta (que teve uma valorização imobiliária após a instalação da UENF), condomínios de classe média, ocupados por repúblicas estudantis e uma comunidade que se formou atrás da Universidade, às margens do Rio Paraíba do Sul, provavelmente causada pela especulação imobiliária. Ainda, na cor lilás, comércios e na cor vermelho, usos institucionais.

A implantação da Universidade atuou como transformador do espaço urbano na região, uma vez que influenciou no uso de ocupação do solo porque precisava abraçar toda essa nova população que chegava, como docentes, universitários, prestadores de serviços. E isso influenciou na formação de comércios de pequeno e médio porte, além de instituições públicas como escolas, saúde, creches (SILVEIRA E VACOVSKI, s.d).

Conhecendo brevemente como se deu a história da UENF, de acordo com Glauber Rabello (2009), a Instituição foi inaugurada no dia 16 de agosto de 1993, sendo a primeira Universidade Pública na região de interesse da comunidade campista. Naquele momento, o Ensino Superior do município de Campos dos Goytacazes era majoritariamente privado, a saber, a Faculdade de Filosofia de Campos (1961), a Faculdade de Direito (1963), a Faculdade de Medicina (1966) e a Faculdade de Odontologia (1967). Como Instituição pública tinha o curso de Serviço Social (Universidade Federal Fluminense – UFF/Polo Universitário de Campos dos Goytacazes), o curso de Melhoramento Vegetal da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/Campus Campos dos Goytacazes) e a partir dos fins de 1990, o CEFET/Campos também começou a ter os cursos superiores (AMARAL, 2013, p.1).

Para Ribeiro (1993 apud Rabello 2009) o projeto da UENF foi formalizado através do “Plano Orientador”, encarregado do governador Leonel Brizola. Esta construção era muito importante para época, uma vez que tinha um prazo máximo de três anos após a promulgação da Carta Magna. Se esta construção não fosse realizada no prazo, sob o governo Brizola, seria de responsabilidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

A urgência da criação da UENF se diferenciava em dois projetos: por um lado, defendidas pelos campistas como “Emenda Popular” de 1989, com base no ajuntamento das faculdades tradicionais, com a perspectiva de melhorar o trabalho local e regional, e, por outro lado, pelo próprio Darcy Ribeiro, com a ideia da “Universidade do terceiro milênio”, vinculada aos padrões internacionais para superar as problemáticas vistas como “atraso histórico” tanto regional quanto nacional (MATIAS, 2009). O antropólogo também previu a construção do

modelo UENF em outra cidade como Macaé, implantando o Laboratório de Engenharia e Exploração de Petróleo (Lenep) e de Meteorologia (Lamet)¹³.

Desde 1970, já havia o desejo da construção da UENF pela elite campista, porque ambicionava que Campos poderia estar no circuito político de poder fluminense e brasileiro no século XIX (Manhães, 2013 *apud* Mello, 2020). Havia uma necessidade de descentralizar o ensino superior do estado do Rio de Janeiro, concentrado unicamente na capital. De acordo com o site institucional da UENF, esse movimento envolveu associações e lideranças políticas e seriam necessárias pelo menos 3 mil assinaturas e apesar do tempo escasso, conseguiu-se ultrapassar essas assinaturas para 4.141. Em 1992 foi aprovada a Lei n.º 2.043/92, criando a Fundação Estadual Norte Fluminense com o intuito de desenvolver a Universidade.

Esta elite campista acreditou que esse modelo adotado por Darcy-Brizola seria de oficializar os cursos já existentes como Direito, Medicina e Odontologia junto a Filosofia e Ciências Humanas e Sociais e funcionasse nos mesmos padrões. Mas não foi o que aconteceu com o projeto de Darcy. De acordo com Mello (2020), a Universidade foi vista como um elemento bastante distante por parte da população campista e só aceitava doutores em seus concursos públicos. Ademais, esse projeto de Darcy Ribeiro sobre a UENF possuía como possibilidade uma Escola Normal Superior e uma Escola de Professores.

“A *Escola Normal Superior* será um CIEP ampliado, para 500 alunos de 1ª a 5ª série e para 100 professorandos estudando e trabalhando em regime integral. Ali se formarão tanto no nível teórico como no prático, pelo treinamento em serviço. Esta mesma Escola tratará também do ensino e das práticas educativas concernentes ao pré-escolar e à educação infantil. Cabe a ele, ainda, ministrar programas para o aperfeiçoamento do magistério e para os Cursos de Madureza. A *Escola de Professores* funcionará também em regime de tempo integral para alunos e professores. Se assentará num Ginásio Público para 500 alunos, de 6ª a 8ª série e de 1ª a 3ª do nível médio. Também ela se dedicará a cursos de aperfeiçoamento do magistério de nível médio e à pós-graduação. Outro encargo da *Escola de Professores* é o preparo do magistério para o ensino técnico. Contará, para isso com uma *Escola Técnica* implantada em colaboração com o SENAI, encarregada de dar cursos técnicos tanto aos alunos da universidade como ao seu próprio alunado, em cursos mais longos, de nível primário e médio” (RIBEIRO, 1993 *apud* Mello, 2020).

Darcy Ribeiro teve uma visão bastante ampla, ambiciosa e utópica como muitos autores consideravam. Acreditava-se numa educação inclusiva, independente da sua origem

¹³ As informações foram obtidas no site da UENF. Link: <https://uenf.br/portal/institucional/sobre-a-uenf/>. Acesso em julho de 2024.

socioeconômica e defendia que deveria ser acessível a todos a fim de promover a igualdade de oportunidades. O antropólogo foi um dos responsáveis pela criação da Universidade de Brasília (Unb) e secretário de educação do estado do Rio de Janeiro, além do grande idealizador dos CIEPs (Centro Integrado de Educação Pública), logo esses planos de educação não eram novos para ele.

No ano de implantação da UENF, em 1993, todo o seu entorno não se assemelhava em nada com a realidade atual. O uso e ocupação do solo, as vias urbanas, calçadas eram bastante diferentes. Para Rolnik (1995) fica evidente nos pensamentos da autora esses processos de valorização do uso do solo, os impactos tanto positivos quanto negativos que aconteceram no entorno da UENF, a partir desse desenvolvimento.

“O próprio espaço urbano é uma mercadoria cujo preço é estabelecido em função de atributos físicos (tais como declividade de um terreno ou qualidade de uma construção) e locais (acessibilidade e centros de serviços ou negócios e/ou proximidade a áreas valorizadas da cidade). Como a valorização ou desvalorização de uma região depende dos investimentos públicos e privados naquele espaço, o investimento maciço, representado por grandes trabalhos de remodelação, alteram substancialmente o mercado imobiliário. Assim, as grandes obras públicas de redesenho da cidade funcionam como territórios reconquistados ou frentes pioneiras para o capital imobiliário. No caso da reforma de bairros antigos, trata-se da retomada de um espaço que, do ponto de vista do capital imobiliário, tem um potencial para gerar uma renda maior do que a auferida no mercado. Trata-se, portanto, de uma atualização da renda fundiária. A definição do investimento público em infraestrutura (água/luz/asfalto/telefone/esgoto/guias e sarjetas) e equipamentos (escolas/hospitais/creches/parques/play-grounds) também é decisiva na lógica do mercado imobiliário, na medida em que estes investimentos produzem localizações valorizadas” (ROLNIK, 1995, p.63).

De acordo com Côrrea (1994) para fins de dinâmica do espaço urbano, existem agentes sociais que definem e redefinem a cidade como os proprietários do meio de produção (as grandes indústrias), os proprietários fundiários, os proprietários imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Não será necessária uma explicação sobre cada agente social produtor do espaço urbano, visto que é uma literatura bastante numerosa. E esses agentes estão presentes no entorno da Universidade estudada.

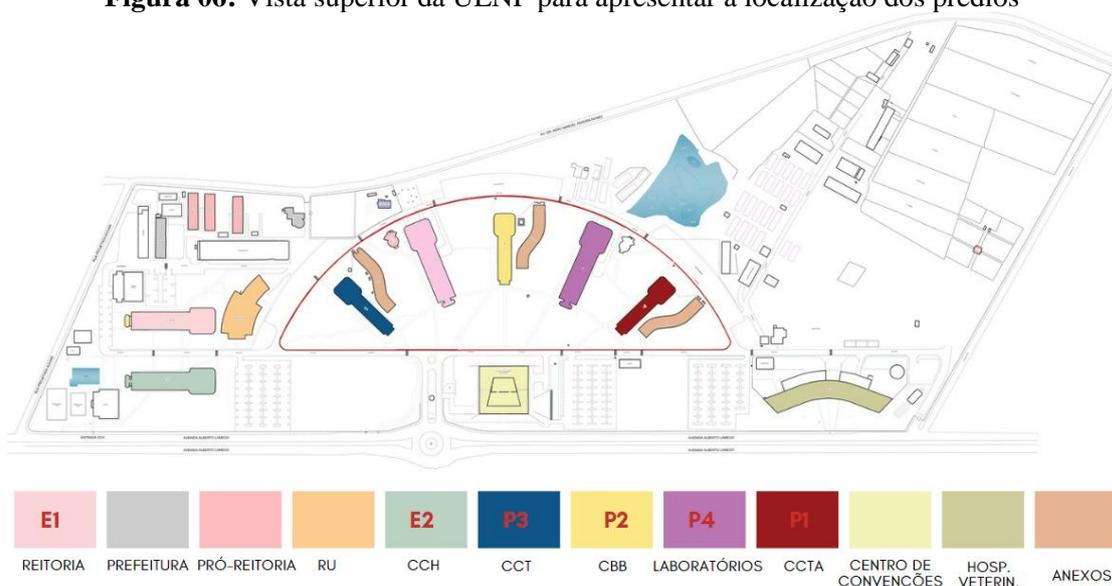
Neste contexto, é evidente ali no entorno da UENF, como ilustrado na **Figura 05**, pintado na cor rosa, intitulado como ocupação residencial, uma comunidade que provavelmente se instalou ali porque é a melhor maneira de se conseguir morar em uma cidade segregada, “isto implica ter de assumir a condição de não-cidadão, estigmatizado por se desviar da norma” (ROLNIK, 1995, p. 68).

Nas cidades contemporâneas não há nenhum espaço que não seja investido pelo mercado, como apresentado no capítulo um da pesquisa. “Ela é demarcada por cercas imaginárias que definem o lugar de cada pessoa, de cada morador. [...] fica evidente que esses muros visíveis e invisíveis são essenciais na organização dos espaços urbanos” (ROLNIK, 1995, p. 40-42). Mediante ao visível quadro de exclusão de alguns grupos sociais e que muitas vezes não se enquadram no padrão socialmente construído, ter acesso e direito à cidade, está atrelado a mercantilização do espaço urbano. Esse impedimento também compromete o acesso à educação, vista como possibilidade e passaporte para alcançar a ascensão social.

4.2 UENF e sua (in)acessibilidade

Conforme o site institucional da UENF, o projeto arquitetônico se deu através do arquiteto Oscar Niemeyer, concentrando nos prédios antigos (Cieps) parte dos setores administrativos, salas de aulas e laboratórios. É uma Universidade de porte médio/grande, composta por Reitoria (E1), Prefeitura, Pró-Reitoria, Restaurante Universitário, Centro de Ciências do Homem – CCH (E2), Centro de Ciência e Tecnologia – CTT (P3), Centro de Biociências e Biotecnologia – CBB (P2), Laboratórios e salas de aula (P4), Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias – CCTA (P1), Centro de Convenções, Hospital Veterinário, Lanchonete e Lojas de Conveniência. Além disso, conta com quadras poliesportivas concentradas e piscina localizadas atrás do prédio do CCH, apresentado na **Figura 06**.

Figura 06: Vista superior da UENF para apresentar a localização dos prédios



Fonte: elaborado pela autora com base nos documentos enviados pela Prefeitura da UENF, 2024

O arquiteto Oscar Niemeyer tinha grande preocupação com a parte estética de suas obras e propôs através dos blocos antigos (P1, P2 e P3) um formato de “cocar” para homenagear os primeiros habitantes de Campos, os índios Goitacá¹⁴, ilustrado na cor vermelha na figura 6 acima.

O projeto da UENF é conhecido por sua integração com os espaços abertos, as áreas verdes, a ventilação natural nos corredores e a sua distribuição de edifícios acadêmicos e administrativos em seu Campus. Cada edifício é dedicado a diferentes faculdades e centros de pesquisas, buscando atender as necessidades e atividades específicas de cada disciplina acadêmica. Além disso, os centros ainda têm espaços para bibliotecas e áreas de convivência.

Como foi um projeto que exigiu certas urgências, a UENF utiliza de blocos pré-moldados em algumas de suas construções. Essa rapidez é possível porque os blocos pré-moldados são fabricados em fábricas e chegam até o local da construção prontos para serem apenas instalados, acelerando muito esse processo construtivo. Esses pré-moldados são feitos a partir da colocação de concreto em moldes que dão origem a estrutura para ser montada. Na **Figura 07** abaixo mostra a construção do Centro CCH onde toda as observações internas foram feitas sobre a acessibilidade.

Figura 07: Fotos da construção da UENF



Fonte: acervo pessoal, 2024

Esse tipo de construção costuma ser utilizado em obras de grande porte como instituições públicas, prédios residenciais. Uma das vantagens desse modelo de construção é a garantia de uma estrutura mais estável e durável devido a sua padronização. Ainda, como todo

¹⁴ As informações foram obtidas no site da UENF. Link <https://uenf.br/publicacoes/a-marca-de-niemeyer/>. Acesso em julho de 2024.

o processo de fabricação é feito em fábrica, isso gera menos resíduos no local comparado aos métodos tradicionais de construção. O custo benefício dessa obra costuma ser mais baixo porque as peças já vêm prontas e não precisa investir tanto em mão de obra para fazer o trabalho no local.

Como a UENF foi projetada nos anos 90, não se pensava em acessibilidade naquele período. Apesar de possuir a instalação de rampas em suas construções e elevadores nos prédios mais recentes, continua longe de garantir acessibilidade aos estudantes, professores e funcionários. Contudo, de acordo com a Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, dispõe de normas e critérios quanto a promoção de acessibilidade, conforme o capítulo IV, nos edifícios públicos ou de uso coletivo. As construções, ampliações ou reformas de edifícios públicos ou privados devem ser executados de forma que se tornem acessíveis as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida¹⁵. Logo, as modificações de acessibilidade só foram realizadas mais de 20 anos depois.

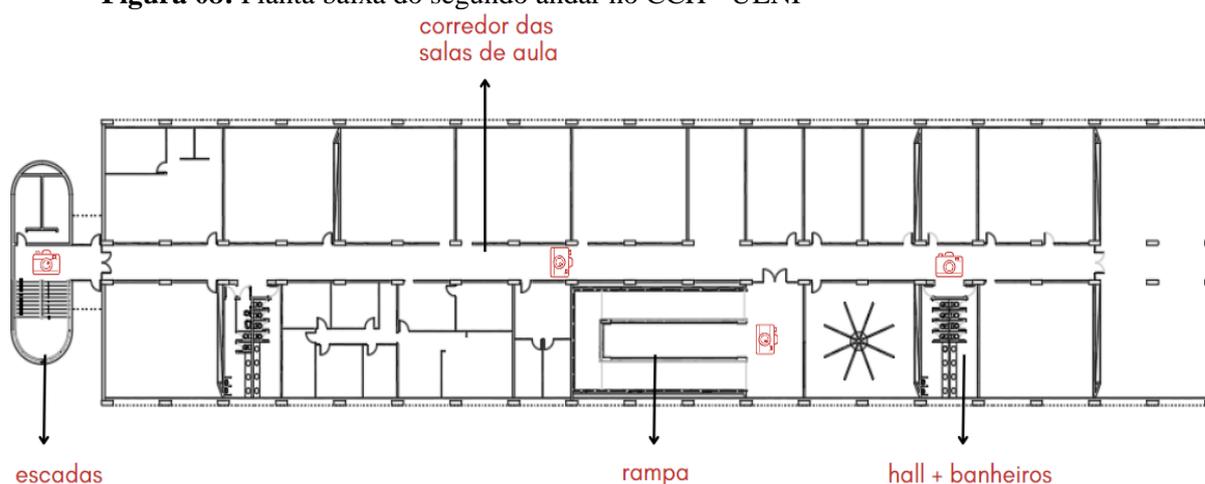
Aqui, foi apresentado algumas incongruências quanto à acessibilidade da UENF, entendendo ser uma obra que não se pensou nesse alcance à todas as pessoas e algumas correções que estão sendo realizadas em virtude da obra de 2024 de acessibilidade. Dessa forma, será mostrado como ela se encontra nos dias 22 e 23 de julho de 2024 (os dias dos primeiros levantamentos *in loco*), comparando com a exigência da Norma de Acessibilidade a edificações e mobiliários (NBR 9050) e, posteriormente, como encontram-se alguns desses lugares após as modificações realizadas e acompanhadas pela Prefeitura da UENF.

Todas as medidas internas foram realizadas apenas no Centro de Ciências do Homem – CCH (E2), devido à grandiosidade do Campus e o curto tempo do Mestrado e foi considerado que esses centros seguem um padrão na construção e nos seus equipamentos. As fotos e medições foram realizadas nos turnos da manhã e da noite¹⁶.

Para melhor compreensão do exposto acima, foi realizado uma planta baixa (como se estivesse vendo a construção de cima) do segundo andar do CCH mostrando onde as fotos foram tiradas através de uma figura de câmera na cor vermelha, como ilustra a **Figura 08**.

¹⁵ A informações foram obtidas através do link: 2024.https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Comissoes/DireitosFundamentais/Acessibilidade/Lei_10.098-2000.pdf.

¹⁶ Os levantamentos foram realizados nos dias 22 e 23 de julho de 2024 e foi necessário a realização das fotos nos dois turnos porque era importante entender a iluminação da UENF no período da noite para compreender a sua acessibilidade aos alunos, docentes e funcionários.

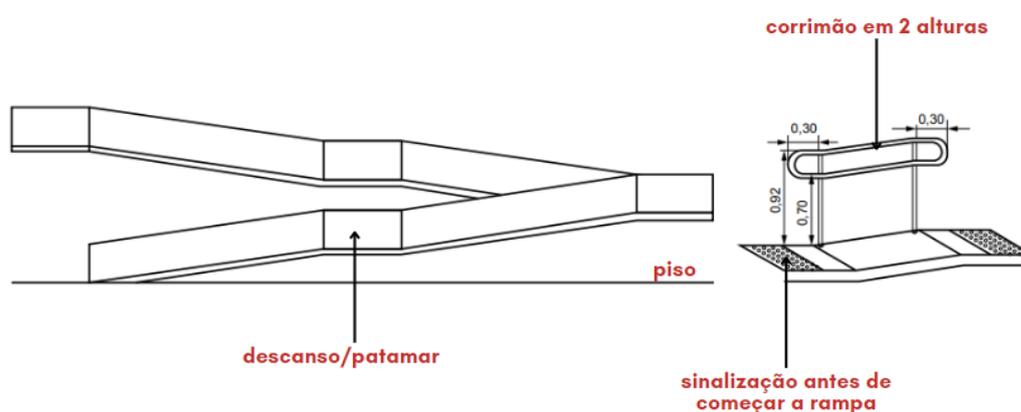
Figura 08: Planta baixa do segundo andar no CCH - UENF

 lugares onde as fotos foram registradas

Fonte: Acervo da Prefeitura da UENF e acervo pessoal, editados pela autora, 2024

Consoante a NBR 9050¹⁷, as rampas precisam ter inclinação de 6,25 a 8,33% e áreas de descanso (patamares). E sua largura deve estar de acordo com o fluxo de pessoas, sendo 1,50 m o mínimo. Ainda, devem possuir corrimão de duas alturas em toda a sua extensão. E quanto a sinalização, elas também precisam estar sinalizadas com caracteres em relevo e em Braille, antes e durante todo o seu percurso.

Abaixo apresenta-se como a Norma de acessibilidade exige quanto o descanso na rampa e as alturas do corrimão, vistos na **Figura 09** e o que foi realizado na UENF, na **Figura 10**.

Figura 09: Vista lateral da rampa e do corrimão acessíveis de acordo com a Norma

Fonte: NBR 9050, editado pela autora, 2024

¹⁷ Já foi feita uma explicação dessa norma no segundo parágrafo da Introdução. Todas as figuras foram retiradas da Norma Brasileira (NBR 9050, 2020) e editadas pela autora na tentativa de melhorar a visualização e explicação para as pessoas que não são da área.

A rampa da UENF (no Centro CCH) não está conforme a inclinação desejada. Ela apresenta o comprimento de 14,78 m e largura de 2,50 m, com patamar de 2,40 m. O guarda-corpo é de alvenaria/concreto possuindo uma altura de 0,80 m, sem corrimão. Toda a extensão da rampa tem piso tátil com relevo na cor preta, sempre próximo a essa parede lateral.

Figura 10: Fotos da rampa que dar acesso ao térreo do CCH - UENF



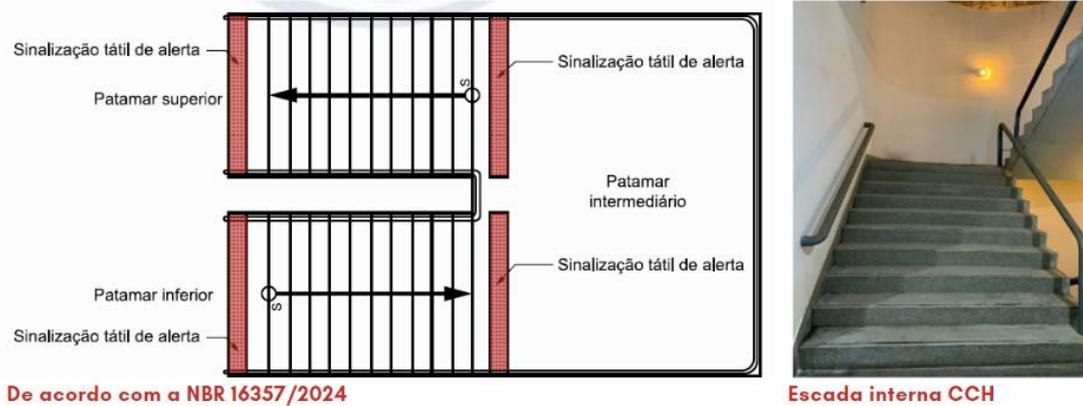
Fonte: acervo pessoal, 2024

Este guarda-corpo é bastante perigoso porque possui uma altura não recomendada, além de não haver corrimão para que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida utilize a rampa com segurança. O piso tátil em relevo está solto e desgastado em diversas partes da rampa.

No papel de arquiteta, sugeriria a aplicação de guarda-corpos em serralheria (metalon) e a instalação correta de novos pisos táteis porque o existente encontra-se degradante. Não se obteve a informação se estas correções serão feitas com a nova proposta de acessibilidade que está ocorrendo na UENF até o momento, porém acredito que sim. Contudo, através da entrevista realizada com a Amanda (melhor esclarecido no subcapítulo 3.6), ela havia feito uma sugestão ao Diretor do CHH que utilizasse de grades nesses guarda-corpos a fim de garantir a segurança de todos, além de ser um material de baixo custo, mas ainda não havia sido realizado.

As escadas internas que cumprem a mesma função de ligar um pavimento ao outro, possuem larguras bem confortáveis e patamares para descanso, mas não têm corrimões em duas alturas e sinalizações de alerta antes de iniciar os degraus e o patamar, como exige a NBR 9050/2020 e NBR 16537/2024, visto na **Figura 11**.

Figura 11: A escada exigida pela NBR 16357/2024 e a escada do segundo pavimento do CCH – UENF com corrimão com 1,00m

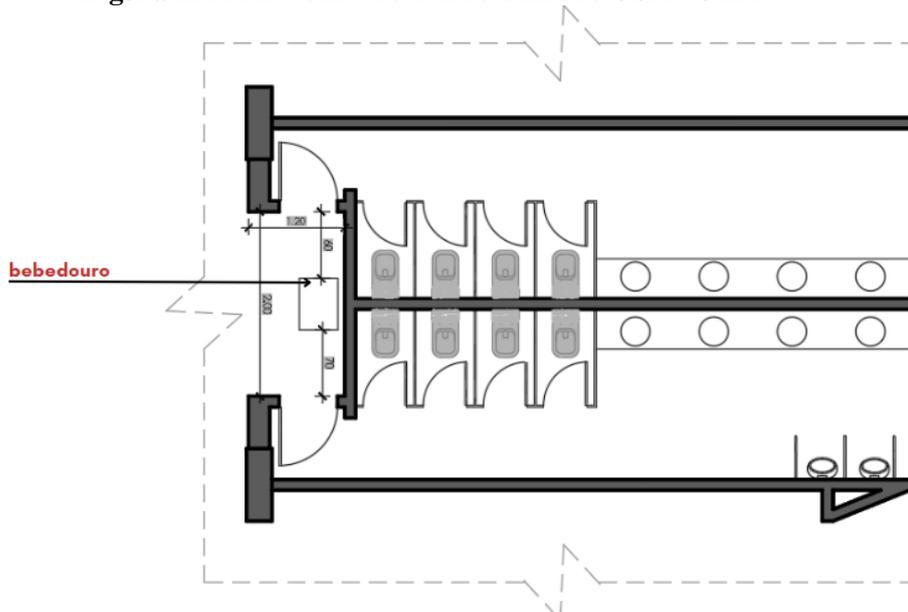


Fonte: NBR 16357, editado pela autora e acervo pessoal, 2024.

Foram instalados nos halls de entrada dos banheiros novos bebedouros que estão em conformidade com a acessibilidade. Entretanto, o seu posicionamento impede o acesso de pessoas com cadeira de rodas, pessoas com deficiência visual que utilizam bengalas, deixando um espaço reduzido entre o bebedouro e a porta de entrada dos banheiros.

Este hall possui o comprimento de 2,00 m e a largura de 1,20 m e o bebedouro possui 0,71 m de comprimento, 0,53 m de largura e 1,32 m de altura. Na planta baixa, **Figura 12** e na imagem do local, **Figura 13**, apresentam-se as distâncias laterais que restaram com o bebedouro no centro.

Figura 12: Planta baixa do hall do banheiro CCH - UENF



Fonte: acervo da Prefeitura da UENF e acervo pessoal, editados pela autora, 2024

Figura 13: Hall de acesso dos banheiros do CCH – UENF



Fonte: acervo pessoal, 2024

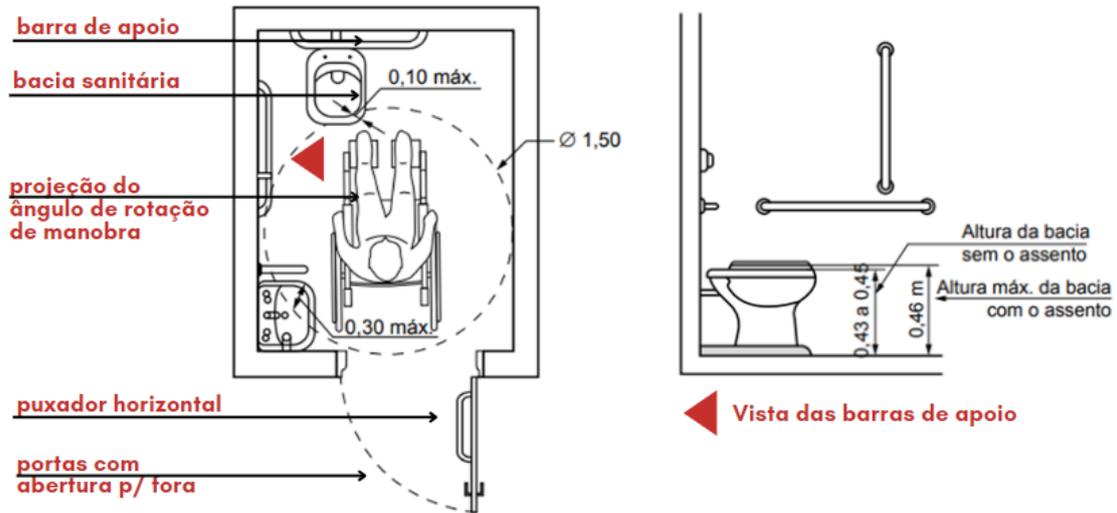
O bebedouro posicionado ocasionou um espaço de 0,60 m e 0,70 m nas laterais. Esses bebedouros foram uma reclamação feita por uma das interlocutoras da pesquisa e acredita-se que a forma como foi instalado, substituindo o bebedouro anterior, dificultou ainda mais o acesso aos banheiros. Ainda, considera-se que foi situado ali por possuir toda uma parede hidráulica em razão dos banheiros e por ter a previsão de saída de água. Dessa forma, foi feito menos modificações na estrutura da UENF; o que não justifica como foi fixado.

As portas de acesso aos banheiros, tanto feminino quanto masculino, não possuem aberturas para fora e nem puxadores horizontais. Se essa simples correção fosse feita também geraria complicações com a abertura em virtude do posicionamento desse bebedouro.

Na área interna do banheiro feminino¹⁸ o correto é garantir a manobra de rotação de 360° para a circulação de pessoas com deficiência que utilizam de cadeiras de rodas; as barras de apoio devem ser posicionadas simetricamente opostas, contemplando a bacia sanitária. Na **Figura 14** abaixo, apresenta-se um banheiro acessível em concordância com a NBR 9050.

¹⁸ As fotos dos banheiros da pesquisa foram apenas dos sanitários femininos por não ter acesso aos sanitários masculinos, porém acredita-se que os obstáculos sejam os mesmos.

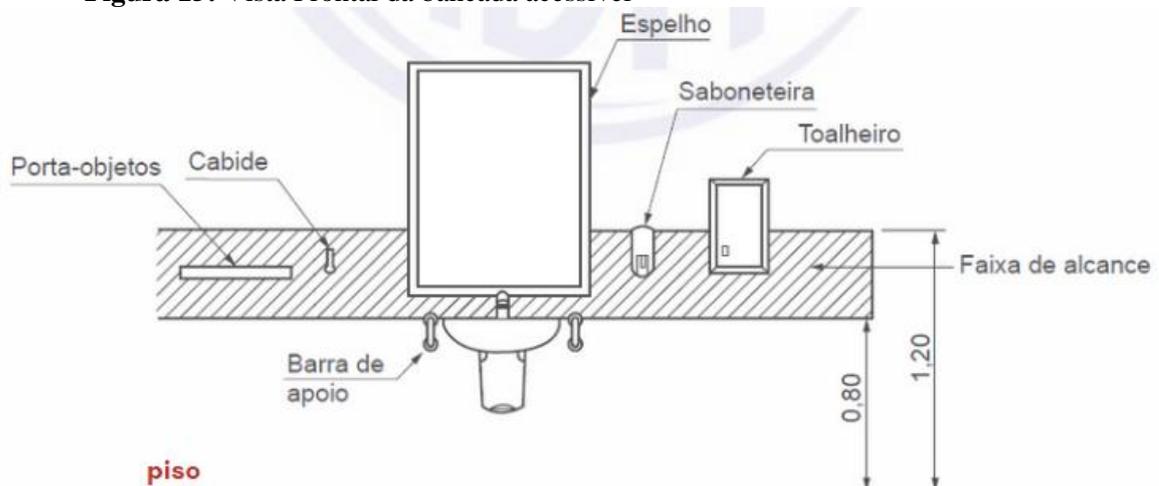
Figura 14: Vista superior e lateral de um banheiro acessível



Fonte: NBR 9050, editado pela autora, 2024

As pias/bancadas também precisam garantir acessibilidade aos seus usuários, com altura de 0,80 m. Os acessórios como porta-objeto, saboneteiras, toalheiros, a área de utilização de alcance acessível precisa ter altura até 1,20 m, como ilustrado na **Figura 15**.

Figura 15: Vista Frontal da bancada acessível



Fonte: NBR 9050, editado pela autora, 2024

Os banheiros do CCH (E2) estão longe de ser o recomendado na NBR 9050. Não existe em nenhuma das cabines acessibilidade e muito menos espaço para a entrada da cadeira de rodas. Apenas a bancada com quatro cubas de embutir redonda branca e o toalheiro correspondem, instalados a 0,80 m e a 1,20 m, respectivamente.

Figura 16: Bancadas dos banheiros da UENF

Fonte: acervo pessoal, 2024

Os corredores internos dos banheiros possuem 1,00 m entre as cabines e a parede. No início, próximo a porta de entrada, o corredor possui 0,85 m, impossibilitando o giro da cadeira de rodas. O giro de manobra só seria permitido próximo à área de bancada porque possui uma largura de 2,30 m entre a parede da bancada e a parede paralela a ela.

As cabines internas só possuem o sanitário, lixeiras e papeleiras, sem barras de apoio. Elas têm 1,30 m de comprimento e 0,87 m de largura, com portas sem maçanetas e aberturas para dentro, estando totalmente em desacordo com as normas de acessibilidade para quaisquer usuários, podendo ser visualizado na **Figura 17**.

Figura 17: Corredor e cabines dos banheiros do CCH - UENF

Fonte: acervo pessoal, 2024.

Como está ocorrendo uma obra para a correção de acessibilidade, foi realizado novas fotos para entender o que mudou e o andamento dessa reforma. No dia 25 de outubro de 2024, foram fotografados o mesmo banheiro e o resultado da mudança dirigiu-se para menos cabines porque a última estava sendo utilizada como almoxarifado, como mostra a **Figura 18**.

Figura 18: Fotos dos banheiros do primeiro e segundo pavimento do CCH – UENF

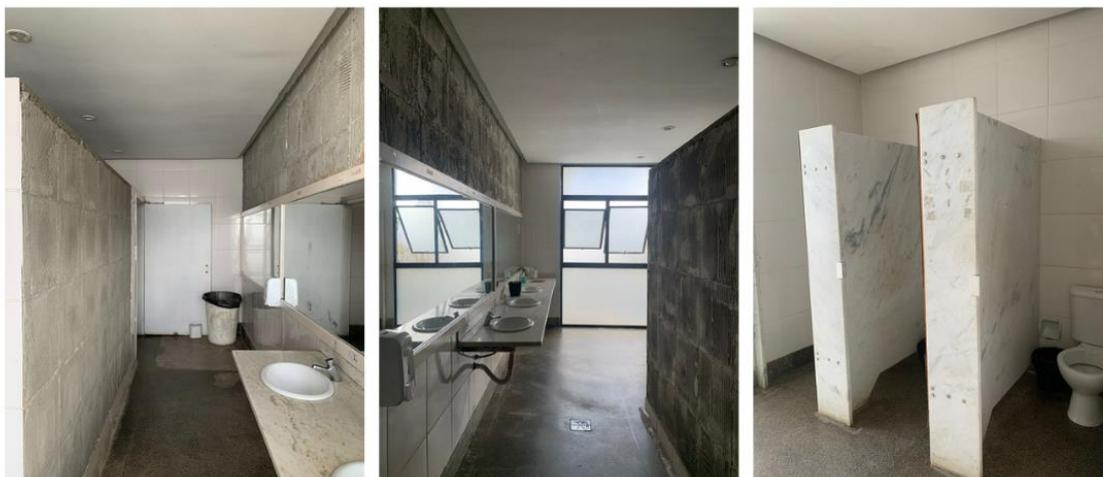


Fonte: acervo pessoal, 2024

Em comparação com os banheiros já analisados, do primeiro e segundo pavimento no Centro CCH, os banheiros no térreo dispõem de medidas bastantes generosas. Eles possuem um banheiro acessível logo na entrada, três cabines, uma bancada ampla com quatro cubas redondas de embutir brancas, um espelho que acompanha todo o comprimento da bancada e saboneteiras nas alturas corretas. Ainda, têm amplas janelas que permitem luz natural. Ele é o mais próximo ao que a Norma de acessibilidade exige, apesar de estarem inacabados, apresentado na **Figura 19**.

Vale a ressalva que o projeto original desse banheiro ainda possuía problemas quanto a sua acessibilidade, que foram corrigidos pelos profissionais da Prefeitura da UENF a pedido do Ministério Público, que será melhor apresentado no subcapítulo 3.7 (entrevista com os gestores da UENF).

Figura 19: Fotos dos banheiros do térreo do CCH - UENF

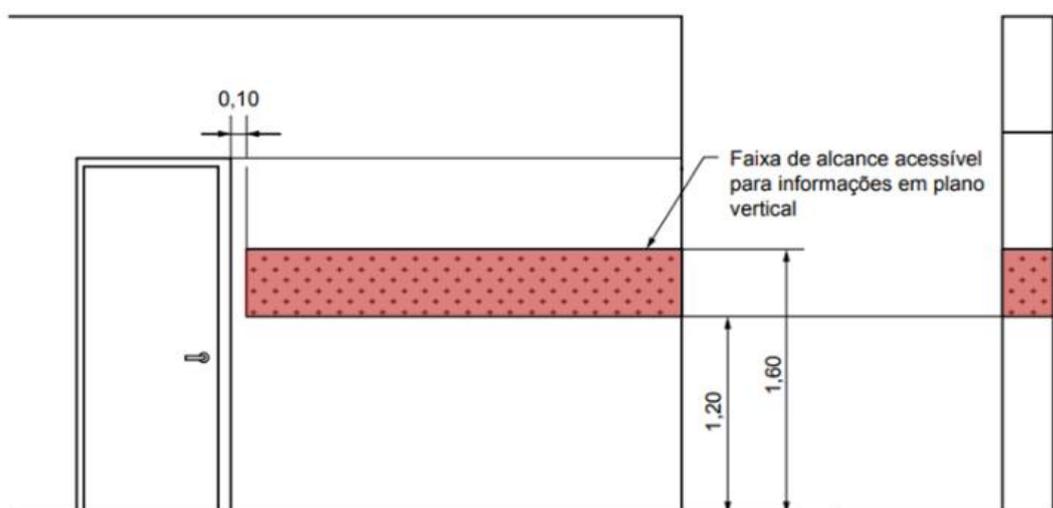


Fonte: acervo pessoal, 2024

As sinalizações são muito importantes na Instituição e precisam ser autoexplicativas e legíveis a todos. Indicam sinais de localização, advertência, instrução e podem ser utilizadas separadas ou combinadas. Elas devem ser localizadas claramente, com sequências lógicas de orientação, de um ponto de partida ao ponto de chegada. Quando em tátil, precisam conter informações em alto-relevo ou em Braille, com sequências completas.

Na **Figura 20** tem a indicação de sinalização para portas, em alto-relevo, pintada na cor rosa, na altura permitida para alcance das pessoas. E para melhorar mais a acessibilidade nas Universidades, as portas deveriam possuir informações do número das salas de aula em alto-relevo ou em Braille, como identificação para auxiliar e amparar as pessoas com deficiência visual.

Figura 20: Sinalização de portas de acordo com a Norma



Fonte: NBR 9050, editado pela autora, 2024

Não há em nenhum corredor interno do Centro CCH essas sinalizações nas paredes para indicação de portas e apesar de possuírem os números das salas de aulas, esses indicadores não estão em alto-relevo. Existe uma sinalização nas portas desses corredores, mas apenas para pessoas que não possuem deficiência visual ou baixa visão.

Quanto aos puxadores verticais, horizontais e maçanetas correspondem a Norma, entre 0,80 m e 1,10 m de altura em relação ao piso em todas as portas de laboratório, secretaria, salas de professores e salas de aula, mostradas na **Figura 21**.

Figura 21: Fotos do corredor do segundo andar do CCH - UENF



Fonte: acervo pessoal, 2024

Como comentado acima, foi realizado outro levantamento dos mesmos lugares. E percebeu-se também que foram colocados vasos de planta em cerâmica com único intuito de embelezamento dos dois lados dos corredores internos do primeiro e segundo pavimento do CCH, como apresenta a **Figura 22**.

Outra representação na **Figura 22** é a sinalização para o extintor de incêndio. De acordo com a Norma Técnica do Corpo de Bombeiros nº 18/2020, a sinalização deve estar posicionada acima do extintor e no piso deve ocorrer um retângulo central pintado na cor vermelho de 0,70m e bordas pintados na cor amarelo de 0,15m. Todas essas sinalizações estão corretas.

Figura 22: Fotos do corredor do primeiro e segundo andar do CCH - UENF



Fonte: acervo pessoal, 2024

Esse novo objeto prejudica indiscutivelmente às pessoas com deficiência visual que se acostumam com os ambientes de uma forma e fazem contagens até as salas de aula. Recentemente, um dos alunos da graduação com deficiência visual caiu em cima dos sacos de pedras porque utiliza as paredes para auxiliar na localização (informação obtida através da entrevista com uma das interlocutoras).

Dedicando-se às observações feitas na área externa da UENF, temos as faixas e travessias de pedestres e para se tornarem acessíveis precisam garantir a redução de percurso, com faixa elevada ou com rebaixamento de calçada.

Na UENF é possível ver a faixa de travessia elevada na rua onde foi denominada como “principal acesso”, que fica próxima à entrada, entre o CCH e o Restaurante Universitário, porém não têm faixa de sinalização tátil de alerta para indicar essa travessia. Ademais, existem faixas de pedestres sem o rebaixamento de calçada¹⁹, inviabilizando o acesso da pessoa com cadeira de rodas ou mobilidade reduzida para atravessar com segurança e autonomia, como mostra a **Figura 23**.

¹⁹ No dia 25 de outubro de 2024 foi realizado outra observação até esse local para saber como estava o andamento da obra de acessibilidade. E realizaram uma rampa para dar acesso a essa faixa de pedestres.

Figura 23: Fotos da faixa de pedestre e travessia elevada - UENF



Fonte: acervo pessoal, 2024

Ainda na área externa, as sinalizações dos Centros são muito importantes devido ao Campus da UENF ser muito extenso. Possuem placas indicando todos os prédios, como mostra a **Figura 24** e um mapa localizado na entrada mostrando a UENF na totalidade, com legendas em cores diferentes. Entretanto, não há nenhuma placa em alto relevo ou em Braille para pessoas com deficiência visual. Logo, não dar para as pessoas com deficiência visual se localizarem com autonomia na Instituição.

Figura 24: Fotos das placas de localização - UENF



Fonte: acervo pessoal, 2024

Percebe-se nas imagens²⁰ acima (Figura 23 e 24) não haver muita legibilidade dessas informações nas placas existentes porque não teve um cuidado para que a iluminação do entorno, seja ela natural ou artificial, não prejudicasse a compreensão das mesmas.

O modelo correto da placa de sinalização em Braille não é muito comum nos lugares públicos no município de Campos. O único local observado com esse modelo de sinalização foi no Partage Campos Shopping (antigo Shopping Boulevard) localizado no bairro Parque dos Rodoviários. Essas placas estão situadas em várias entradas/saídas do shopping, além de placas menores indicando banheiros, bebedouros.

No Prédio P9, conhecido como Pré-Reitoria, marcado na cor rosa no Mapa (Figura 06), localizado atrás da Prefeitura, é dedicado aos alunos com deficiência da graduação, contando com profissionais que realizam as mediações²¹, apresentado na **Figura 25**. Esse prédio é mais recente, logo fica mais afastado dos demais. Apesar de ter elevador na parte interna e uma rampa com guarda corpo na entrada, o seu caminho até ele não possui calçadas e quando as possui, encontram-se sem pisos táteis e o acesso se dá via uma rua com blocos pré-fabricados em concreto. Conclui-se que o único lugar destinado de fato a esses alunos, que frequentam semanalmente, não garante autonomia, mesmo sendo um prédio mais recente (diferentemente dos centros construídos como padrão-modelo Cieps).

Figura 25: Rampas e calçadas que dão acesso ao P9



Fonte: acervo pessoal, 2024

²⁰ Essas fotos foram tiradas no dia 22 de julho de 2024, no período da tarde, por volta das 17 horas.

²¹ Será melhor explicado no subcapítulo 3.7.

Ainda na parte externa da UENF, na cantina, tem um degrau (marcado em vermelho na figura abaixo) de 0,10 m que impossibilita uma pessoa com cadeira de rodas ou mobilidade reduzida subir sem precisar pedir ajuda, apresentado na **Figura 26**. Para mais, todo o acesso até a cantina possui caminhos esburacados e mal sinalizados, sem piso tátil, além de possuir uma localização distante da entrada principal da UENF e o Centro CCH analisado.

Figura 26: Fotos da cantina - UENF



Fonte: acervo pessoal, 2024

No Restaurante Universitário, tanto na área interna quanto na área externa, as cadeiras são fixas as mesas, como mostra a **Figura 27**. Isso reduz as possibilidades de escolha das pessoas com cadeira de rodas de se sentarem, permitindo espaço para o encaixe da cadeira apenas nas laterais, posicionadas no corredor. As mesas não são fixadas no piso, podendo ser posicionadas de forma que o corredor entre elas fique espaçoso. Não é o cenário ideal porque impede com que as pessoas com deficiência possam ter autonomia para escolherem onde desejam se sentar. Além de poderem ser esbarradas facilmente com o grande fluxo de alunos nos horários de refeições.

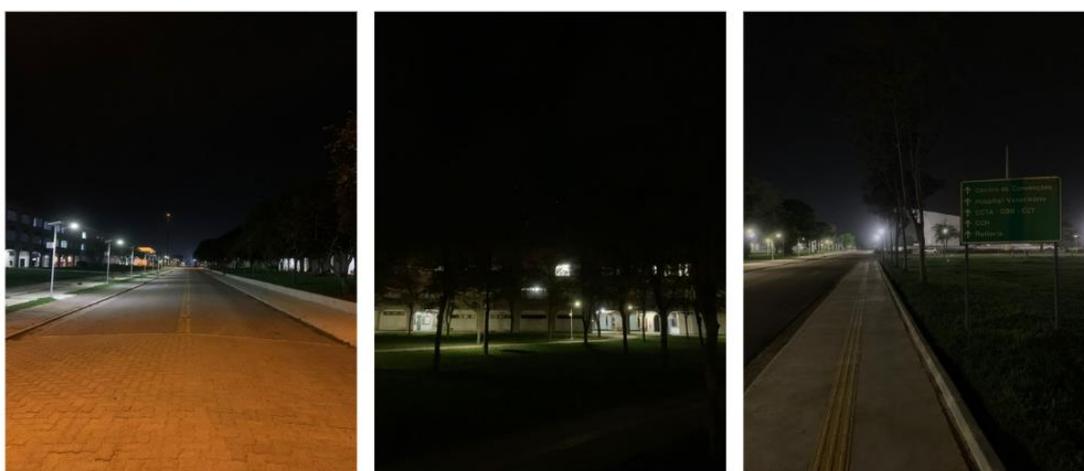
Figura 27: Mesas do Restaurante Universitário - UENF



Fonte: acervo pessoal, 2024

O que poucos sabem é que a iluminação também é uma ferramenta na garantia de acessibilidade. Todo o percurso acessível deve garantir luminosidade natural e/ou artificial. Nas calçadas, por exemplo, na faixa de serviço²² precisam acomodar postes de iluminação. A UENF possui bastante luminosidade natural durante o dia e toda a sua construção foi pensada em janelas bastante amplas para garantir o contato com a área externa e luz natural. No entanto, no período da noite, a iluminação artificial na área externa é bastante precária e permite alto risco para acidentes.

Figura 28: Fotos da iluminação da UENF no período da noite



Fonte: acervo pessoal, 2024

Como visualizado na **Figura 28**, a falta de iluminação no período da noite não permite que quaisquer discentes, docentes, funcionários, visitantes tenham facilidade de se locomover na Instituição. A rua principal (a que dá acesso à entrada da UENF) é a única que possui maior visibilidade devido a um grande poste e aos postes menores espalhados. Os caminhos internos, que costumam interligar um Centro ao outro, não possuem o mesmo privilégio, além de possuírem postes na mesma altura que as vegetações existentes. O correto para a instalação desses postes é estarem posicionados de forma que fiquem mais altos ou mais baixos que a vegetação para poderem iluminar sem dificuldades.

Aqui, a proposta não é apenas proferir todas as irregularidades da Instituição quanto a sua acessibilidade física porque acredita-se que apenas isso não resolve os problemas de

²² De acordo com a NBR 9050, as calçadas precisam ter faixa de serviço com largura mínima de 0,70m, destinadas à mobiliários, canteiros, faixa livre para circulação das pessoas com 1,20 m mínimo e faixa de acesso para rampas de acesso aos lotes.

alcançabilidade dos alunos. Apontar os problemas sem mostrar reais soluções não contribuem em nada aos alunos com deficiência na UENF.

Essas observações sobre as inacessibilidades da UENF foram feitas para que pudesse apresentar soluções de baixo custo que auxiliariam no dia a dia dessas pessoas. Ainda foi construída entrevistas com alunos da graduação para entender se os diagnósticos postos aqui são de fato lamentações deles também. Para mais, foi apresentado as correções realizadas pelos arquitetos e engenheiros da Prefeitura da UENF e uma proposta de melhoria a partir de todas essas observações realizadas até o momento da pesquisa.

4.3 A circulação dos alunos da graduação com deficiência na UENF

Neste subcapítulo destina-se a compreensão dos alunos com deficiência da graduação quanto à acessibilidade física e social na UENF. Para isso, foi elaborado um questionário online através da Plataforma *Google Forms*, na qual teve a colaboração do coordenador Djama da Secretaria Acadêmica (Reitoria) e o apoio das Psicólogas no ProAC (P9), para um panorama parcial sobre as dificuldades destes alunos na Instituição. O questionário foi seguindo questões como: quem é o aluno, qual a deficiência, curso, nível de satisfação com a Universidade, bolsa de estudo, o entendimento quanto a acessibilidade e as políticas de cotas.

O coordenador Djalma, da Secretaria Acadêmica, disponibilizou o link do questionário no mural do Sistema Acadêmico dos alunos que ingressaram ou não através da Política de Cotas, tendo um prazo para as respostas de dois meses, a saber, 20 de agosto de 2024 a 20 de outubro de 2024. A ideia inicial era realizar um questionário apenas com alunos que ingressaram através da política de cotas, visto que estaria associada com a correção de desvantagens. No entanto, mesmo a secretaria passando a informação que os dados que obtivera seriam dessa relação de cotas, não foi o que aconteceu com as respostas das alunas. Algumas disseram não ter ingressado através das políticas de cotas. Há uma incongruência quanto esses dados.

Dos 21 alunos (dados obtidos pela SECACAD e inicialmente que ingressaram através da política de cotas) apenas 07 responderam ao questionário do mural, representando um terço do total de alunos. Justifica-se a dificuldade de obter dados, primeiramente pelos alunos não olharem o sistema acadêmico quando não estão em período de provas, que costuma ocorrer no final do semestre e pela descrença em relação à efetividade das políticas públicas. Constata-se que esse pequeno número de respostas não foi o esperado e buscou-se outra alternativa para

entrar em contato com esses discentes como o diálogo com a Pró-reitoria de Graduação através do e-mail e presencialmente.

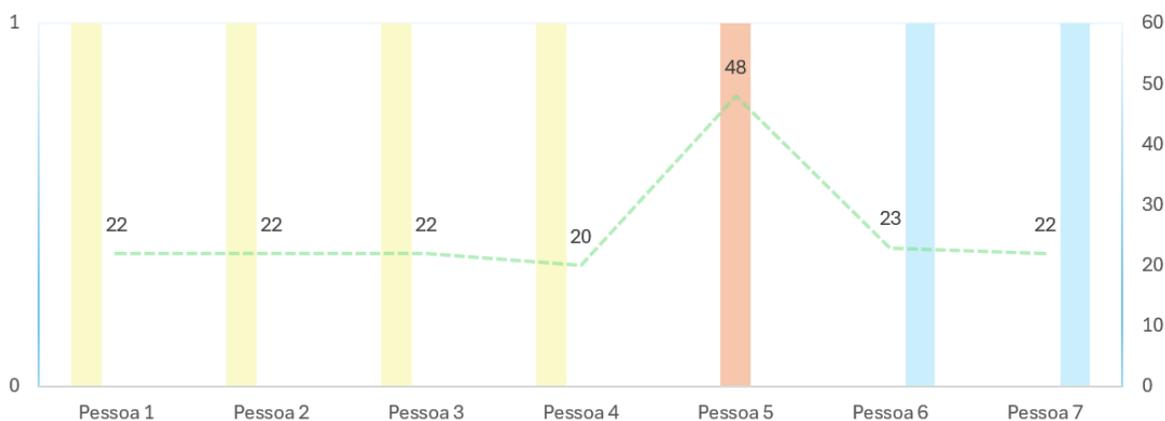
No dia 23 de outubro de 2024, às 15h, foi realizada uma conversa com as psicólogas da Pró-reitoria de Assuntos Comunitários a fim de conseguir mais respostas dos questionários, já que elas têm contato semanalmente com os alunos com deficiência por meio de mediações. No entanto, não se conseguiu o número de respostas esperado, portanto, as informações fornecidas aqui serão apenas percepções parciais.

Também foram feitas 03 entrevistas através do *WhatsApp* e *Google Meet* com alunos que se disponibilizaram a conversar sobre as suas motivações e dificuldades na UENF. Não será exposto aqui os nomes verdadeiros nenhum dos participantes das entrevistas.

4.3.1 Panorama Parcial através do *Google Forms*

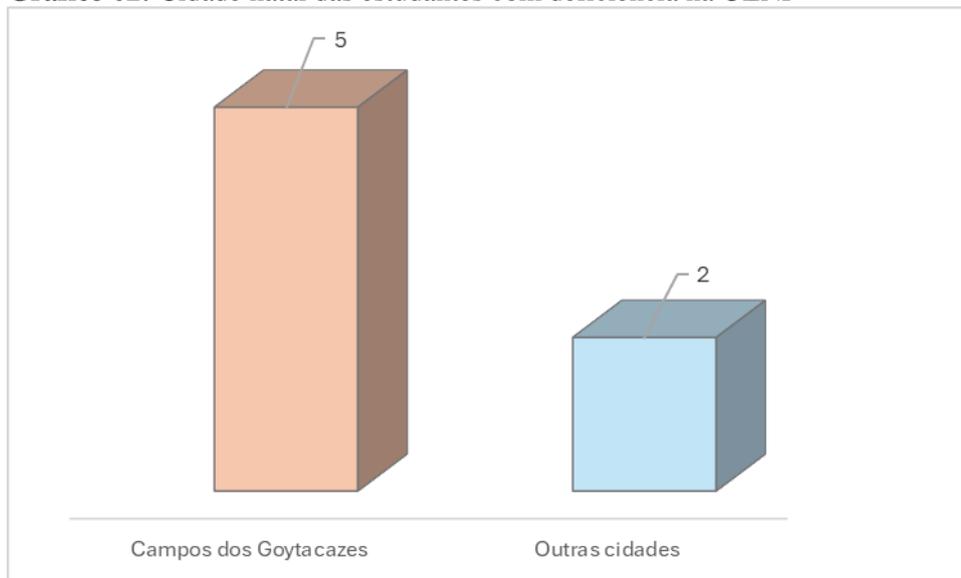
Dando início as análises dos dados coletados, têm-se um perfil majoritariamente feminino e branco, com faixa etária entre 20 a 48 anos e as deficiências estão entre duas físicas, quatro com transtorno do espectro autista e uma com deficiência visual, conforme mostra o **Gráfico 01**.

Gráfico 01: Faixa etária e porcentagem dos diferentes tipos de deficiência na UENF



Fonte: Elaborado pela autora com base na Plataforma Google Forms, 2024.

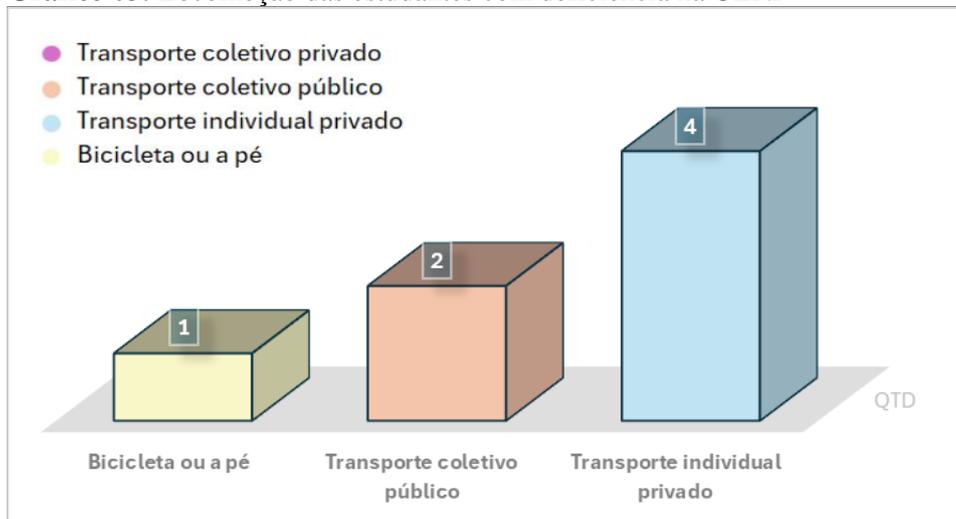
Atendendo ao questionamento inicial da pesquisa e na busca pelo entendimento sobre a relação entre a cidade e a Universidade, foi necessário entender se as alunas eram residentes de Campos-RJ ou se vieram de outra cidade para estudar na UENF, como apresenta o **Gráfico 02**.

Gráfico 02: Cidade natal das estudantes com deficiência na UENF

Fonte: Elaborado pela autora com base na Plataforma Google Forms, 2024.

Das sete respostas, cinco alunas são residentes Campos-RJ, uma é de Macaé e a outra não quis responder de qual cidade é. Tem-se o panorama, a partir das respostas obtidas, que a maioria das alunas com deficiência não vêm de outra cidade para estudar na UENF.

Além disso, para compreender as dificuldades que elas têm quanto a circulação e locomoção até a Universidade, perguntou-se os tipos de transportes que utilizavam, como o transporte coletivo privado (na cor lilás), o transporte coletivo público (na cor laranja), o transporte individual privado (na cor azul), a bicicleta ou a pé (na cor amarelo), como mostra o **Gráfico 03**.

Gráfico 03: Locomoção das estudantes com deficiência na UENF

Fonte: Elaborado pela autora com base na Plataforma Google Forms, 2024.

De acordo com o **Gráfico 03**, quatro alunas utilizam de transporte individual privado, seguido de duas de transporte coletivo público e uma de bicicleta ou a pé. Fazendo uma relação dos transportes com o tipo de deficiência, das alunas com deficiência física, nenhuma utiliza o transporte público coletivo. E como será apresentado na conversa com o Mateus (4.3.3) a má qualidade desses equipamentos em Campos-RJ não garantem inclusão e acessibilidade a essas pessoas.

Nota-se que a má qualidade de equipamentos coletivos de mobilidade urbana em Campos-RJ, que deveria proporcionar maior fluidez e acessibilidade, impede a locomoção das pessoas na cidade. Esse problema não é apenas a autonomia, mas os gastos que as pessoas têm com o transporte individual privado. Segundo a notícia do Jornal Nacional g1²³, publicada no dia 23 de setembro de 2024, há sete anos quase todas as viagens eram realizadas através do transporte coletivo e hoje, 31% já são com veículos individuais. Além desse incentivo a compras de veículos próprios, os serviços por aplicativo cresceram onze vezes. E as queixas em relação aos transportes coletivos são a falta de conforto, rotas mais flexíveis, horários.

De acordo com Castro (2020), após a implementação da Lei n.º 4.151/2003, que reserva vagas para pessoas com deficiência nas Universidades, até o ano de 2010 apenas 4 pessoas haviam ingressado (informações obtidas junto à Secretaria Acadêmica da UENF) e a partir do ano seguinte, com o ingresso através do vestibular ENEM/SISU houve um aumento significativo, totalizando 16 alunos. No entanto, no período de 2011 a 2016, dos 56 alunos que ingressaram, apenas 17 permaneceram ativos na Universidade. Castro conclui que é importante voltar atenção para a trajetória acadêmica dos alunos e investigar a motivação que levou eles a ingressar visando propor novos procedimentos de avaliação e de gestão da graduação.

Diante desse exposto acima, foi perguntado no questionário quais foram os motivos que levaram esses alunos a escolherem a UENF para estudar. Abaixo apresento as respostas das que responderam:

“O corpo docente muito bem especializado e os vários programas de pós graduação. Os laboratórios das diversas ênfases também foi um motivo”.

“Ser uma universidade de referência”.

“A família”.

“Gratuidade e oportunidades”.

²³ A informações foram obtidas através do link: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/09/23/brasileiros-estao-usando-menos-os-transportes-coletivos-apontalevantamento.ghtml>. Acesso 06 dez de 2024.

Quando questionadas sobre a satisfação da UENF, sendo 1 muito insatisfeito e 5 muito satisfeito, as respostas ficaram entre 3 e 5, representando satisfação quanto a Universidade.

E a fim de entender se existem dificuldades de locomoção dentro da Instituição, as respostas estavam ligadas à acessibilidade da UENF. Abaixo apresento 4 respostas:

“Sim”.

“Não consigo me locomover sozinha, pois para subir a calçada não tem rampas, e quanto tem é de difícil acesso por ser longe da entrada do prédio, a rampa é íngreme fazendo com que precise de pessoas para empurrar”.

“Não, pois a UENF não é acessível para pessoas com deficiência”.

“Sim, porém tenho dificuldade com coordenação motora e a parte física da universidade”.

Aproveitando da pergunta anterior, foi questionado se gostariam que a Universidade tivesse alguma melhoria quanto a acessibilidade, procurando saber sobre as possíveis soluções, tendo como respostas:

“Sinalizações mais objetivas”.

“Sim, colocasse rampas para ter acesso a calçada, tivesse salas no térreo para que o estudante não precisasse subir rampas”.

“Sim”.

“As rampas não são acessíveis, não tem elevador nos prédios, não tem piso tátil dentro dos prédios”.

Atualmente está sendo realizado uma obra de acessibilidade na UENF. Como já explicado, é um projeto de acessibilidade de alguns anos atrás, que está sendo feita as modificações somente agora. Alguns dos questionamentos quanto à acessibilidade das alunas, como rampas para ter acesso as calçadas, elevador nos prédios, pisos táteis, estão sendo feitos ou tem previsão para fazer.

Dialogando com essas insatisfações quanto a estrutura física da UENF, buscou-se questionar como essa obra está sendo vista por essas alunas, como mostra o **Gráfico 04**.

Gráfico 04: Satisfação das estudantes com deficiência na UENF quanto a obra de acessibilidade



Fonte: Elaborado pela autora com base na Plataforma Google Forms, 2024.

Das respostas, cinco alunas responderam não estar satisfeitas com a acessibilidade da UENF, uma aluna estava satisfeita e uma não sabia opinar. As duas alunas com deficiência física colocaram que não estão satisfeitas com a obra de acessibilidade e foram as mesmas que colocaram 3 como número de satisfação com a Universidade. Pelas respostas obtidas, acredita-se que as pessoas com esse tipo de deficiência possuem mais dificuldades na locomoção, enquanto as pessoas com transtorno do espectro autista, por exemplo, não encontram tanto obstáculos quanto a estrutura física da UENF.

Ainda sobre o espaço físico da UENF foram elaboradas duas perguntas: sobre os caminhos internos que ligam um Centro ao outro e as rampas que estão nos Centros mais antigos, sendo 1 muito insatisfeito e 5 muito satisfeito. As alunas com deficiência física e visual colocaram entre 1 a 3 e as de transtorno do espectro autista, 5, reforçando a observação do parágrafo anterior.

A UENF é uma Universidade muito grande, com muitos Centros e possui placas de informações. Foi questionado se essas placas informativas cumpriam a sua função e ainda se o atendimento informativo (funcionários dos gabinetes) ajudava e atendia às expectativas dessas alunas.

Obteve-se como respostas a primeira pergunta: “As placas de Centros são boas, mas as outras não são muito intuitivas; precisaria de mais placas para identificar alguns prédios”; “muitas dificuldades”; “as placas poderiam ser maiores”. E quanto à segunda pergunta, as respostas foram majoritariamente “não”. Visualiza-se com essas respostas que se trata de uma

acessibilidade que vai além da estrutura física da UENF; é perceptível que há uma conduta de “má vontade” ou má formação para esses funcionários quanto ao atendimento a essas alunas.

Quando perguntado se gostariam de compartilhar algo sobre alguma experiência positiva ou negativa sobre a UENF, tem-se 03 respostas:

“Passei por uma cirurgia no joelho e por causa disso estou indo de cadeiras de rodas para as aulas, pois as opções de apoio não foram boas, o que iriam me atrasar. Como tenho aulas no CCT, a única rampa que dá acesso ao prédio e por trás que meu avô teria que me empurrar por um pedaço até chegar nessa rampa, além de ficar um pouco longe a rampa está interdita. Achei a melhor solução parar o carro na frente do CCT para ao sair do carro já colocar a cadeira e meu pé em cima da calçada, porém houve reclamações que estaria atrapalhando o trânsito e o embarque e desembarque de alunos (lembrando que sou aluna também) isso poderia ser facilitado se houvesse rampas em frente a cada prédio e não por trás, para que assim o carro pudesse subir ou até mesmo deixar o carro mais próximo à entrada e logo subir na calçada”.

“Sim, faltam recursos de acessibilidade, profissionais que sejam melhores informados para nos dar melhor assistência e um pouco mais de humanização entre todos”.

“Acho que muitos ambientes contam com funcionários capacitistas ou com pouca informação”.

Transportando essa acessibilidade para dentro das salas de aulas, foi perguntado se as alunas sentem que possuem mais dificuldades que os alunos que se declaram sem deficiência e obteve-se 100% que sim das respostas.

Para mais, foi questionado sobre os materiais didáticos utilizados em sala, se atendem às necessidades das alunas e apenas 01 aluna respondeu que possui ajuda destes materiais. Esta ajuda é oferecida no NAP.

Estas respostas direcionadas as salas de aula afirmam um dado bastante importante para a pesquisa, além de confirmar a discrepância da porcentagem quanto a alunos no Ensino Superior com ou sem deficiência, nos mostram como essas dificuldades e falta de auxílio acarretam a permanência e na conclusão do curso escolhido. As entrevistadas ainda colocam que poderiam ter questionários mais objetivos, comparações reais quando se trata de tópicos abstratos, uma abordagem que traga algum assunto mais para sua realidade, áudio com descrição e matérias que mostrem a disciplina de maneira mais concreta, a fim de melhorar o entendimento nas salas de aula.

Para finalizar, a última pergunta do questionário foi sobre a compreensão delas em relação às políticas de cotas e se veem essa política como uma forma de “corrigir” as desvantagens delas frente às pessoas que se declararam sem deficiência.

“São políticas afirmativas para a população que necessita de um maior potencial de ocupação destes espaços”.

“Que a universidade dar lugar, espaço para pessoas que muitas vezes são excluídas”.

“Acho ela totalmente justa”

“Ela é rígida e não atende a todas as pessoas com deficiência”.

“Não. Acredito que a política de cotas está na legislação para TENTAR corrigir a defasagem de ocupação dos deficientes nestes espaços onde as pessoas não deficiência dominam e são predominantes”

“Contando que nos deficientes estamos em último lugar na fila de cotas é um pouco complicado falar sobre esse assunto”

“Não, ela proporciona um degrau de oportunidade equitativo”.

Entende-se que o pequeno número de respostas não é muito “representativo”, no entanto, buscou-se dar ouvidos às alunas com deficiência que se propuseram a responder os questionários e contar sobre as suas dificuldades quanto à acessibilidade da UENF.

Das sete entrevistadas, apenas uma tinha conhecimento acerca do Núcleo de Acessibilidade Pedagógica (NAP) por fazer parte dos membros da equipe. Por melhor que seja a ajuda, é o professor quem precisa entrar em contato com o NAP no intuito de ajudar algum aluno com deficiência em sua sala de aula. E observando os relatos das experiências dessas alunas, percebe o quanto a Universidade possui poucos funcionários especializados para ajudar e não houve nenhum tipo de formação para o corpo docente, que passou a dar aulas aos alunos com deficiência.

Outro dado importante do questionário foi quanto ao entendimento da última pergunta sobre a política de cotas. Algumas das respostas mostram o quanto há uma descrença quanto às políticas públicas, estando entre a última colocação das porcentagens de cota junto a filhos de militares e a tentativa e rigidez de correção.

4.3.2 “Uma falta de respeito, é humilhante”: na perspectiva de Raquel

Uma das entrevistadas da pesquisa possui um relato sobre sua relação com a acessibilidade da UENF. Raquel é residente de Campos dos Goytacazes e ingressou através da política de cotas para pessoas com deficiência, possuindo deficiência física (ausência de dedos das mãos e dos pés). A escolha de estudar na Instituição de ensino foi pela proximidade com sua casa e por considerar uma boa Universidade.

A entrevista ocorreu no dia 05 de junho de 2024, através do *WhatsApp*, da forma que ela se sentiu mais confortável, com descrições em textos e áudios. Ela relata que recentemente se machucou e precisou utilizar da cadeira de rodas para circular na Universidade e que estava sendo uma experiência desagradável, pois não conseguiria ir para às aulas se não fossem os amigos para ajudar.

“Enquanto a gente não passa por aquilo, a gente ver as dificuldades e acha ok, não sente na pele. [...] Mas quando sentimos na pele, poxa, dar vontade de chorar. Me dar desânimo de ir para a faculdade porque é todo um rolê, tem que ficar dependendo de pessoas para me carregar para baixo e para cima porque eu não consigo fazer nada sozinha. Se estou na aula e preciso ir ao banheiro é uma loucura porque o professor precisa parar a aula para outra pessoa me levar” (RAQUEL, 2024).

Quanto à estrutura física da UENF, ela conta que a rampa é impossível de subir sozinha e os amigos precisam empurrá-la até a sala de aula. Ainda, os banheiros têm cabines com portas apertadas e que recentemente, com a instalação dos bebedouros entre a divisão dos dois banheiros (masculino e feminino) impossibilitou a entrada da cadeira de rodas. No Restaurante Universitário, a acessibilidade é ainda pior, porque os caminhos internos até lá possuem calçadas esburacadas, o que inviabilizou que ela almoçasse diariamente.

“Estou dando graças a Deus que eu não estou tendo aula lá atrás, naqueles prédios mais novos, que têm até elevador para cadeirante. Você me diz, porque tem elevador para cadeirante, se nem lá atrás o cadeirante consegue chegar? Com muitos paralelepípedos faltando pedaços. [...] Já é uma situação ruim porque assim (...) estou com o pé machucado e dependendo de outras pessoas, não consigo fazer nada sozinha e a gente **já se sente vulnerável porque as pessoas olham o tempo inteiro, procurando onde é que você está ruim, qual é o seu defeito, e é muito humilhante, muito humilhante de verdade**” (RAQUEL, 2024).

Destaca-se no final do trecho da fala da entrevistada um tema bastante tratado na obra de Goffman (1982) e Rawls (1997):

“Quando o defeito da pessoa estigmatizada pode ser percebido só ao se lhe dirigir a atenção (geralmente visual) – quando, em resumo, é uma pessoa desacreditada, e não *desacreditável* – é provável que ela sinta que estar presente entre normais a expõe cruamente a invasões de privacidade” (GOFFMAN, 1982, p.25).

“[...] podemos caracterizar a vergonha como o sentimento que se tem ao sentir uma agressão ao autorrespeito ou sofrer um golpe contra a autoestima. A vergonha é dolorosa porque significa a perda de um bem valioso” (RAWLS, 1997, p.547).

E uma das perguntas realizadas a ela, foi se esse olhar das pessoas seria de curiosidade ou estranhamento.

“Quando eu chego ali na cantina, é ok, uma pessoa deficiente, é ok, mas quando empinam a minha cadeira, levantam a minha cadeira, todo mundo fica olhando e eu **me sinto assim** [...] **em cima de um palco**, é muito ruim, muito desconfortável. A sorte que como eu já tenho deficiência, **já estou acostumada com as pessoas olhando**, não me importo, não ligo, só que eu imagino uma pessoa que tem vergonha, que tem tendência depressiva por exemplo, você chegar num lugar e todo mundo te olha estranho” (RAQUEL, 2024).

A Universidade deveria ser um espaço onde as pessoas pudessem apresentar suas singularidades, mas as barreiras físicas impostas por ela e como a sociedade ver as pessoas com deficiência, não permitem. Goffman apresenta o que acontece no que ele denomina de “contatos mistos”.

“Este livro, entretanto, ocupa-se especificamente com a questão dos ‘contatos mistos’ [...] quando os normais e estigmatizados realmente se encontram na presença imediata uns dos outros, especialmente quando tentam manter uma conversação” (GOFFMAN, 1982, p.21-23).

Alguns caminhos internos, ela precisava levantar, se equilibrar, pedir para seus amigos puxarem a cadeira para que finalmente ela consiga sentar e dar continuidade ao caminho. O

retorno até a sala de aula possui muitos buracos e ela caía inúmeras vezes, visto que a rodinha da parte da frente da cadeira agarra nos buracos das calçadas. Quanto ao estacionamento, não possui rampas e as vagas de estacionamento destinadas às pessoas com deficiência não são respeitadas.

Acredita que a UENF precisa melhorar a sua estrutura em sua totalidade, fazer rampas de acessibilidade, colocar elevadores nos prédios, reformar todas aquelas calçadas esburacadas e banheiros acessíveis de verdade. Quanto às salas de aula, acredita não haver muito o que fazer, visto que as portas já são largas e as cadeiras novas estão melhores.

4.3.3 A falta de comunicação com os estudantes com deficiência na UENF: na perspectiva do Mateus

Um dos interlocutores do trabalho é do município de Santo Antônio de Pádua, mas atualmente reside em Campos dos Goytacazes-RJ para estudar. Ele tem deficiência visual e recebe uma bolsa auxílio para custear seus gastos na cidade, todavia acredita que seja pouco em relação aos gastos que têm com moradia.

Utiliza de transporte público coletivo e se queixou ser bastante ruim e acredita que isso seja apenas um problema do Município e não da Universidade. Milton (2007, p.63) coloca que a mobilidade das pessoas é um direito, “a própria existência dos transportes coletivos depende de arranjos nem sempre bem-sucedidos, e nem sempre claros, entre o poder público e as concessionárias”. Há muitos incentivos aos meios de transporte individuais e as cidades impedem praticamente o crescimento de transportes coletivos.

Pensando nisso, foi realizada uma entrevista com uma frota de ônibus do município, a **Viação Siqueira**, no dia 10 de junho de 2024, através do *WhatsApp*, a fim de entender a mobilidade na cidade. O empresário da frota relatou que precisou dispensar muitos motoristas por não se dedicarem às explicações sobre as plataformas para pessoas com deficiência, localizada na lateral dos ônibus, impossibilitando o uso de transporte público coletivo por parte dessas pessoas, uma vez que o motorista precisa descer para ajudá-las. Não há plataforma autônoma na cidade e ele acredita que seja por falta de recursos.

Ainda, explicou que atualmente existem poucos ônibus circulando pela cidade de Campos-RJ em virtude do valor do diesel S10. No ano de 2010, exemplificando, o diesel S10 custava em torno de R\$3,70 e, hoje, custa cerca de R\$5,94. Acredita que existe o que ele denomina de “efeito dominó” porque a arrecadação das passagens não é suficiente e isso

influencia na quantidade de frotas, horários, qualidade e profissionais para este cargo, justificando a insuficiência de ônibus na região.

Buscando entender a relação com a Universidade, o Mateus não teve nada a reclamar. Relatou que existem bolsistas encarregados a darem todo o apoio a ele e auxiliarem na sua locomoção; esses bolsistas precisam possuir graduação e/ou pós-graduação para acompanhá-lo.

Quanto às salas de aula, não têm nenhuma dificuldade porque os professores são bastantes comunicativos e seu aprendizado não está sendo prejudicado. Em relação à estrutura física da UENF, não o incomoda, todavia se preocupa com pessoas que utilizam as cadeiras de rodas, principalmente no que se refere às rampas íngremes, que ligam um pavimento ao outro. O dialogado permanece apenas no CCH (o prédio onde foi realizado todos os diagnósticos quanto à acessibilidade) e não se desloca para outros prédios, logo não sente dificuldades para caminhar na Universidade.

Relatou também que a obra de acessibilidade que está sendo realizada na UENF tem um custo bastante elevado e não foi feito um levantamento com os alunos com deficiência na Instituição para analisar as suas dificuldades e que isso deveria ter sido crucial para iniciar as obras.

Não ter tido um levantamento de dados com os alunos com deficiência para entenderem suas angústias, suas experiências positivas e negativas quanto à acessibilidade da UENF é um dado muito problemático, porque é imprescindível diagnosticar quem são os usuários que utilizam de qualquer espaço que será realizado quaisquer modificações para compreender como isso afetará o cotidiano deles.

4.3.4 “Viver com a deficiência é viver dentro de uma prisão sem muros”: na perspectiva de Amanda

Uma das interlocutoras da pesquisa trouxe uma perspectiva muito diferente, com o olhar mais voltado para a educação na Universidade em questão. A conversa foi realizada no dia 12 de setembro, às 14h, pelo *Google Meet*. A Amanda tem 48 anos, é aposentada como professora de educação infantil, está na sua segunda graduação e escolheu o curso de Pedagogia na UENF.

Esta escolha se deu por meio de um desafio que fez com o seu marido. Ambos estavam em um período bastante desmotivados e fizeram o ENEM; ele decidiu estudar Ciências Sociais e ela, às 23:47h, Pedagogia. Os dois possuem deficiência visual e esse desafio foi uma forma de se refazerem, reinventarem.

A Amanda é residente de Campos-RJ e utiliza de transporte individual privado para se locomover até a Universidade, logo não tem problemas com o transporte coletivo público da cidade, mas entende que isso não é a realidade da maioria.

Ela se encantou pelo curso e gradua em julho de 2025. Gostaria de tentar o curso de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem na UENF (ainda que a UENF não ofereça condutores na pós-graduação em razão da falta de verbas) e pensa em se especializar em Pedagogia Jurídica. É uma vertente do curso que trabalha com menores de idade que estão cumprindo medidas socioeducativas e hoje, no Brasil, é uma profissão pouco conhecida, com cerca de 100 profissionais que trabalham diretamente no Fórum.

Acredita que a UENF oferta tudo que precisa **mediante a suas reivindicações**, para que não se torne uma **estudante invisível**. No entanto, estar na Universidade não é fácil, devido à formação e abordagens dos professores. Ela enfrenta a barreira do preconceito e um dos métodos que utilizou para se fazer visível em sala de aula, aos professores, foi através do seu Coeficiente de Rendimento (CR) estar acima de nove em todos os semestres. Dessa forma, eles viriam que ela leva o curso a sério, apesar de estar cansada de precisar se fazer presente o tempo todo.

Dedicando-se às perguntas quanto à estrutura física da UENF, a entrevistada acredita que a Universidade não seja nada acessível; possui rampas bastantes íngremes, sem corrimão e com pisos táteis existentes soltos. Na entrada dos banheiros colocaram um bebedouro e ela precisa passar de lado por conta da sua bengala. Além disso, relatou que o Diretor do Centro (CCH) colocou 26 vasos de planta no primeiro andar e 34, no segundo andar, o que deixou o corredor com as passagens apertadas. Ademais, os sacos de areia para os vasos de planta, encontram-se encostados na parede do corredor, dificultando ainda mais a sua locomoção para as salas de aula.

Também como indagação da entrevistada, no CCH, por exemplo, possui auditório no térreo que poderia ser no pavimento acima, já que nele daria para fazer duas salas de aula e não precisaria subir as rampas para estudar. Ela fez uma sugestão a Diretoria que colocassem uma grade em todo o comprimento das rampas com altura de 1,00 m, instalada dos dois lados, a fim de melhorar a segurança e facilitar a subida. Mas ainda não obtivera retorno.

Como visto no subcapítulo 3.2 (figura 10), as rampas possuem um encosto de 0,80 m de altura, em total desacordo com a norma de acessibilidade e a sugestão da grade de 1,00 m ajudaria significativamente na autonomia dessas pessoas.

Uma das perguntas feitas a entrevistada foi como ela encontrava a sala de aula, já que não possui nenhuma identificação nas portas em alto-relevo ou Braille e ela descreveu que chega nas salas através da voz do professor (se estiver calado, tem dificuldade para encontrar a sala), da memorização ou das contagens de passos.

Quanto a ajuda disponibilizada pela Instituição, ela menciona que o NAP (Núcleo de Acessibilidade Pedagógica), hoje oficial da Universidade, só é eficaz para pessoas surdas, funcionando muito bem com Libras, no entanto, há uma defasagem para cegos; eles não possuem nem NVDA²⁴ instalados nos computadores. Para mais, os professores precisam ter interesse em auxiliar os alunos com deficiência para entrarem em contato com o Núcleo, como já mencionado na pesquisa.

Dando continuidade a esse interesse dos professores, ela acredita que este seja o maior empecilho para se formar em qualquer curso de Graduação na UENF e traz como a principal melhoria a especialização docente, a formação continuada da educação especial, o olhar humanizado. Além disso, mostra o descontentamento quanto às políticas cotas:

“No dia da inauguração da UENF, eu tinha 16 anos e dizia que um dia estudaria aqui. E vejo que é possível mesmo com todas as dificuldades, vejo por mim, por disciplina e dedicação. Porque até na política de cotas estamos em último lugar; são vagas para pretos, vagas para pardos, indígenas, estudantes de escolas públicas, filhos de militares vivos e mortos e por último, 0,02% para pessoas com deficiência, com comprovação de laudos e exames de imagens” (AMANDA, 2024).

A entrevistada finaliza a conversa com uma reflexão muito importante para a pesquisa:

“Às vezes, as pessoas não sabem da onde vem as palavras. Resiliência veio da física, do guardar químicos fortes em depósitos resistentes. Ser forte não pode ser um meio resiliente, precisa ser por completo. Usarei a metáfora do elástico. O elástico se desgasta com o tempo e quando tiver desgastado, com a ponta esticada, vai lá e corta ele e deixa que venha uma outra ponta mais forte e resistente. E sempre vai cortando e vai continuando com força e coragem sempre. Viver com deficiência é viver numa prisão sem muros. Essa prisão sem muros, é a falta de visão, preso dentro de uma deficiência e precisa ser mais e mais dentro de uma sociedade. Não uso o termo inclusão, eu acho que o termo correto é estar inserido e só quem pode se inserir é o indivíduo” (AMANDA, 2024).

Estas entrevistas mostraram que a “autonomia” depende da forma como você ver o lugar. Nem sempre o que é independência para um será para o outro, afinal o “grupo” de pessoas

²⁴ O NVDA (*NonVisual Desktop Access*) é um software gratuito para ajudar pessoas com deficiência visual. Ele é compatível com vários sistemas operacionais e com ele instalado, essas pessoas conseguem ler com sintetizadores de voz ou em Braille, proporcionando autonomia.

com deficiência é heterogêneo, com dificuldades e expectativas diferentes. Para a Amanda, as pessoas com deficiência precisam, todos os dias, encontrar formas de não serem invisíveis nos lugares e lutarem por condições mínimas para terem essa autonomia nas cidades e, conseqüentemente, nas Universidades. Diferentemente do Mateus, que não sente as mesmas dificuldades nas salas de aulas e na Universidade, mesmo ambos possuindo a mesma deficiência visual. Ele compreende que para pessoas com deficiência física, essas dificuldades são maiores. Sempre haverá nos lugares formas silenciosas ou não de promover a exclusão.

4.4 Entrevista com os gestores da UENF

Neste subcapítulo será destinado às entrevistas e conversas realizadas com alguns gestores da UENF. Os entrevistados foram a professora Nadir Francisca Sant'anna, a Arquiteta Mônica, as psicólogas da Pró-reitoria de Assuntos Comunitários (Pro-AC), a fim de entender os olhares deles sobre a acessibilidade da UENF, bem como as estratégias para a permanência das pessoas com deficiência na Instituição.

A conversa com a professora Nadir Francisca Sant'anna, foi realizada através do *WhatsApp*, no dia 07 de junho de 2024. Ela acredita que a questão da UENF é muito complexa devido a sua rápida construção e o material utilizado que acontecem em todos os CIEPs. Ainda, relatou que toda a parte térrea dos primeiros prédios, exceto o P3 e P4, foram ocupados por laboratórios, não permitindo o uso de salas de aulas no térreo, o que resolveria o problema com as rampas.

Ela dedicou-se parte dos seus estudos a materiais táteis para discentes com deficiência visual que eram realizados na Oficina Pedagógica de Tecnologias Assistivas (OPTA), não era oficial da Universidade, e estava preocupada em produzir esses materiais.

Acredita que a acessibilidade para pessoas com deficiências visuais na Instituição é ruim porque o Campus é muito grande. Os alunos antes eram levados de um prédio ao outro pelos vigilantes porque como a forma como a UENF foi construída é bem complicada. Ainda, relata que existem vários trabalhos mostrando os problemas de acessibilidade na Universidade e o que eles não têm é solução para resolver.

Quanto à implementação de materiais didáticos para pessoas com deficiência visual, já existem alguns adaptados, têm bolsistas de apoio que ajudam a tirar dúvidas desses alunos, mas ambos não sabem se é eficiente porque não foi realizada uma pesquisa para entender o seu funcionamento.

Buscou-se entender através dessa entrevista com a Nadir, como o núcleo oficial da UENF ajuda atualmente os alunos com deficiência. O Núcleo de Acessibilidade Pedagógica (NAP) pretende “promover a interação e a parceria entre pesquisadores de diferentes Laboratórios da UENF e de outras Instituições [...] que envolvam a temática de Acessibilidade Pedagógica”²⁵. Isso significa que eles contribuem com materiais acessíveis aos professores com interesse em melhorar o entendimento dos alunos com deficiência em suas aulas. Dessa forma, foi enviado um e-mail no dia 26 de agosto de 2024 para o NAP, contudo não foi possível a entrevista.

Ainda, com o intuito de entender melhor sobre os mediadores dos alunos com deficiência na graduação, foi realizada uma conversa com duas psicólogas na Pró-reitoria de Assuntos Comunitários no dia 23 de outubro, às 15h. São cinco psicólogas nesse setor de Apoio Psicológico e Pedagógico e cada uma faz mediação com cerca de 4 a 5 alunos por semana. Essas mediações são divididas em mediação direta, nas salas de aula, auxiliando o aluno a copiar, caminhar e a mediação da organização de semestres, como as provas. Elas precisam encaminhar um e-mail para os professores para comunicar algumas demandas e necessidades do aluno, como realizar uma prova em outro horário a fim de fazê-la sozinho e sem barulhos. No entanto, nem todo professor ver este e-mail, gerando uma nova configuração.

Atualmente, já comunicado aqui, há 21 alunos com deficiência na Instituição, todavia 16 pediram esse auxílio com as mediadoras. E dentre as deficiências, elas acreditam que hoje 90% dos alunos das mediações têm autismo. Esses dados são diferentes daqueles obtidos por Castro em 2020, revelando que dos 24 alunos ativos na Universidade, 13 possuíam deficiência física.

Outra interlocutora importante para este trabalho foi a arquiteta Mônica, como representação da atuação desses profissionais (arquitetos e engenheiros) na produção de ambientes acessíveis na UENF. A entrevista foi realizada no dia 02 de julho de 2024, às 15h, na Prefeitura da UENF.

A arquiteta descreve que existe um projeto de acessibilidade há 10 anos e que apenas agora licitou. Esse projeto foi realizado por uma empresa de Arquitetura de Belo Horizonte - MG, a LMG Arquitetura e Urbanismo LTDA, tendo como responsável a arquiteta Lúcia Melo Gonçalves Campos.

²⁵ As informações foram obtidas no site da UENF, disponibilizado pelo NAP, através de uma conversa por e-mail. Link <https://nap.uenf.br/sobre>. Acesso em agosto de 2024.

O projeto foi apresentado ao Ministério Público e precisou ser revisado porque muitas das alterações ainda não estavam consoantes com a Legislação e apresentavam-se inacessíveis. Desse modo, o Engenheiro responsável do setor, o Gabriel, junto a sua equipe, iniciou algumas correções como banheiros, cálculo para elevadores, dentre outros.

A equipe estava dividida entre os que alteravam os projetos de acessibilidade anterior, os que faziam cálculos para previsão de elevadores externos nos centros P1, P2 e P3 e interno no P4 e P5 (no centro da rampa) e os que estavam fazendo acompanhamento das obras de acessibilidade que iniciou em 2024.

Na entrevista realizada por Castro (2020) ao Engenheiro Gabriel, comunica que desde 2008 os órgãos públicos eram obrigados a adequar seus espaços às pessoas com deficiência e foram contratados serviços para realizar adequações. Todavia, por questões técnicas, a empresa contratada não conseguiu concluir totalmente e que também não tinham a liberação do dinheiro para a realização das obras, mesmo todo ano tendo verba da acessibilidade no orçamento.

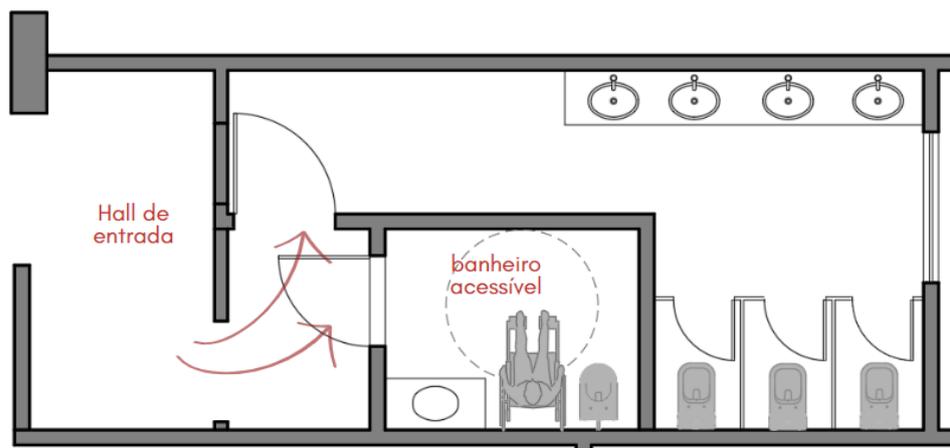
À luz da entrevista com a Mônica e dos arquivos fornecidos por ela e pelo engenheiro Gabriel será apresentado o projeto enviado para o Ministério Público e as correções realizadas pela equipe da Prefeitura. Eles disponibilizaram todos os projetos da empresa de arquitetura de Belo Horizonte e as correções feitas por eles até o dia da entrevista, 02 de julho.

Os banheiros apresentados foram apenas os femininos do CCH porque foram os dos diagnósticos vistos no subcapítulo 3.2. Os banheiros masculinos deste Centro também foram corrigidos pela equipe responsável pela acessibilidade, apenas não foram exibidos aqui.

Primeiro será apresentado o projeto de acessibilidade do banheiro feminino do CCH realizado pela empresa de arquitetura de Belo Horizonte. Neste banheiro, diferente dos apresentados nas Figuras 12 e 13, temos um Hall de entrada que permite acesso a duas portas: uma das portas com abertura para fora dar acesso ao banheiro acessível (PNE) e a outra as três cabines e a bancada com quatro cubas redondas de embutir.

Esta porta com a abertura para fora poderia entrar em conflito com alguma pessoa que estaria passando para acessar o banheiro com as três cabines porque o espaço do corredor é pequeno em relação à abertura da mesma. Não há necessidade de uma bancada grande, apenas um lavatório com toalheiro e saboneteira ao alcance das pessoas e também não existe a previsão de barras de apoio, como mostra a **Figura 29**.

Figura 29: Planta baixa do banheiro feminino do térreo do CCH da empresa de arquitetura de Belo Horizonte/MG

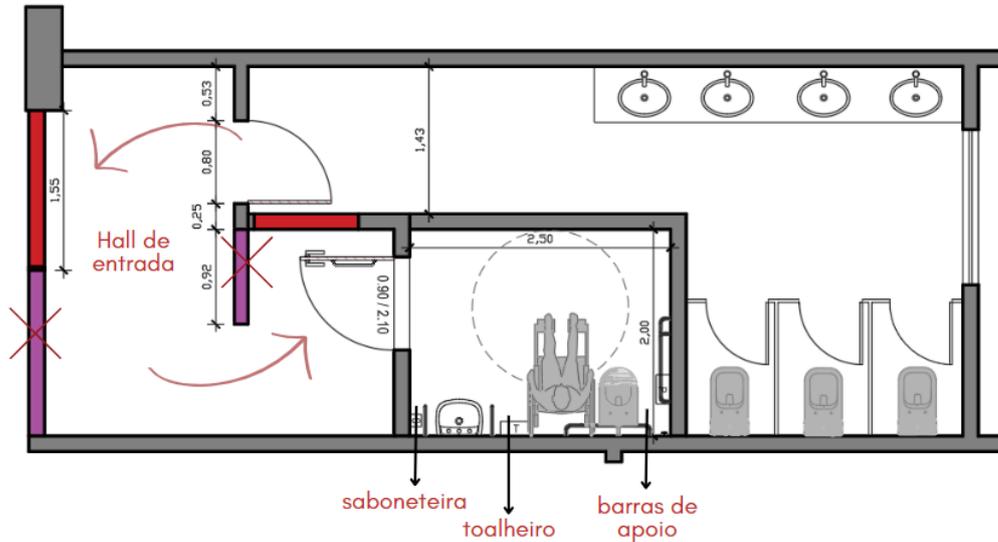


Fonte: acervo da Prefeitura da UENF, editado pela autora, 2024

A correção realizada pela equipe da Prefeitura da UENF, prevê alterações nas portas e em algumas paredes no Hall de entrada a fim de garantir mais espaço para a cadeira de rodas. Além da previsão correta do lavatório e das barras de apoio. As cabines e a bancada, não tinham a necessidade de serem revisadas, apresentadas na **Figura 30**.

A cor roxa representa a demolição das paredes propostas pela LMG Arquitetura e Urbanismo LTDA e em vermelho a que será construída após a correção. Essa modificação permite que o conflito das aberturas das portas não aconteça mais porque a entrada para a bancada e as três cabines se dá por uma porta de 0,80 m logo no hall de entrada. Observa-se que a parede em vermelho a ser construída de 1,55 m permitirá o posicionamento de um bebedouro para fora do hall, tendo acesso ao corredor.

Figura 30: Planta baixa do banheiro feminino do térreo do CCH corrigido pelos arquitetos da Prefeitura da UENF



Fonte: acervo da Prefeitura da UENF, editado pela autora, 2024

Já foram realizadas todas as alterações de acessibilidade no banheiro do térreo do CCH, tendo apenas a abertura da porta de 0,80 m para o lado oposto.

Dedicando-se à área externa e acompanhando as notícias do Instagram da Prefeitura da UENF quanto ao andamento da obra, a instalação dos pisos táteis já foram motivos de reclamações por algumas pessoas. O material utilizado não é o mais adequado para a área externa e para o grande fluxo de pessoas diariamente, podendo ser visto em alguns lugares a remoção desses pisos, num período curto de colocação da obra, como mostra a **figura 31**.

Figura 31: Pisos táteis na área externa da UENF



Fonte: acervo pessoal, 2024.

Visualiza-se uma obra milionária sendo realizada com a intenção de melhorar a acessibilidade dos alunos, professores e outros funcionários, mesmo que não tenha sido perguntada aos que são mais prejudicados com a inacessibilidade.

Espera-se que o erro cometido quanto aos pisos táteis não seja repetido e que os profissionais da Prefeitura possam fazer correções como a dos banheiros do térreo para facilitar o dia a dia dentro da Universidade a essas pessoas.

Não foram propostas alterações nas salas do térreo, então a rampa ainda permanecerá como um grande obstáculo e necessitará de uma urgência quanto a instalação de elevadores. Acredita-se que contratar uma empresa de outro estado também não tenha sido a melhor decisão, apesar de não saber os motivos que levaram a essa escolha.

É necessário sempre estar atento às pessoas que vão utilizar o espaço que será modificado. É incompreensível a indicação de materiais que não funcionam ao longo prazo.

4.5 Proposta de jardim sensorial

Como resultado de todas essas indagações, foi proposto um projeto de acessibilidade que visa melhorar a autonomia das pessoas com deficiência visual e autismo na Universidade. É um projeto de baixo custo que poderia contar com a ajuda dos professores e alunos que dedicam parte dos seus estudos aos cultivos que ocorrem nas estufas, na UENF. Existe próximo ao estacionamento do CCB, um plantio de plantas aromáticas nas primeiras casas de vegetação, o que facilitaria a implantação dessas espécies nessas calçadas. Acredita-se que com apenas uma muda dessas espécies, seria capaz de produzir todos os espaços próximos às calçadas que ligam um Centro ao outro.

Em 2018, por intermédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (IFF), foi realizada uma viagem para Curitiba, onde foi visitado o Jardim Botânico da cidade. No percurso do Jardim, temos contato com várias plantas aromáticas, medicinais e comestíveis. E foi então que essa ideia surgiu como um projeto de intervenção na UENF, que não busca apenas visitação de alunos em horários restritos, mas na contribuição de ajudar eles cotidianamente²⁶.

O projeto consiste na plantação de ervas e temperos como hortelã, erva-doce, alfavaca, capim-limão, que emitem uma fragrância forte nos caminhos internos que ligam um Centro ao outro. A escolha dessas espécies se deu através de uma das entrevistas, na qual a entrevistada

²⁶ Existe um projeto de paisagismo, chamado “Plano de paisagem do Campus Universitário da UENF”, realizado em fevereiro de 1997, do arquiteto e paisagista Carlos Fernando de Moura Delphim, proposto para a UENF que contava com “uma casa de vegetação” com plantas aromáticas no intuito de visitação para os alunos.

possui deficiência visual e trabalhou na formação de jardins. Ela ainda relata a importância da escolha dos temperos porque além de necessitarem de cuidado, não podem ter raízes muito grandes e agressivas para não quebrarem e invadirem essas calçadas. Além disso, quanto a preocupação sobre a manutenção, esses temperos não fazem muita sujeira.

O objetivo principal é trazer apenas um tempero nesses caminhos para ajudar as pessoas com deficiência a se direcionarem e entenderem dentro desse Campus extenso para qual Centro estão indo. Como dito anteriormente, é uma proposta, podendo ser substituída as espécies sugeridas por outras, desde que cumpram a mesma intenção de direcionamento.

Da entrada (próximo ao ponto de ônibus) ao CHH (E2) foi proposto o tempero alfavaca (3), assim como do Ginásio para esse Centro, logo toda vez que estiver se direcionando a esse bloco, poderá identificá-lo através deste aroma.

Os alunos com deficiência visual ou baixa visão se localizam por meio de contagem de passos ou contam com mediadores para levarem até a sala. Acredita-se que com este recurso, eles poderiam chegar até ao seu bloco com menos dificuldades.

Na **Figura 32** abaixo foi feito um recorte na planta baixa da UENF, devido ao seu extenso Campus para mostrar a modificação sugerida. Visualiza-se o CHH, a Reitoria, o Ginásio, o Restaurante Universitário pintados de cinza e representações de vegetação em formato redondo e pintados na cor verde que direcionam um Centro ao outro, com indicações de números na cor vermelho. Além disso, foram adicionadas imagens de como se encontra a UENF hoje para melhor compreensão do projeto. Esta proposta encontra-se no ANEXO A.

Figura 32: Recorte do Campus da UENF em planta baixa do jardim sensorial



Fonte: acervo da Prefeitura da UENF, editado pela autora, 2024

Do lado esquerdo da figura acima, temos fotos da construção da Reitoria, do CHH e da calçada e ao lado direito, o Restaurante Universitário e a calçada interna que vai para o CHH.

Outro exemplo realizado na intervenção se deu através do direcionamento a Reitoria (E1) que contará com o aroma do tempero hortelã e ao restaurante Universitário, a erva doce. Além dessa contribuição, essas ervas podem ser cultivadas e utilizadas em casa ou na própria Universidade gratuitamente, em forma de chás ou temperos de comida.

Vale a ressalva que foi feita uma entrevista com os funcionários da Prefeitura da UENF, como já explicado aqui, quanto às espécies existentes. A intenção é manter essas espécies e apenas adicionar as vegetações propostas.

Deslocando-se do CCH (E2) para a Reitoria (E1) teria a erva hortelã dos dois lados das calçadas internas. Buscou-se com essas perspectivas trazer representações da UENF como um espaço que permite as singularidades de quaisquer pessoas, um lugar que vai além da função de estudos no município de Campos.

Na **Figura 33**, apresenta a vegetação hortelã na saída do Centro CCH no lado direito e esquerdo, mostrando que toda vez que for se direcionar para a Reitoria, este será o aroma.

Figura 33: Vista da saída do CCH (E2) para a Reitoria (E1) com hortelã



Fonte: elaborado pela autora com base nas fotos tiradas na UENF, 2024

Na **Figura 34** abaixo, tem-se uma perspectiva mais próxima, mostrando apenas a vegetação hortelã na saída do Centro CCH para a Reitoria. A vegetação está presente dos dois lados da calçada interna.

Figura 34: Vista da saída do Centro CCH (E2) com o tempero hortelã



Fonte: elaborado pela autora com base nas fotos tiradas na UENF, 2024

Como enfatizado algumas vezes na pesquisa, trata-se apenas de uma proposta de intervenção de baixo custo com o intuito de melhorar o dia a dia dos alunos com deficiência na UENF. Todas as espécies sugeridas podem ser trocadas por outras desde que cumpram o mesmo objetivo do aroma forte para ajudar no direcionamento destas pessoas.

Há inúmeras outras alterações que poderiam ser feitas na área interna dos Centros, como a colocação de guarda-corpo, a instalação de novos pisos táteis nas rampas e nos corredores das salas, a representação em alto relevo nas portas das salas e nos guarda-corpos das rampas e escadas, a mudança do bebedouro para a parede do corredor, banheiros acessíveis, cabines com medidas mais generosas e aberturas das portas para fora, substituição de algumas salas do térreo para salas de aulas e dentre outros.

5. CONCLUSÃO

Realizar a conclusão de um trabalho é sempre uma tarefa difícil, porque entendemos que existem muitos conteúdos que gostaríamos de tratar, mas que não puderam ser abordados e mereciam ter sido finalizados.

Ter essa experiência no campo foi muito importante. As observações, as entrevistas foram bastante valiosas para essa pesquisa. Ouvir dessas pessoas o preconceito, o pedido de “socorro”, a falta de independência e as tentativas frustrantes de tentarem se destacar, confirmaram todos os questionamentos iniciais quanto aos dois objetos da pesquisa: a Universidade e a cidade de Campos. No entanto, também foi entendido que por mais que o nomeemos as pessoas com deficiência como um “grupo”, muitas das vezes também como minorias, elas não são homogêneas; há muitas pessoas com suas singularidades e formas de ver e entender a autonomia dos espaços de formas diferentes.

A cidade é um lugar onde as diversas relações sociais acontecem e consegue recriar os espaços compartilhados. Contudo, quando estigmatizadas podem gerar processos de desigualdades e exclusão. E isso é o que acontece na cidade analisada.

Buscou-se trazer uma pesquisa humana e sensível, atenta aos mínimos detalhes e destapando as formas silenciosas de exclusão que acontecem no espaço no qual deveria garantir uma perspectiva de vida melhor, um reparo das desigualdades quanto à educação.

Pode-se confirmar a partir das observações feitas na UENF e com as entrevistas com docentes e discentes que ela é um lugar com características para os que se declaram sem deficiência. Como explicado aqui, a Universidade foi planejada nos anos 90 e não se pensava em acessibilidade naquele período, porém não justifica a falta de acessibilidade nos prédios mais recentes e na demora de mais de 20 anos para a correção de espaços acessíveis.

Ainda como parte dos questionamentos iniciais, somado a pequena resposta dos alunos, a negligência sofrida pelo transporte público coletivo e o exclusivismo quanto a completude do corpo, levou a um panorama parcial das dificuldades de acesso das pessoas com deficiência à Universidade, à educação. Dessa forma, reconhece que esse espaço urbano e social e as consequências da exclusão estão estritamente relacionadas com o direito à cidade.

Considerando ainda as narrativas dos alunos com deficiência na graduação que participaram da pesquisa e, apesar de alguns reconhecerem que não têm dificuldades com os espaços da UENF, não demonstraram satisfação quanto a sua acessibilidade, sempre preocupados principalmente com aqueles que têm deficiência física. Como já exposto aqui, se

um espaço contribui para a minha estigmatização, ele fere o respeito próprio, a autoestima, colocado por Rawls (1997) como bem social primário mais importante.

Entende-se ser apenas uma intervenção e a UENF precisaria de muitas outras para se tornar totalmente acessível. Não somente a Universidade analisada aqui, mas todas as Faculdades da cidade de Campos.

Espera-se com a reforma de acessibilidade que iniciou em 2024 que realmente faça diferença na vida desses alunos e que as escolhas dos materiais sejam assertivas.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Shirlena Campos de Souza. **Cotas raciais e sociais como ação afirmativa: uma abordagem sócio-jurídico a partir do caso UENF**. Universidade Federal Fluminense, UFF/Niterói, 2013. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito).
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050/2020, Acessibilidade a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 16357/2024. Acessibilidade – Sinalização tátil no piso – Diretrizes para a elaboração de projetos e instalação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2024.
- BAMPI, Luciana. Guilhem, Dirce. Alvez, Elioenai. **Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência**. (2010). Revista Latino-Americana de Enfermagem, 18 (4), 816-823.
- BRASIL. Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: <<https://bit.ly/3asa7GX>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.
- BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 1 abr. 2021.
- BRANDT, Daniele Batista. **O direito à cidade em Henri Lefebvre e David Harvey: da utopia urbana experimental à gestão democrática da cidade**. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2019.
- CASTRO, Bianca Gomes da Silva Muylaert Monteiro. **A política de Cotas como mecanismo de democratização ao Ensino Superior para pessoas com deficiência e seus efeitos: análise sobre acesso e permanência de estudantes na UENF no período de 2003 a 2016**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes. 2018.
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plataforma Sucupira. Brasília, DF: CAPES, c2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 15 set. 2023.

CORRÊA, R. 1999. **O espaço urbano**, São Paulo, Ed. Ática.

DIAS, Rafaela. **Modernidade e Identidade**. Minas Gerais. 10 Mar 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/qLDtYFKv4mxMNxBp46Kg6mD/?lang=pt>. Acesso em: 4 out. 2023.

ESTEVEES, Julio Cesar. **John Rawls e a justiça ambiental: uma reflexão sobre o caso dos pescadores artesanais**. InterSciencePlace. 16 (1). Disponível em: <https://www.interscienceplace.org/index.php/isp/article/view/11>. Acesso em: 17 set. 2023.

FIOCRUZ. **Fundação Oswaldo Cruz**. Painel de Indicadores de Saúde: Pesquisa Nacional de Saúde. [S. l.], 2021. Disponível em: <<https://www.pns.icict.fiocruz.br/painel-de-indicadoresmobile-desktop/>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

FRANÇA, Tiago Henrique. **Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social**. 2020.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 294 p.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo, 2001.

LEGROUX, J. **Teorias da justiça social e espacial: diálogos com a geografia a partir da década de 1970**. Geosp, v. 26, n. 1, e-188003, abr. 2022. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/188003>. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2022.188003>. Acesso em: 17 set. 2023.

MACEDO, S. S. (1995). **Espaços Livres. Paisagem E Ambiente**, (7), 15-56. <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i7p15-56>. Acesso em: 1 abr. 2021.

MAGALHÃES E CARDOSO, **A pessoa com deficiência e a crise das identidades na contemporaneidade**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/ffFYWJh6bDCH3JnPHm7tScP/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 18 out. 2023.

MANHÃES, Nyanne Almeida Gomes. **Propostas de intervenções para promoção de acessibilidade e ergonomia na inclusão de pessoas com nanismo em praças públicas de Campos dos Goytacazes/RJ**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2021.

MELLO, Wallace da Silva. **“A Uenf é meu quintal”: representações infanto-juvenis e dinâmicas de interação no espaço público em Campos dos Goytacazes**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política – PPGSP) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2020.

MATIAS, Glauber Ribeiro. **De volta ao “terceiro milênio”:** círculos sociais na construção da UENF em Campos dos Goytacazes. Revista Teias v. 20. n. 56. Jan./Mar. 2019.

NEGRÃO, Marcília. CÂNDIDO, Lucas. **Os agentes sociais e a produção do espaço urbano: o caso de Altamira/PA.** Belo Horizonte. 2015. Acesso em: 15 de jul 2024

PÁDUA, Ana Fani Alessandri Carlos, Gloria Alves, Rafael Faleiros de. **Justiça espacial e direito à cidade.** São Paulo: Editora Contexto, 2017. E-book. ISBN 9788552000037. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788552000037>. Acesso em 18 de novembro de 2024.

PARISI, Baby de Fatima Barbosa. **Acessibilidade e inclusão social da pessoa com nanismo: da legislação à acessibilidade.** Goiânia, v. 7, n. 1, p. 1-19, 10 fev. 2021. Acesso em: 20 de abril de 2021.

PEIXOTO, Teresa. **Campos dos Goytacazes nos anos de 1870-1880: a modernização brasileira e o “mundo citadino”.** *Agenda Social.* Revista do PPGPS/UENF. Campos dos Goytacazes, v.2, n.1, mai-set/2008, p. 40-64. Acesso em: 20 de novembro de 2024.

RAWLS, J. **Justiça como equidade: uma reformulação.** Org. Erin Kelly. Trad. Claudia Berliner. Rev. téc. E da trad. Álvaro De Vita. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Uma Teoria da Justiça.** (trad. Almiro Pisetta, Lenita Esteves). São Paulo: Martins Fontes, 1997.

REVISTA NOSSA UENF. Especial – Imagens 18 anos. Ano 04 – Nº 02 – agosto 2011.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade.** São Paulo: Brasiliense, 1998. (Coleção Primeiros Passos; 203). Acesso em: 3 de janeiro 2024.

SANDEL, Michael J. **Justiça – o que é a coisa certa a fazer.** 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, 349 páginas. Acesso em: 8 de setembro de 2023.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec. 1996. Acesso em: 09 de novembro de 2024. Acesso em: 10 de outubro de 2024.

_____. **O espaço do cidadão.** 7a ed. São Paulo: Edusp, 2007. Acesso em: 10 de outubro de 2024. Acesso em: 10 de outubro de 2024.

SILVEIRA, Paolla e VACOVSKI, Eduardo. **Gestão Pública do Espaço Urbano: construção de diagnóstico e leitura do prognóstico do entorno da UENF.** S.d. Acesso em: 15 de maio de 2024

UENF. Página Notícias. Disponível em: <https://uenf.br/portal/category/noticias/>. Acesso em: 30 de dezembro 2023.

VIANNA, José Luiz. **O desenvolvimento do norte/noroeste Fluminense:** problematizando o consenso. Revista Vértices. Ano 1. N.1. Dez. 1997. Acesso em: 20 de novembro de 2024

**APÊNCICE A - Questionário aplicado aos estudantes cotistas com deficiência na UENF
nos cursos presenciais de graduação**

Olá, eu sou a Nyanne Almeida do curso de Pós-graduação em Sociologia Política na UENF, orientada por Dr. Julio Cesar Ramos Esteses. Este questionário tem o intuito de compreender a realidade das pessoas com deficiência dos cursos de graduação na Instituição, quanto a qualificação do espaço físico. Desde já agradeço pela cooperação e me coloco à disposição para conversarmos.

Contato: (22) 99831-6682| E-mail: nyannealmeidaarq@gmail.com

Ressalto que os dados aqui coletados serão utilizados apenas para esta pesquisa.

Dados do entrevistado

Nome:

Idade:

Gênero:

Estado civil:

Raça:

Qual o tipo de deficiência?

Contato ou e-mail para possível contato:

O entrevistado e sua relação com a cidade e a Universidade

Você é de Campos dos Goytacazes? Se não, de qual cidade é?

Como é o seu deslocamento até a Universidade? Transporte coletivo privado/ Transporte coletivo público/ Transporte individual privado/ A pé.

O que motivou você a escolher a UENF para estudar?

Quão satisfeito com a universidade você está? De 1 a 5, sendo 1 muito insatisfeito e 5 muito satisfeito.

Você consegue se locomover sozinho dentro da universidade? Se não, quais são as suas dificuldades?

Gostaria que a universidade tivesse alguma melhoria quanto à acessibilidade?

Nos últimos meses vem sendo realizada uma reforma nos acessos dentro da Instituição. Melhorou a locomoção para você?

A universidade possui alguns caminhos em concreto que ligam um Centro ao outro. O que acham dessas calçadas internas? De 1 a 5, sendo 1 muito insatisfeito e 5 muito satisfeito.

A Instituição é composta por rampas em quase todos os Centros. Elas facilitam a acessibilidade para vocês? De 1 a 5, sendo 1 muito insatisfeito e 5 muito satisfeito.

A UENF é uma Universidade muito grande e com muitos Centros. Vocês acham as placas de informações de cada unidade boas? Possuem alguma dificuldade para se localizar dentro da instituição?

Como é o atendimento informativo em cada Centro na Universidade? Esses funcionários localizados nos gabinetes atendem às expectativas de vocês?

Gostaria de compartilhar algo da sua experiência neste questionário sobre a UENF?

Assistência Estudantil

Você possui algum tipo de bolsa na UENF? Se sim, qual?

Esse recurso financeiro lhe ajuda a se manter no curso?

Você sabia que a universidade tem um Núcleo de Acessibilidade Pedagógica da UENF (NAP)? Se sim, já utilizou os serviços promovidos por esse grupo?

Você já sentiu ter mais dificuldades nas aulas que os demais estudantes?

Os professores utilizam outros materiais didáticos para atender às suas necessidades específicas?

Que outros materiais didáticos poderiam ser implementados dentro das aulas?

Você pensa em fazer uma pós-graduação na universidade? Se sim, qual? Se não, o que te desmotiva?

Política de Cotas

O seu ingresso à Universidade se deu através da política de cotas?

Como é a sua compreensão acerca dessa política de cotas?

Acredita que a política de cotas é uma forma de “corrigir” as desvantagens das pessoas com deficiência?

APÊNCICE B – Conversa com a arquiteta Mônica da Prefeitura da UENF

Já teve algum projeto de acessibilidade anterior ao que está sendo realizado em 2024?

Vocês teriam os projetos corrigidos aqui da Prefeitura após o Ministério Público pedir correções?

Alguma previsão de elevador nos prédios mais antigos?

Como será feita a instalação desses elevadores já que a estrutura da UENF é pré-moldada?

Quem acompanha as obras de acessibilidade na UENF?

Existe algum projeto paisagístico previsto para a UENF?

APÊNCICE C – Conversa através do WhatsApp com um dos donos da empresa de frota de ônibus, Viação Siqueira

O que você acha que levou a diminuição de frotas de ônibus na cidade de Campos?

Existe alguma frota de ônibus com a plataforma localizada na lateral que ajude as pessoas com deficiência física de forma autônoma? Sem precisar que os motoristas desçam do ônibus para ajudar?

Já teve problemas com motorista que se recusaram a ajudar as pessoas com deficiência?

1



HORTELÃ

2



ERVA DOCE

3



ALFAVACA

GINÁSIO

2

RESTAURANTE
UNIVERSITÁRIO

E1 - REITORIA

1

2

DCE

RUA INTERNA

RUA PROJETADA AGUIAR

1

E2 - CCH

3

CAMPO

GINÁSIO

3



ACESSO

AVENIDA ALBERTO LAMEGO

AVENIDA ALBERTO LAMEGO